

U. PORTO

incipit⁴

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2015

GIHM
GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO
think medieval

COORDENAÇÃO DE
FILIPA LOPES, ANDRÉ SILVA & MIGUEL AGUIAR

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2016

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Incipit 4 Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2015

COORDENADORES

Filipa Lopes
*CITCEM – Universidade do Porto
IEM – Universidade Nova de Lisboa*

André Silva
*CITCEM – Universidade do Porto
CIDEHUS – Universidade de Évora*

Miguel Aguiar
Universidade do Porto

Porto, 2016
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-989-8648-71-6

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO

 **AEFLUP**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Ficha técnica

Título: Incipit 4. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2015

Coordenadores: Filipa Lopes, André Silva, Miguel Aguiar

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2016

ISBN: 978-989-8648-71-6

Capa: Flávio Miranda

Composição e paginação: Ricardo Dias, Filipa Lopes, Miguel Aguiar

Grupo Informal de História Medieval

CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

SUMÁRIO

Lista de autores	vii
<i>Incipit</i>	ix
The medieval fortified structures in the Diocese of Porto (North of Portugal) and in Brianza area (North of Italy): a comparative study (9th-12th century)	1
Andrea Mariani	
Físicos e cirurgiões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1338)	7
André Filipe Oliveira da Silva	
Um Oficial da Casa dos Contos: o contador	13
Hélder Brandão	
Os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438): contextualização historiográfica, metodologia e objetivos de uma dissertação de mestrado	21
Leandro Ribeiro Ferreira	
Cavalaria e mundo cavaleiresco no reinado de D. Afonso V	31
Miguel Aguiar	
O crime em Portugal no século XV: uma janela para a sociedade medieva? Apresentação de um projeto de mestrado	41
Wilson Ricardo Miranda Gomes	
Investigando gestos femeninos en la narrativa bajomedieval	47
Laura Pereira	

El primero de los Cuatro Jinetes del *Apocalipsis* de Juan: aproximación al estudio del texto bíblico y su relación con algunas representaciones iconográficas, desde la Edad Media al Renacimiento 55

Manuel Aneiros Loureiro

Leitores, tradutores e intérpretes. Sobre três traduções latinas dos *areopagítica* 71

Tomás N. Castro

Santa Inquisição: sistema e racionalidade 83

José Filipe P. M. Silva

LISTA DE AUTORES

Andrea Mariani

Universidade do Porto

André Filipe Oliveira da Silva

Universidade do Porto

Hélder Brandão

Universidade de Coimbra

José Filipe P. M. Silva

Universidade do Porto

Laura Pereira

Universidade de Santiago de Compostela

Leandro Ribeiro Ferreira

Universidade do Porto

Manuel Aneiros Loureiro

Universidade de Santiago de Compostela

Miguel Aguiar

Universidade do Porto

Tomás N. Castro

Universidade de Lisboa

Wilson Ricardo Miranda Gomes

Universidade do Porto

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

INCIPIIT

A *Incipit 4* reúne dez textos apresentados e discutidos na edição de 2015 do *Workshop de Estudos Medievais* (WEM), organizado anualmente pelo Grupo Informal da História Medieval (GIHM) e realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

A caminho da sua 8.^a edição, o WEM está consolidado como um fórum de discussão científica que ocorre regularmente na Universidade do Porto e que se destina a mestrandos e doutorandos de diversas nacionalidades e de diferentes áreas dos Estudos Medievais. Desta vez são dados à estampa os textos de apenas uma edição do WEM, em que colaboram autores portugueses, espanhóis e italianos. A organização interna do volume não comporta secções temáticas, mas procurou-se agrupar trabalhos que têm afinidades disciplinares, seguindo, sempre que possível, uma ordenação cronológica. Os leitores encontrarão aqui um conjunto de trabalhos das áreas da História, Literatura, História da Arte e Filosofia medievais, em diferentes fases de desenvolvimento, muitos deles apresentando reflexões e dados ainda preliminares e provisórios.

A concretização desta obra foi possível graças ao empenho de todos os participantes, estudantes e professores, na 7.^a edição do *workshop*, a quem muito agradecemos. Uma palavra de gratidão é igualmente devida aos membros do GIHM que participaram na organização do encontro, ao Prof. Doutor Luís Miguel Duarte, responsável científico pelo WEM, e ao Dr. João Emanuel Leite, que viabilizou a publicação da presente coletânea na Biblioteca Digital da FLUP. Finalmente, reconhecemos a importância de todas as instituições que apoiaram financeiramente a realização do WEM: a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Reitoria da Universidade do Porto, a Associação de Estudantes da FLUP, o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e o Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto.

Porto, março de 2016

Filipa Lopes
André Silva
Miguel Aguiar

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

**The medieval fortified structures in the Diocese of Porto
(North of Portugal) and in Brianza area (North of Italy):
a comparative study (9th-12th century)**

Andrea Mariani¹
Universidade do Porto

Resumo

O primeiro objetivo desta pesquisa é fornecer uma lista das estruturas fortificadas pertencentes à Diocese do Porto, seguindo uma abordagem interdisciplinar. O segundo objetivo é comparar esses resultados com os de uma outra realidade europeia, a área de Brianza, no norte de Milão, Itália. A investigação tem como limites cronológicos os séculos IX e XII. O material recolhido permitirá a construção de mapas interativos e de “castle trails”, bem como o desenvolvimento de métodos para a promoção dos vários locais analisados.

Abstract

The first aim of this research is to provide a list of the fortified structures belonging to the Diocese of Porto, following an interdisciplinarity approach. The second purpose is to compare the results with the ones of another European reality, the Brianza Area, in North of Milan, Italy. The investigation has the 9th and 12th century as chronological limits. The material will be the basis for the development of interactive maps and of some “castle trails”, as well as methods for the promotion of the various sites analysed.

DESCRIPTION OF THE PROJECT

The topic chosen and discussed in this research concerns all types of fortified architectures: the *castra* with their wooden or stone walls, fortified villages, towers, moats...

This research will focus mainly on the period between the 9th and the 12th century, but it will take into account documents from later periods that might contain indications of earlier defensive elements,² or attest their memory through toponymy.

In order to pursue our investigation we have chosen the territory of the Diocese of Porto (*Dioecesis Portugallensis*) which, subsequently, will be compared with a micro-region of Lombardy (Northern Italy): the Brianza area (North of Milan).

This choice was mainly due to the will to conduct studies regarding the *incastellamento* of the Portuguese territory at an international perspective, through the comparison with a similar situation in an Italian region which, together with France, has always been focused on when studying fortified buildings. Choosing the Diocese's territory was not related with the institution itself but with the proceeding of a correct and scientific historical investigation, in which it is needed to delimitate a geo-historical area.

Under the new philosophy of a common and united Europe we are witnessing the increasing commitment to find common roots, rather than the peculiarities of each member state.

From this point of view, comparative studies can give an important contribution to the analysis of historical issues concerning Portugal: to apply the theories that scholars from other countries have elaborated on the rise and proliferation of

¹ PhD Grant Holder (FCT - Foundation for Science and Technology) at FLUP. Researcher of CITCEM.

² *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones* (Lisboa: Academia das Ciências, 1878), vol. I, fasc.I-II.

fortifications, thus obtaining a number of similarities and differences to be analysed, will be of great support to the progress of historical reflection on the subject.

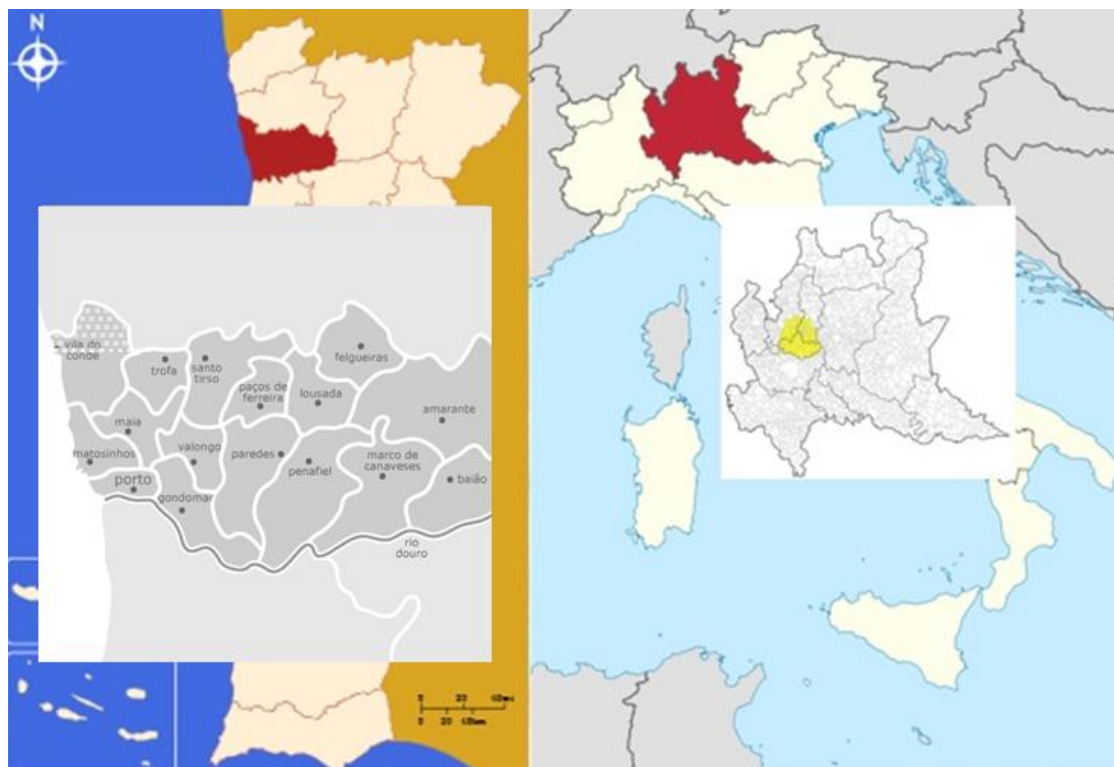


Fig. 1 - Territories investigated (font: Wikipedia.com [April 2015])

These two areas have similar characteristics: chorographically mostly hilly, bordered by two rivers and housing solid ecclesiastical institutions. Both have suffered external attacks (Normans and Muslims in Portugal and Hungarians in the North of Italy) and both had the presence of very strong systems (Arabs in Portugal – Carolingian / Holy Roman Empire in North of Italy). Only the Portuguese people managed to free themselves from that situation; in North of Italy, the attempts of “the kings of Italy” failed.

Studies on fortified architectures in this part of the North West of Portugal were carried out mostly between the late 1970s and the 90s, but they have always focused on a limited area or without trying to establish a correlation among various defensive elements.

Hence the decision to examine, for the first time, the Diocese of Porto in its entirety, with the main intention to make a selection of all data, whether in writing or as physical evidence, up to the present day in order to be able to relate the various defensive elements with each other. Basing on these data we will argue about when they were built, by whom and why; whether or not they were part of a Public will in a pattern of general defensive strategy or whether they were erected by *domini loci*, lay or clergy ones, who wished thereby to strengthen their control over the territory.

Following Aldo A. Settia's suggestion of the importance of a multidisciplinary approach, we decided to base our research not only on written sources - literary and archival³ - but also architectural and, when possible, archaeological ones.

³ *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae* (Lisboa: Academia das Ciências, 1867-1873); *Documentos medievais portugueses* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1945-1980), 5 vols.

At the same time the research shall avail of the "advice" of those among architects, archaeologists, historians, art historians which will be able to help in finding particular data or to compare theories and ideas. The insight brought up by non-professionals will also be taken into account; these people, knowing the territory very well, will support the research through oral memory, toponymy and topographic data.

This project will also include a research *in loco*, aimed at verifying all the pieces of information collected from books and from other sources and trying to access ruins and spot traces of fortifications; it will make use of the maps from the Portuguese *Instituto Geográfico do Exército* and all the information that other cartographic documents, including any available land registers, will provide. The use of technology will be very important too, as it will not just allow to verify theories but also to formulate new ones: using programs such as *Google Earth*, it is possible virtually visiting places difficult to reach or settled in private properties.

Once we achieve a complete list of the fortifications, it will be possible to elaborate a virtual map in which some features and relations between the defensive elements can be used as useful and didactic products, suitable both for school programs and for general audiences.

THE OUTCOME OF THE RESEARCH WILL BE PRESENTED AS FOLLOWS:

In the first chapter we will briefly address the question of the historiographical debate: first of all we will analyse the development of studies related to the *incastellamento*; then, after an introduction about the birth and evolution of the historiographical discipline and the difference between local history and general history, we will proceed to illustrate the work of leading scholars, contemporary or not, that dedicated their efforts to the events related to the analysed territory. In addition, a list of the main instruments will be made available to anyone who is preparing to study this territory.

The proper research will be developed in the second chapter where, after giving a geographical and historical profile of the area being analysed between the 9th and 12th century, forms will be proposed in alphabetical order, according to the modern municipalities, showing all the defensive elements traced.

The third chapter will similarly present the results of research related to the Brianza area, along with a brief historical and geographical note to frame the territory.

The fourth chapter will proceed to compare the two territories and contains the concluding remarks.

Finally, in the appendices, some reasoned tables and maps will show the results graphically, in a direct and immediate way. This material will constitute the basis for the development of interactive maps and further study of individual elements using 3D graphics, that will conclude the project, as well as a development of some "castle trails" and methods for the promotion of the various sites analysed, such as living history and experimental archaeology.

STATE OF ART

Toubert's studies on local history and fortifications,⁴ which started back in the early 70s, had the most relevant impact on historiography by introducing the new concept according to which structures are not static but constantly evolving. Since then,

⁴ In particular: Pierre Toubert, *Les structures du Latium médiéval: le Latium méridional et la Sabine du IX^e siècle à la fin du XII^e siècle* (Roma: École Française de Rome, 1973); Pierre Toubert, *Dalla terra ai castelli. Paesaggio, agricoltura e poteri nell'Italia Medievale* (Torino: Einaudi, 1995).

many studies have been developed by European historians about the phenomenon of the *incastellamento*, mainly focusing on the Italian territory.⁵ While numerous researches were done on Italian, French, German, British and Spanish territories, there was not any intensive and specific development in the studies focused on Portugal

In comparison to the North of Portugal, the first fundamental contribution on the defensive elements presence was carried out at the end of the 70s;⁶ afterwards the Portuguese castles' network and its development was mainly studied by Barroca,⁷ as well as by means of some studies on Portuguese landlords⁸.

The first studies on the Dioceses of Porto focused mostly on its relation to Cluny;⁹ later is principally the work of Moreira about the *Freguesias* of Dioceses of Porto that helps to border its limits, in addition to providing extensive information concerning different places.¹⁰

It was only in the 90s that a part of its territory is examined in a context of castles' network analysis.¹¹

Hence thus far, no interdisciplinary in-depth study of all the defensive elements of the Diocese of Porto (9th-12th centuries) has ever been carried out to contextualize such elements in a broader territorial vision.

In order to integrate the Portuguese case within a broader European context, a comparison will be established with the micro region Brianza, located north of Milan, Italy. This choice is based on two criteria: firstly geographical similarities and secondly cultural similarities such as the presence of strong ecclesiastic entities, the terror for an external danger (Normans and Muslims in Portugal, Hungarians in North of Italy) and the presence of very strong political systems (Arabs in Portugal, the Carolingian Empire followed by the Holy Roman Empire in North of Italy).

The first studies on Brianza territory, being basically part of one of the counties of Milan (Martesana) during the Middle Ages, were developed throughout the XVIII and XIX century. Only between the 1960s and the 90s, some historians accomplished truly scientific studies basing their research on archive documents, archaeological

⁵ Some examples: Gina Fasoli, "Castelli e signorie rurali," in *Agricoltura e mondo rurale in Occidente nell'Alto Medio Evo*, Atti della XIII Settimana CISAM (Spoleto, 22-28 aprile 1965), 531-570 (Spoleto: CISAM, 1966); Aldo A. Settia, *Castelli e villaggi nell'Italia padana: popolamento, potere e sicurezza fra IX e XIII secolo* (Napoli: Liguori, 1984); Aldo A. Settia, *Proteggere e Dominare. Fortificazioni e Popolamento nell'Italia Medievale* (Roma: Viella, 1999); Chris Wickham, "Documenti scritti e archeologia per una storia dell'incastellamento: l'esempio della Toscana," *Archeologia Medievale* 16 (1989): 79-102.

⁶ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220" (Complementary paper for PhD presentation in Art History, University of Oporto, 1978).

⁷ Mario Jorge Barroca, "Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX ao XII)," *Portugalia*, vol. XI-XII (1990-91): 89-136; Mario Jorge Barroca, "Da reconquista a D. Dinis," in *Nova História militar de Portugal, volume I*, coord. J. Mattoso, 21-162 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003); Mario Jorge Barroca, "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)," *Portugalia*, Nova Série, vol. XXV (2004): 181-203.

⁸ Leontina Ventura, "A nobreza de corte de Afonso III" (PhD thesis. University of Coimbra: Faculty of Arts and Humanities, 1992), vol. II, 997-1038.

⁹ José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002), Portuguese translation of the PhD thesis published in 1968.

¹⁰ Domingos A. Moreira, *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. I Parte: Introdução histórica geral* (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1973); Domingos A. Moreira, *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte: Inventariação onomástica, Fascículo A*, Sep. de Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1974); Domingos A. Moreira, *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte: Inventariação onomástica, Fascículo B-F*, Sep. de Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1984); Domingos A. Moreira, *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte: Inventariação onomástica, Fascículo G-O*, Sep. de Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1985-86); Domingos A. Moreira, *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte: Inventariação onomástica, Fascículo R-V*, Sep. de Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1989-90).

¹¹ António Manuel de Carvalho Lima, "Castelos medievais do curso terminal do Douro (Séculos IX-XII)" (Master's thesis, University of Oporto, 1993).

founding and still existing buildings, even if changed remarkably along the ages.¹² These studies were always focused on particular areas of Brianza. Only recently, all the Brianza area was fully analysed.¹³

This research will amplify the studies of castles and defensive elements giving a contribution to the Portuguese historiography. Besides, it intends to create a valid method of interdisciplinary research that could be extended for other regions.

In order to bring a broader audience into research on castles and other defensive elements, it was conceived the idea of the “castle trails” that links tourism and historical studies.¹⁴ This aim will be improved with the creation of an interactive map with some 3D graphics to allow virtual visits.

RESEARCH ISSUES

The main objectives that this investigation pursues:

Theoretical Objectives

- Analysing through a *Mittel European* point of view the situation of the *incastellamento* in a reality such as the Portuguese one, traditionally bound to the Iberian Studies' context.
- Making an analytical comparison of the results achieved in the Diocese of Porto with other spatial contexts, in particular with the castles' network in Brianza area, North of Italy. This will highlight the peculiarities of the Portuguese case as well as it will list all the similarities.
- Creating a list of the defensive elements in the region, including their contextualization in the territory and in the historical context, which will allow the characterization and interpretation of the military organization.
- Analysing the specific nature of the castles' network of the Diocese of Porto. Establishing, mapping and comprehensively measuring the differences between its distinct geographical areas.
- Examining and synthesizing the spatial relationships that the *incastellamento* phenomenon generated in relation to the upper and lower ranks settlements and their respective spatial structures, providing new information or alternative points of view related to the study of the population in the territory.
- Distinguishing and assessing the impact that specific categories of secular and ecclesiastical entities had in the development of the castles' network in the Diocese of Porto.
- Studying the relationship between the communities and the *domini loci*. Formulating hypotheses about how landlords interacted among them.

Practical Objectives

- Providing a valid research method that could be used for other regions.
- Creating an interactive map with digital tools at different levels, including 3D graphics.
- Developing “castle trails”, a reasoned guide that links fortifications with similar features, in order to bring out the analysed fortified systems by making them

¹² Virginio Longoni, *Le corti medioevali dell'alto Lambro*, Monografie periodiche dei Musei Civici di Lecco, I, anno II (Lecco: Stefanoni, 1987); Virginio Longoni, *I castelli medievali della Bevera* (Oggiono: Sistema bibliotecario brianteo, 1995); Arnaldo Martegani, “L'indagine d'archivio quale mezzo di conoscenza di particolari aspetti dell'architettura fortificata: la pieve di Galliano-Cantù,” *Rivista Archeologica dell'antica provincia e diocesi di Como* 168 (1987): 217-233.

¹³ Andrea Mariani, “Elementi difensivi nel territorio Brianzolo: fonti scritte e materiali. (Secoli X-XIII)” (Master's thesis, University of Milan, 2014).

¹⁴ Federico Del Tredici and Edoardo Rossetti, ed., *Percorsi castellani da Milano a Bellinzona* (Milano: Nexo, 2012).

- accessible to the public.
- Proposing the promotion of the defensive elements still existing, through living history, experimental archaeology and didactic activities.

POSSIBLE PROBLEMS

The first problem to face with is the different language. Even if reading books and articles in Portuguese is not so difficult, that takes more time than to read the same ones in Italian or English.

Then the initial lack of specific knowledge of the Diocese of Porto territory (modern and ancient political division) and geography is being overcome with a patient work on maps (on paper and digital too) and *conchelos* website.

If the different *formulario* used in Portuguese medieval documents is on one side a problem, in their novelty, on the other it could turn into something useful for the comparison between the two areas. At this point of the research we also noticed that some specific words that in Italian documents could be a signal of the presence of defensive elements (such as “spinata”, “scaraguaita” or “scarawacta”, “guaita” and so on...) are apparently totally missing in the Portuguese ones.

It is also clear that the lack of coeval archive documents for the centuries investigated will not help.

We also find few studies on Portuguese *incastellamento* and a scarcity of specific local effective bibliography, in comparison with the ones for Italy and Brianza area.

Last problem is a technical one: how to develop in the best way interactive maps. For that we will get in contact with specialists in order to improve this part of the project.

Most of the problems should be overcome during the project development; however the unclosed problematic that may not find an answer in this research could serve as starting points for future investigations.

Físicos e cirurgiões medievais portugueses: Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1338)

André Filipe Oliveira da Silva
Universidade do Porto

Resumo

A renovação sociocultural que marcou o século XII proporcionou à medicina a possibilidade de se transformar num domínio científico plenamente reconhecido e, simultaneamente, numa profissão de prestígio. Portugal, cuja independência se consolidava neste período, acabou por receber os seus primeiros físicos ainda durante o reinado de D. Sancho I. Este projeto tem como objetivo estudar os primeiros indivíduos que exerceram medicina em Portugal, durante a Idade Média, procurando obter uma visão transversal do meio cultural do qual emergiram, da realidade social em que se inseriram e do papel que a prática médica desempenhou nos seus percursos; tudo isto numa fase incipiente do ofício no território português, onde a consolidação levou várias gerações a estar completa.

Abstract

The sociocultural renovation that marked the 12th century allowed medicine to transform itself in a recognized and accepted science and, simultaneously, in a prestigious job. Portugal, whose independence was being consolidated in the same period, received its first physicians during the kingdom of Sancho I. The aim of the project is to study the first individuals that practiced medicine in medieval Portugal, looking for a transversal vision of the cultural milieu where they appeared, of the social reality where they were inserted and of the role that medicine played in their personal careers, everything during an early stage of the medical profession in Portuguese territory, where the consolidation took several generations to be complete.

O meu projeto de dissertação de mestrado tem como objeto de estudo os primeiros físicos e cirurgiões atuantes no território medieval português e, em segundo plano, a atividade, médica e não só, de físicos portugueses fora do reino.¹

Os principais objetivos desta investigação são:

- Compreender o contexto sociocultural que, na segunda metade do século XII, favoreceu o ressurgimento dos profissionais da cura, praticantes de uma medicina científica, em Portugal.

- Estudar com a profundidade possível os indivíduos documentados como físicos ou médicos e como cirurgiões, procurando conhecer a sua origem social, o enquadramento da sua atividade e perceber se terá havido um padrão, um perfil comum ou um *cursus honorum* nas suas carreiras.

- Conhecer as formas de aprendizagem e transmissão de conhecimentos através das quais os indivíduos em estudo obtiveram formação e exerceram profissões médicas, assim como perceber se, ou quando, começaram a existir condições para a existência de um verdadeiro ensino médico em Portugal neste período, explorando, para isso, os poucos registos de obras médicas que tenham sido propriedade de letrados portugueses.

¹ A investigação em curso aquando da comunicação que originou este artigo foi posteriormente concluída e resultou na minha dissertação de mestrado, intitulada *Físicos e cirurgiões medievais. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*, apresentada em 29 de julho de 2015. Desta forma, e procurando obter um registo sólido e pedagogicamente útil, mantereí o essencial do artigo-comunicação original, fazendo observações sempre que o resultado final tenha divergido do plano ou conclusões provisórias então apresentadas. A dissertação encontra-se em acesso livre no seguinte endereço: http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/A3NF8ICCGIQYKGD17K22SP7R2RFI4I.pdf.

- Estudar os registos de atividade, procurando conhecer aspetos mais técnicos, locais de prática, instrumentos e outros elementos que possam refletir, direta ou indiretamente, elementos daquilo que se poderá considerar o quotidiano destes clínicos.

- Analisar representações de físicos e cirurgiões em textos cronísticos e trovadorescos produzidos no período em estudo, tentando explorar a imagem destes homens na ótica *do outro*, num contexto de mentalidade coletiva, cujo acesso tende a ser mais fácil em textos literários.

Os limites cronológicos do estudo foram sendo definidos com o avanço da pesquisa, balizando aquela que parece ter sido a fase embrionária do exercício ‘profissional’ da medicina no Portugal medieval, correspondendo ao desenvolvimento de uma primeira comunidade de conhecimento. O limite inicial, 1192, coincide com o primeiro testemunho documental de um médico por mim encontrado em território português.² O limite final, 1338, coincide com o pioneiro estabelecimento de exame obrigatório, conduzido pelo físico-mor, para exercício dos ofícios de físico, cirurgião e boticário, onde se revelam alterações significativas no conjunto dos praticantes desta ‘primeira idade da medicina’ em Portugal. Os físicos, outrora na sua maioria cónegos para quem a prática médica parecia ser secundária e apenas uma forma de oficialato régio ou eclesiástico, passam então a ser sobretudo leigos, exteriores aos círculos eruditos e com origem urbana. A medicina deixa de ser uma forma de oficialato para se tornar um ofício. Por isso, considero que esta data representa um ponto de viragem que deve marcar o limite final deste estudo da fase introdutória da medicina *racional* medieval em Portugal, espaço privilegiado desta análise.³

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO⁴

A investigação em curso tem como tema central a prática médica e os seus praticantes. O tema divide-se entre os domínios da história social e da cultura. Os primeiros cultores da história da medicina portuguesa foram médicos oitocentistas cuja produção foi fruto de uma notável formação humanística e de uma paixão pessoal. Destacam-se, neste domínio, Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910) e Maximiano Lemos (1860-1923). Maximiano Lemos lançou a primeira síntese de história da medicina portuguesa,⁵ coordenou o único periódico português exclusivamente dedicado à história da medicina portuguesa, os *Arquivos de História da Medicina Portuguesa* (1886-1896, 1910-1922) e foi o primeiro regente da cadeira de História da Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto a partir de

² Encontrei esse primeiro testemunho entre os documentos de D. Sancho I, publicados em Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, eds., *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)* (Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979), vol. I, 95-96 (doc. n.º 61), 96-98 (doc. n.º 62).

³ O trabalho final acabou por ter o período em estudo ligeiramente alargado, terminando em 1340. Esta opção foi tomada após uma preciosa sugestão do Doutor Mário Farelo, que comentou e criticou de forma extremamente proveitosa o meu texto na VII.^a edição do *Workshop de Estudos Medievais*. A explicação é simples: o primeiro ciclo de exames para obtenção de licença de atividade médica terminou em 1340, pelo que a análise do pequeno conjunto de examinandos poderia fornecer dados sólidos para aquilo que acredito ser um momento de transição social e cultural da atividade médica no Portugal medieval, contribuindo para uma visão mais completa dessa fase.

⁴ Para evitar listas extensas de bibliografia, preferi citar sobretudo os autores. Esta opção, discutível em parte, é apoiada pela fácil acessibilidade à dissertação, entretanto apresentada e defendida. Estando disponível em acesso livre no repositório da Universidade do Porto, o leitor poderá encontrar lá uma extensa lista bibliográfica e um enquadramento exaustivo.

⁵ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições* (Lisboa: Manoel Gomes, Editor, 1899), 2 vols.

1916.⁶ Lemos teve em Luís de Pina (1901-1972)⁷ um incansável seguidor. Luís de Pina regeu a cadeira de História de Medicina da FMUP, produziu uma extensa bibliografia, orientou diversas teses de licenciatura sobre história da medicina e fundou o Museu de História da Medicina Maximiano Lemos. Contudo, após a sua morte, a historiografia médica feita por médicos portugueses reduz-se consideravelmente e os trabalhos produzidos limitam-se ao período contemporâneo. O caminho seguido pelas escolas médicas atuais tende a tornar opcionais, ou mesmo a suprimir, conteúdos humanísticos dos *curricula* universitários, o que não tem contribuído para inverter a tendência decrescente na história da medicina feita por profissionais da cura.

No que toca a historiadores de formação, a história da medicina medieval em Portugal foi estudada sobretudo de forma indireta. Estudos de história da cultura e da filosofia, como os que foram conduzidos por Artur Moreira de Sá, António Domingues de Sousa Costa e Francisco da Gama Caeiro, abordam, por vezes, temas ou indivíduos relacionados com a medicina. Neste domínio, a história da universidade tem sido um espaço privilegiado. Após a edição de fontes, a produtividade notável das décadas de 60, 70 e 80 do século passado, encabeçada pelos três nomes citados, e a comemoração dos 700 anos da fundação do Estudo Geral em Lisboa (1288-1290), que parece fechar este ciclo, a história da universidade em Portugal entrou numa letargia de onde apenas saiu recentemente. A história do ensino, da universidade, dos homens de letras e da cultura ganhou um novo fôlego com uma série de dissertações e teses, associadas sobretudo às universidades de Lisboa e Nova de Lisboa. Investigadores como Armando Norte, André de Oliveira Leitão e Mário Farelo têm explorado estes temas, abordando, direta ou indiretamente, percursos de médicos, o livro médico ou o ensino.

Poucos foram os historiadores de formação que trataram diretamente temas de história médica medieval em Portugal. Também essas exceções foram orientadas principalmente para o domínio da história social. Refira-se, a este propósito, o célebre artigo de Iria Gonçalves intitulado *Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: As Cartas de Exame*, de 1972.⁸

Para encerrar este enquadramento historiográfico, há que referir uma corrente menos sensível em Portugal, mas igualmente representada. Nas últimas décadas, a história da medicina medieval europeia teve como principais temas: a evolução do pensamento médico, do ensino médico universitário e da produção de obras médicas e/ou comentários às autoridades clássicas feitos por mestres medievais. A abordagem desta corrente caracteriza-se pelo peso que a análise filosófica e textual possui. Destacam-se, numa primeira fase, nomes como o do franco-croata Mirko Grmek, logo seguido por Danielle Jacquart (França), Luis García-Ballester e Pedro Gil-Sotres (Espanha), Cornelius O'Boyle (Reino Unido), Michael R. McVaugh (EUA), Jole Agrimi e Chiara Crisciani (Itália).⁹ O trabalho destes especialistas caracteriza-se pela transversalidade e complementaridade, tratando a história da medicina e o pensamento médico medieval numa perspetiva comparativa entre toda a Europa, Norte de África e Médio Oriente. Em Portugal, o investigador que mais se tem aproximado desta abordagem é José Francisco Meirinhos, cujo estudo da obra e da problemática em redor de (ou dos) Pedro(s) Hispano(s) reflete algumas práticas metodológicas do grupo supramencionado.

⁶ Universidade do Porto, “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto,” última modificação a 18-03-2010, consultada a 28-03-2015, http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1005740.

⁷ Universidade do Porto, “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto,” última modificação a 23-02-2010, consultada a 28-03-2015, http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1006676.

⁸ Iria Gonçalves, “Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: As Cartas de Exame,” *Do Tempo e Da História* 1 (1972), 69-112.

⁹ A produção bibliográfica destes autores é constituída por centenas de títulos, pelo que seria redutor nomear apenas uma ou duas obras de cada um.

FONTES

As fontes utilizadas são diversas e, na maioria dos casos, parcas em informação. Os documentos e chancelarias régias são as mais importantes. Os documentos de D. Sancho I e D. Sancho II, e as chancelarias de D. Afonso II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, preservam registos de físicos e cirurgiões como testemunhas ou confirmantes de documentos, intervenientes em doações régias, exercendo essa ou outras funções de oficialato, entre outras. No reinado de D. Afonso IV juntam-se a este lote de documentos as primeiras cartas de exame de físicos e cirurgiões, cuja criação, com o propósito de licenciar a atividade médica, marca o fim do período em estudo. Em segundo lugar, encontram-se os testamentos de clérigos capitulares e obituários catedralícios. A maioria dos indivíduos documentados como físicos ou cirurgiões encontra-se, neste período, ligada ao clero das catedrais portuguesas. Os testamentos revelam frequentemente a posse de manuscritos científicos e objetos possivelmente relacionados com prática médica.¹⁰ Por outro lado, os obituários revelam a ligação de vários clérigos à medicina, frequentemente omitida pela documentação quotidiana produzida em vida. Neste âmbito destaque-se o *Livro das Kalendas*, publicado em 1947 por Pierre David e Torquato de Sousa Soares.

METODOLOGIA

A investigação levada a cabo possui mais afinidade com os trabalhos relacionados com a história social e cultural, próximo da linha de especialistas como o sobredito Armando Norte – que, de resto, tem na sua impressionante tese de doutoramento um modelo sólido¹¹ –, do que com a história do pensamento médico, predominante num contexto europeu alargado. Mais do que uma opção, trata-se de uma imposição metodológica: as fontes são paupérrimas no que toca a matéria científica. Tendo em conta a dispersão de fontes e a pobreza que, na maioria das vezes, revelam, a investigação para esta dissertação é fruto de sucessivos cruzamentos de dados. Explicado anteriormente, o limite cronológico é já fruto do avanço da minha investigação. Numa fase inicial, a pesquisa foi feita tendo como objeto todo o período medieval, de 1192 até 1500. O limite foi progressivamente recuando, assim que começou a ser evidente que a medicina medieval em Portugal havia passado por diferentes fases, sendo a primeira delas suficientemente vasta e complexa para ser analisada no contexto de uma dissertação de mestrado

Dito isto, primeiro passou-se à exploração de uma extensa bibliografia, constituída sobretudo por dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Consultando as teses de licenciatura e de doutoramento de Maria José Pimenta Ferro, pude fazer a seleção dos físicos e cirurgiões, assim como das respetivas fontes onde surgem. Os trabalhos académicos de enfoque local para o período medieval, como as teses de Maria Ângela Beirante sobre Santarém e Évora, a de Rita Costa Gomes sobre a Guarda, a de Ana Maria S. A. Rodrigues sobre Torres Vedras ou a de Sílvio Conde sobre Tomar, entre outras, permitiram-me aproveitar o estudo aprofundado da documentação local e os levantamentos feitos, completando a chancelaria régia com estudos sobre os meios urbanos. Para meios cortesãos, a tese de doutoramento de Rita Costa Gomes, e as teses sobre chancelarias episcopais de Braga, Coimbra e Porto de Cristina Cunha, Rosário Morujão e Maria João Oliveira e Silva, respetivamente, que fornecem informações preciosas sobre as casas dos bispos e respetivos físicos, são exemplos de trabalhos que me foram muito úteis. Esta abordagem foi repetida com outros aspetos em estudo, ajudando a completar um complexo *puzzle*. A reunião das

¹⁰ A maioria dos testamentos estudados encontra-se nos *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*.

¹¹ Armando José Gomes do Norte, “Letrados e Cultura Letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013).

fontes citadas e de mais bibliografia, totalmente dispersas, foi-se tornando gradualmente possível. Paralelamente, o conhecimento de alguns textos médicos medievais e os trabalhos sobre pensamento médico ocidental, sobre a receção da *nova ciência* greco-arábica, sobre os paralelismos europeus, no geral, e ibéricos, em particular, foi fundamental para inserir o caso português numa realidade alargada, que esteve sempre muito longe de ser estanque.

ESTRUTURA PROVISÓRIA

Além das costumeiras introdução e conclusão, o plano de divisão da futura dissertação passa pela existência de seis capítulos, com número variável subcapítulos. O primeiro capítulo tem um propósito de contextualização: o estudo da realidade portuguesa implica uma primeira abordagem transversal, no espaço e no tempo, para que os eventuais resultados se tornem mais claros. O segundo incide sobre o meio que acolheu a reintrodução da medicina científica em Portugal: a cronologia reflete o período de surgimento e consolidação das primeiras enfermarias monásticas portuguesas, assim como os primeiros sinais de circulação de textos médicos em território nacional.

Os capítulos seguintes exploram o tema propriamente dito nas suas diversas dimensões: os homens que praticam a medicina, as suas origens, motivações e meios; aquilo que aprendem e sabem, onde, como e o que leem; os locais de prática e os instrumentos que se podem conhecer, direta ou indiretamente; e, por fim, a forma como eram vistos pelos outros, através das suas representações nos textos literários coevos.¹²

Eis a divisão proposta para a dissertação em desenvolvimento:

I - Da Antiguidade à Idade Média – O longo caminho das profissões médicas

- 1 – De Hipócrates ao Crepúsculo de Roma
- 2 – O Oriente, de novo: Medicina (em) Árabe, da Pérsia ao al-Andaluz
- 3 – Salerno, ou o renascer do ensino e da profissão médica no Ocidente latino

II – O meio: Introdução da medicina no Portugal Medieval (ca. 1150-1225)

- 1 – Médicos e físicos – Uma questão semântica?
- 2 – Monges-enfermeiros e enfermarias monásticas

III – Os indivíduos

- 1 – Os primeiros físicos e cirurgiões documentados em território português
- 2 – Origem e enquadramento social da atividade
- 3 – Indivíduos excepcionais

IV – O saber

- 1 – Aprendizagem e formação dos praticantes
- 2 – As obras: Manuscritos e circulação

V – A prática

- 1 – Locais
- 2 – O exercício da profissão

VI – As representações

- 1 – Textos trovadorescos
- 2 – Crónicas

¹² O plano inicial, que previa seis capítulos, acabou por ser reduzido para cinco, eliminando-se o último, que estudaria representações de físicos e cirurgiões em crónicas e textos trovadorescos. Vários fatores contribuíram para esta alteração: a metodologia distinta, o tempo escasso e o risco de tornar este trabalho demasiado extenso. Acrescente-se ainda o ligeiro prolongamento cronológico do anexo. Para uma comparação com o resultado final, cf. André Silva, “Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2015), 3-5.

Anexo: Tabela de físicos e cirurgiões documentados em território português entre 1192 e 1338.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS¹³

Estando numa fase relativamente adiantada da investigação, é possível apontar algumas conclusões provisórias:

- A medicina *científica e profissional* de matriz clássica terá desaparecido totalmente dos territórios hoje portugueses durante a Idade Média. A sua reintrodução terá sido feita como consequência da descoberta europeia das autoridades greco-arábicas.

- Os indivíduos identificados como físicos foram, ao longo de quase todo o século XIII, eclesiásticos pertencentes ao clero capitular, tendo na sua atividade médica um aspeto secundário ou quase accidental.

- Até à fundação da Universidade, em 1290, não terá havido qualquer forma de ensino médico organizado, assim como não parece ter havido uma transmissão não-formal ativa, de pais para filhos ou de mestre para discípulo. Os praticantes teriam obtido a sua formação fora do país, em Estudos Gerais ou não, e não teriam estabelecido uma classe autóctone capaz de se autorrenovar.

- Com o início do século XIV, os físicos e cirurgiões começam a ser cada vez mais indivíduos provenientes de meios urbanos, com raízes mercantis ou em mesteres, diminuindo progressivamente o número daqueles que eram clérigos. Os sinais de uma transmissão feita em contexto extrauniversitário, mas socialmente reconhecida, multiplicam-se.

- Com raras exceções, os clínicos portugueses não deixaram testemunhos escritos das suas práticas ou saberes. A ligação entre Pedro Julião e Frei Gil de Santarém - tradicionalmente destacados no panorama científico ducentista - e a ciência médica é demasiado frágil para que se possa reconhecê-los como destacados médicos e, por consequência, reconhecer com segurança que as obras a eles atribuídas são da sua autoria e representam manifestações da cultura médica portuguesa na Idade Média.

- Se nos perguntarmos sobre que história é possível fazer para a medicina medieval em território português, a resposta não deverá passar por uma 'história da medicina portuguesa', porque no domínio da medicina científica, racional, de matriz erudita - não falo, naturalmente, de superstições, práticas populares e/ou religiosas relacionadas com a manutenção ou recuperação da saúde -, o contributo português, nesta fase, é praticamente nulo. Não se poderá falar, igualmente, de uma "história da medicina de portugueses". Não abundam os presumíveis autores portugueses de obras médicas: Pedro Julião (Hispano), Frei Gil de Santarém, ou, já na viragem para o século XV, Valesco de Taranta. Em nenhuma obra se parece refletir a eventual origem geográfica do autor, nem se encontra qualquer relato ou dado, direto ou indireto, sobre a possível prática em território nacional. A própria identificação dos autores das obras em causa é questionável. São vários os autores que vêm demonstrando a multiplicidade de 'Pedros Hispanos', com destaque para José Francisco Meirinhos, revelando-se improvável que Pedro Julião, o papa João XXI, seja o mesmo que escreveu as obras médicas que circularam sob essa autoria. Também os escassos manuscritos com matéria atribuída a Gil de Santarém poderão tratar-se de textos apócrifos.

¹³ Resultado natural do avanço que já então levava esta investigação, as conclusões da dissertação não diferiram consideravelmente daquilo que foi apresentado nesta comunicação.

3

Um Oficial da Casa dos Contos: o contador

Hélder Brandão
Universidade Coimbra

Resumo

Neste artigo apresentamos o projecto da nossa dissertação de mestrado sobre a origem e evolução do ofício de contador, um oficial da Administração Central que tinha como principais funções controlar e fiscalizar as finanças públicas. Surgidos no reinado de D. Dinis (c.1287), eram executores de uma contabilidade pública ainda simples, mas tinham funções não especificadas. Afirmam-se no reinado de Afonso IV (1325-1357), tornando-se as suas funções mais precisas: recebem contas das circunscrições fiscais do Reino (os almoxarifados) e da Casa do Rei.

Ao longo desta breve narrativa, procuraremos apresentar um conjunto de problemas para discussão: partindo das razões da escolha do tema, passando pela enumeração e especificação das fontes utilizadas, pelo reconhecimento dos principais estudos já elaborados sobre a temática, até à estruturação do projecto e, finalmente, à identificação de algumas questões-chave que desejaríamos, se possível, partilhar neste *workshop*.

Abstract

In this article we present our master thesis' dissertation on the origin and evolution of the office of *contador* - the crown's financial affair administrator, who governed every monetary transaction and who was the grand inquisitor and fiscal agent to the realm's central banking system. This office - similar to those of Lord High Treasurer or Minister of Finance -, first appears in a simple reduced form, around 1287, during King Dinis' reign, when *contadores* executed simple public accountancy with unspecified roles. It is during King Afonso IV's reign (1325-1357) that the office becomes more detailed, when they become financial overseers of both the royal household and all the realm's financial jurisdictions (*almoxarifados*). In this article we sought to bring to discussion several issues related to this important office, namely how it evolved from a small office with unspecified roles to that of grand inquisitor, comparable to the most senior member of the Exchequer.

1. A ESCOLHA DO TEMA

Perante a necessidade de escolher um tema para o trabalho de investigação a apresentar no Seminário *População e Economia I*, duas ideias nos moveram: por um lado, as linhas de rumo de investigação sugeridas por Luís Miguel Duarte em *A História Económica do Portugal Medieval (Sugestões para uma recuperação)*, a primeira leitura proposta pela docente do Seminário, por se tratar de “um ponto da situação do estado actual da investigação em Portugal, no que diz respeito à Idade Média” (ainda que não contemple os estudos realizados nos últimos 10 anos); por outro lado, porque a docente, desde 2010-2011, tem vindo a incentivar a realização de trabalhos de investigação no âmbito das finanças públicas (contabilidade/fiscalidade). Assim sendo, decidimos, pelo nosso lado, complementar uma tese realizada neste âmbito por Ricardo Emanuel Pereira Vicente, sobre *Almoxarifes e Almoxarifados ao Tempo de D. Afonso IV* (defendida em 2013), prosseguindo, no mesmo período, com o estudo dos Contos e dos Contadores. Depois dos almoxarifes, agentes fiscais territoriais, os contadores, responsáveis pela contabilidade régia no quadro da Corte, seriam aqueles sobre os quais contaríamos com um maior número de ocorrências.

Após a leitura de algumas obras metodológicas e de estudos de contextualização (portugueses e espanhóis) sobre o período e sobre a temática, que adiante identificaremos, definimos o *corpus* documental.

Apesar de a documentação essencial para esse estudo (os *Livros da Chancelaria*, as Cortes e a Legislação de D. Afonso IV) estar escrita em português e se achar publicada, havia que tentar buscar as origens do ofício, que sabíamos encontrar-

-se no reinado de D. Dinis. Aí embateríamos com uma dificuldade dupla: uma chancelaria escrita, em parte, ainda em latim e da qual só está publicado um livro (o segundo) e que, apesar de acessível *online*, o nosso deficiente domínio da paleografia (e do latim) tornavam a tarefa difícil. Para o superar, não deixámos de contar com o prestimoso apoio da nossa orientadora.

Além disso, a tarefa não estava facilitada pelo facto de contarmos apenas, como trabalho de apoio, para o período em análise, com a obra de Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*.

Ainda assim, decidimos avançar e, apesar de tudo, entusiasmámo-nos de verdade com o trabalho de investigação para o Seminário e resolvemos fazer do assunto o tema da nossa tese de mestrado. Temendo embora que um ano (que nos faculta o Processo de Bolonha para investigação e redacção da tese) não fosse bastante, com os condicionalismos já enunciados, impeliu-nos a expectativa de virmos a realizar um trabalho inovador e poder contribuir para um melhor conhecimento das origens da contabilidade pública e, conseqüentemente, da administração pública.

2. AS FONTES CONSULTADAS E O ESTADO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A TEMÁTICA

Como já referimos, a documentação analisada foi, em primeiro lugar, a Chancelaria de D. Afonso IV, publicada pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa entre 1990 e 1992. Em 797 documentos que a constituem, registámos 116 ocorrências de contadores.¹ Esta documentação permitiu-nos identificar os contadores de Afonso IV, ao longo do seu reinado, a sua actuação no Desembargo Régio, as suas funções e as suas áreas de intervenção.

Esta pesquisa foi complementada, depois, com a análise crítica das Cortes de D. Afonso IV, publicadas por aquele mesmo Centro em 1982. São, porém, bastante mais reduzidas as informações: apenas um artigo (23^a) das Cortes de Santarém de 1331 com referência aos contos e aos contadores.

Não podíamos deixar de explorar a legislação de Afonso IV, presente no *Livro das Leis e Posturas* e nas *Ordenações de D. Duarte*, a fim de verificar que leis poderia um rei, que se crê ter sido bastante regulamentador, ter promulgado sobre o assunto. Todavia, encontrámos apenas aquele citado agravo apresentado nas referidas Cortes de Santarém de 1331, a respectiva resposta dada pelo Rei² e uma lei de 14 de Março de 1351 contra os serviços que alguns oficiais (entre os quais os contadores) tomam, para além dos seus salários, no exercício das suas funções.³

Sabíamos que a estrutura da organização da contabilidade pública se vinha a afirmar e delinear, ao compasso da centralização do poder régio, mas a sua regulamentação só se teria iniciado cinquenta anos depois, com D. João I, em 1389 (data do 1.º Regimento dos Contos).

¹ Referimo-nos a 116 documentos que registam contadores; em cada um desses documentos aparecem vários contadores (pelo menos três em simultâneo). Acrescentam-se mais dois documentos, um que refere o contador das custas da corte e outro o contador das sardinhas.

² O agravo apresentado pelos concelhos era contra os sacadores e porteiros que lhes faziam “*muyto danno e muyto desaguisado*”, não tendo a quem apresentar queixa ou pedir correcção, a não ser que se dirigissem à portaria régia ou aos seus contos. Porém, neste caso, quando chegava a ser corrigido (tarde ou nunca) já tinham recebido outros danos, pelo que solicitavam que pudessem apresentar os seus agravos contra aqueles oficiais aos juizes das terras. Na sua resposta, o rei permite que a queixa possa ser posta perante o juiz da terra, que deverá citar o porteiro ou o sacador, para, em dia determinado, se apresentarem (ou fazerem representar) perante os ouvidores da portaria ou perante os contadores (ou aqueles a quem competir a execução) e lhes conte por que razão os embargou. Cfr. *Livro das Leis e Posturas* (Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971), 301.

³ *Ibid.*, 438.

Como também já dissemos, tínhamos encontrado referências à origem dos Contos e dos contadores, que remontaria ao reinado de D. Dinis.⁴ Efectivamente, para além de termos verificado que a mais remota origem do contador poderia já encontrar-se no reinado de Afonso III,⁵ em oficiais que assistiam ao rei quando recebia “conta e recado” de arrecadadores de colheitas recebidas para o rei em “terras” e almoxarifados⁶ ou dos guardiões da sua moeda,⁷ pudemos comprovar, com clareza, que, a partir de 1287,⁸ há na corte de D. Dinis, em regra, três contadores régios, clérigos de formação. Este é um número que, por vezes, se vê aumentado para quatro⁹ e cinco,¹⁰ sendo que, muitas vezes, um deles é um judeu.¹¹ Data de 1323 a primeira referência aos Contos,¹² pressentindo-se uma relação estreita entre os almoxarifes (oficiais em distritos fiscais) e os contadores (oficiais da administração central) A prová-lo estará o facto de, para além de se “titular” no Livro do Almoxarifado do respectivo distrito os bens aforados, se passar a exigir que se fizesse a cada transacção (sobretudo em aforamentos) dois instrumentos: um a entregar ao foreiro, o outro a enviar para os Contos do Rei.

Ou seja, tornou-se claro para nós, que havíamos restringido a investigação (no trabalho de Seminário aludido) ao reinado de D. Afonso IV, que este monarca herdara, no âmbito da contabilidade e da fiscalidade pública, uma estrutura já com um razoável desenvolvimento e organização. Sendo que os fundamentos de uma “burocracia de Estado” estão, como se vem verificando, no reinado de Afonso III, esta desenvolve-se com nitidez com D. Dinis e, mais ainda e com contornos mais precisos, no de Afonso IV, altura em que a necessidade de regulamentação se começa a sentir e, em alguns casos, se processa.

Estão identificados, neste momento, todos os contadores de D. Dinis e os de D. Afonso IV. Temos uma percepção de que, em parte pelo menos, e sobretudo com D. Dinis, muitos contadores provêm do grupo dos clérigos do Rei. É mesmo possível que, de início, fossem mesmo clérigos que *ad hoc* prestariam esse serviço, razão por que os três contadores que surgem em 1287 aparecem, nas subscrições dos documentos régios, ora como contadores ora como *clerici regis*. Sabemos que, depois, exercerão outras funções (caso de João d’ Alprão que, em 1291, é chanceler régio). Dado que não temos referências a contadores entre 1287 e 1301, pressupomos que foram anos de “montagem” e definição da estrutura. Desde então e até ao final do reinado de D. Dinis, encontramos sempre os contadores no despacho das cartas de aforamento, em nome do

⁴ Cfr. Avelino de Jesus da Costa, “A chancelaria real portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438,” *Revista da Faculdade de Letras*, II.^a Série, vol. XIII (1996): 71-101, *maxime* 74.

⁵ Não esquecemos a existência de quatro livros da contabilidade do Reino (*livros recabedo Regni*), mencionados numa lei de D. Afonso II, de 1222, três dos quais confiados ao alferes, ao mordomo e ao chanceler.

⁶ Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, *Chancelaria de D. Afonso III* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006), Liv. I, vol. 2, doc. 582 (1273 Junho 15, Lisboa): “*ego, Alfonsus dei gratia Rex Portugalie et Algarbii, recepi computum et recabedum de Petro Martini filio de Martini Ryal quondam mei almoxariffi Vimaranis ... de predicto almoxariffatu ... et de terra de ... et de terra de ... et de judicatu de ...*”. Tenha-se em conta que são referidos no documento contadores (*computatores*) perante os quais aquele filho de Martim Peres Rial prestou contas: o mordomo, o chanceler, o vice-chanceler, três clérigos régios (Martim Peres, Domingos Peres e Domingos Vicente), o notário da chancelaria João Vicente e o escrivão régio Paio Anes.

⁷ Perante o chanceler e João Quivenit, cidadão de Coimbra, e Mestre Mateus de Estela e Martim Peres e Domingos Peres e seus clérigos e Domingos Vicente e Paio Martins, seus escrivães da sua moeda, recebeu o Rei *computum et recabedum* de Martim Anes, seu colação, e de Pedro Martins, ourives de Coimbra, *custodibus de mea moneta nova* (*Chancelaria de D. Afonso III*, Liv. I, vol. 1, doc. 340 - 1264 Novembro 30, Coimbra).

⁸ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. I, fls. 204v.-205v. (1287 Julho 22); 206v.-207v. (1287 Agosto 9).

⁹ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. IV, fl. 16 (1301 Junho 16, Lisboa); *Ibid.*, Livro III, fls. 91v., 92, 92v., 93 (todos ao longo do ano de 1323)

¹⁰ TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. III, fl. 149 (1321 Abril 13, Santarém).

¹¹ Não estamos seguros, neste momento, se a presença deste judeu (Judas Rabi) ocorre apenas quando o aforamento é feito a um judeu (situação comprovada alguma das vezes).

¹² TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. III, fls. 150-150v. (1323 Maio 4, Santarém).

rei. Há, tão-só, uma ou outra excepção em que os contadores exercem funções de natureza judicial, como ouvidores de feitos.¹³

A continuidade na estrutura e na organização dos Contos no reinado de Afonso IV face ao de D. Dinis é concretizada e reforçada, ainda, pela manutenção ou constância de oficiais de um reinado no seguinte. Continuam vulgarmente 4 ou 5 contadores (em menor número de actos, 3 ou 1 acompanhado de um escrivão), parecendo haver um contador maior (ou porque aparece sempre em primeiro lugar ou porque, quando surge apenas um, é ele o mencionado).

Durante os primeiros 13 anos de governo de D. Afonso IV, os contadores ainda emergem nos mesmos contextos em que apareciam no reinado de D. Dinis: no despacho, em nome do rei, das cartas de aforamento. A partir daí, não se excluindo essas situações, começam a exercer funções que estarão mais entrosadas nas que são atribuídas aos contadores: receberem, em nome do rei, “conta e recado” dos almoxarifes¹⁴ e, em casos de contestação ou recusa do pagamento de uma dívida, verificarem da sua obrigatoriedade.

A estruturação do nosso projecto, o seu desenvolvimento e o levantar de questões às fontes que analisámos beneficiaria muito com uma bibliografia especializada na temática. Como dissemos de início, não temos obras de síntese muito relevantes, ou estudos de caso recentes sobre a temática.

De facto, no campo da produção bibliográfica de História económica deparamo-nos com alguns obstáculos, na medida em que, apesar da existência de obras de teor económico e financeiro, a quantidade de trabalhos relacionados com oficiais e instituições fiscais é reduzida.

Porém, ainda que com algum atraso relativamente a outras regiões da Europa (nomeadamente a França e a Espanha¹⁵), desde há alguns anos vem-se sentindo um certo interesse pelos temas das finanças e da fiscalidade de Estado na Idade Média. Não podemos deixar de relevar a tese de doutoramento de António Castro Henriques, de 2008, *State Finance, War and Redistribution in Portugal, 1249-1527* e, mais recentemente (a 31 de Outubro de 2014), a realização na Universidade Nova de Lisboa de um Colóquio Internacional sobre fiscalidade medieval portuguesa (em que estivemos presente) designado “A Fiscalidade na Construção do Portugal Medieval: a Coroa, a Igreja e as Cidades”.

Falamos, porém, de uma renovação dos estudos neste âmbito, já que em meados do século passado haviam-se publicado obras de relevo sobre a problemática que nos ocupa. A que se relaciona directamente com o nosso objecto de estudo é a obra *A Casa dos Contos*, de Virgínia Rau, com edições em 1951 e 1959.¹⁶ Lamentavelmente, apenas as 6 primeiras páginas importam ao nosso estudo, pois a obra incide sobre uma cronologia posterior àquela sobre a qual nos debruçamos e apoia-se nos 3 mais antigos Regimentos dos Contos (1389, 1419 e 1434).

¹³ Cfr. TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Liv. III, fl. 85 (1314 Janeiro 15, Coimbra).

¹⁴ *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa), vol. II, doc. 131 (Setembro de 1338); vol. III, docs. 357, 373, 374 (todos de Abril de 1342), 411 (de 1344). No doc. 134 do vol. II, de Agosto de 1338, libertava-se, por sentença, o mosteiro de Santa Cruz do pagamento à portaria régia de 85 libras, a que fora obrigado a pagar, até que os contadores provassem que o mosteiro a tanto era obrigado.

¹⁵ Luís Miguel Duarte dá-nos conta de um grupo de historiadores espanhóis e franceses que, já desde os últimos anos do século passado, têm vindo a trabalhar sistematicamente a fiscalidade medieval, nomeadamente “A fiscalidade do Estado e a fiscalidade municipal nos reinos hispânicos na Baixa Idade Média”, acerca do que têm organizado seminários (o último de que nos fala realizou-se em finais de Outubro de 2000) e publicado alguns trabalhos. Em 1992 era publicada a 1.^a edição da obra de Miguel Angel Ladero Quesada, *Fiscalidad Y Poder Real En Castilla 1252-1369*. Teve uma recente 2.^a ed. em 2011, da Real Academia de História, que o autor afirma completar o fundamental das suas obras, publicadas pela mesma Academia, sobre os recursos fazendísticos da monarquia castelhana entre Afonso X e os Reis Católicos (*La Hacienda Real de Castilla 1369-1504. Estudios y documentos*).

¹⁶ Foi recentemente objeto de uma nova edição em 2009 (ano em que se comemorou a criação do Tribunal de Contas).

3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

É tempo de nos referirmos à estrutura do trabalho propriamente dito, ou seja, do que nós próprio investigámos e produzimos. Cremos que será inquestionável, depois da apresentação das fontes e do “estado da questão”, a necessidade que sentimos de buscar as origens da Contabilidade Pública e de, com o estudo delas, constituirmos a I Parte da dissertação.

Este estudo inicia-se justamente num tempo de construção do Estado e consequente incremento dos meios fiscais. Muito embora muitos dos procedimentos próprios da administração fiscal existissem já, falta o desenvolvimento dos organismos centrais (a Casa dos Contos e os contadores) e a sua regulamentação.

Não deixando de aceitar que algum processo embrionário de uma repartição contabilística (ao lado da génese de uma burocracia e de um aparelho judicial) remonta as suas raízes ao reinado de Afonso II, não temos dados concretos para tal, a não ser a mencionada referência aos *Livros do Recabedo*.

Depois dos mais recentes estudos de Leontina Ventura¹⁷ e de José Mattoso¹⁸ sobre D. Afonso III, não permanece qualquer dúvida que estamos perante um tempo de formação de uma monarquia “moderna” e de montagem da máquina do Estado: no âmbito burocrático, legislativo, judicial, policial e fiscal. Para além dos dados já atrás referidos a este respeito, aduziremos e analisaremos ainda outros, neste 1.º capítulo da 1.ª Parte.

Estamos, de todo, de acordo com José Mattoso quando afirma que, montadas as peças da máquina do Estado por Afonso III, a D. Dinis “bastou-lhe olear a máquina e melhorar os seus mecanismos”.¹⁹ Isso está provado no que toca aos almoxarifes e aos almoxarifados²⁰ e nós podemos prová-lo relativamente aos contadores, que aparecem nos inícios do seu reinado, e aos Contos. Compreende-se, de todo que este segundo capítulo da 1.ª Parte seja pois bastante mais extenso e aprofundado que o primeiro. O tempo de governação é quase a dobrar e são dados passos seguros na estruturação da contabilidade e da fiscalidade régia: criam-se os Contos, multiplicam-se os contadores e vão-se precisando (e especializando) as suas funções.

O desenvolvimento que D. Dinis imprimiu contribuirá para uma franca evolução das instituições de gestão financeira, nomeadamente, dos Contos, no reinado de D. Afonso IV, ou seja, como escreveu Bernardo Vasconcelos e Sousa, “naquele que é muito justamente considerado um reinado-chave para a edificação e a consolidação das instituições administrativas dos finais da Idade Média portuguesa e, nessa via, para a afirmação cada vez mais actuante e presente do rei em todo o reino”.²¹ A “fiscalidade de Estado” impõe-se sobre a fiscalidade senhorial, a contabilidade pública complexifica-se, os Contos fixam-se em Lisboa e os contadores (um corpo de oficiais) garantem a verificação das contas públicas. Passa a haver Contos do Rei (tomam as contas da Casa Real) e Contos de Lisboa (tomam e verificam as despesas e receitas de todos os almoxarifados do país), uns e outros com *Livros de Registo* próprios. Este será o 3.º capítulo da Primeira Parte.

A Segunda Parte deste estudo será constituída por uma análise sociológica do grupo dos contadores de D. Afonso IV. Procuraremos descortinar as origens sociais de

¹⁷ Leontina Ventura, “A Nobreza de Corte de Afonso III” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 1992); Leontina Ventura, “Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia,” in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. Vol 3 de Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 123-144; Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

¹⁸ José Matoso, “O triunfo da monarquia portuguesa:1258-1264. Ensaio de história política,” *Análise Social*, vol. XXXV, 157 (2001): 899-935.

¹⁹ *Ibid.*, 933.

²⁰ Confronte-se Ricardo Emanuel Pereira Vicente, “Almoxarifes e almoxarifados ao tempo de D. Afonso IV” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2013).

²¹ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 77-78.

cada contador, a mobilidade entre cargos, a duração da carreira de contador, as funções e competências intrínsecas ao seu ofício, casos de hereditariedade, etc.

4. A EVOLUÇÃO DO OFÍCIO DE CONTADOR – ALGUMAS QUESTÕES

Ao longo de todo o percurso já efectuado — no que toca à investigação, análise e início da redacção desta tese sobre a génese e evolução dos Contos e dos contadores — temos sentido os obstáculos decorrentes da escassa informação que as fontes nos proporcionam (aparentemente muita, mas repetitiva e nem sempre expressiva).

A criação dos Contos d'el Rei, com seus livros, suportados por um grupo de oficiais, os contadores, serão um sinal inequívoco da evolução económica e da tomada de consciência da importância do controlo das finanças de um reino que se queria autonomizar e afirmar. A proveniência social e as competências destes oficiais especializados na gestão da Fazenda, em tomar e conferir contas, estão na linha dos *homines sapientes* que começaram a surgir no reinado de D. Afonso III. Os monarcas perceberam com rapidez a importância em terem ao seu redor homens com a capacidade do saber, não só para os aconselharem, mas também para servirem como o verdadeiro e primeiro suporte burocrático e administrativo para as lides de uma governação, que cada vez mais se caracterizava pela complexidade de assuntos jurídicos e económicos de um novo Estado, mais moderno. Os contadores, ao lado de outros, como os Sacadores, Ouvidores da Portaria, Ouvidores, Almojarifes — com um aparecimento anterior aos referidos — e o Vedor da Fazenda com D. Fernando²² — são a resposta humana a toda esta evolução que se fazia sentir.

Em relação ao papel dos contadores, pouco se pode afirmar, ainda, categoricamente — apreciações que deixamos, logicamente, para o estudo final. As considerações, ainda por comprovar, já as avançámos atrás. Trata-se de oficiais surgidos, se não antes, na década de oitenta do século XIII, identificados como «contadores d'el rei». Entre três a cinco agem em simultâneo, tanto no reinado de D. Dinis como no de D. Afonso IV, ou surgem como subscritores em reuniões de cúria ou despacham, em nome do Rei, documentos de carácter financeiro, nomeadamente os aforamentos: “El Rei o mandou pelos contadores». Podemos adiantar, no que toca às carreiras, que temos um conjunto de 4 contadores, cuja carreira se prolongou por 4 a 17 anos, e o conjunto restante que evidencia percursos menos longos, oscilando entre 1 a 4 anos.

A importância e contribuição prática deste oficial, na sua fase inicial, da década de oitenta do século XIII a meados do XIV, não é ainda suficientemente clara. A regulamentação efectiva das funções dos contadores só ocorre trinta anos depois (1389).

Porém, estas incertezas e indefinições tornam o desafio mais estimulante.

São, ainda, várias as interrogações que colocamos, nomeadamente: quais as capacidades ou aptidões exigidas para o exercício de tais funções? Como eram escolhidos? Quem era escolhido? Que capacidades ou aptidões exigidas para o exercício de tais funções? Como eram escolhidos? Integrar-se-ia este ofício num *cursus honorum* cujo expoente máximo era o Vedor da Fazenda? É bem possível: assim aconteceu com

²² Aceitando que o ofício de vedor da fazenda só se tenha vindo a enraizar a partir de D. Fernando, como o afirmam a maior parte dos historiadores que se têm dedicado à História Institucional, facto é que, em 1341, ou seja, em tempo de Afonso IV, surge o primeiro vedor da fazenda, Pero Esteves. Cf. Vicente, “Almojarifes e almojarifados ao tempo de D. Afonso IV,” 68; António de Castro Henriques, “State Finance, War and Redistribution in Portugal, 1249-1527” (Tese de Doutoramento, Universidade de York, 2008), 139; Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio: 1320-1433* (Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1990), 120.

Pero Esteves, vassalo régio e contador (pelo menos desde 1310) e, depois, vedor da fazenda, em 1341.

Uma outra questão, de ordem diferente, se coloca ainda: este projeto foi pensado para se centrar nos contadores e na contabilidade pública durante o reinado de D. Afonso IV, mas, entretanto, a investigação foi-se estendendo, embora de forma menos aprofundada, até ao reinado de D. Dinis; deveria o título deste trabalho refletir este alargamento dos marcos cronológicos inicialmente definidos?

No debate que este projecto puder suscitar, no ultimar da investigação e no processo de análise e reflexão que estão em curso, almejamos encontrar linhas de rumo ou respostas às questões aqui enunciadas...

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

**Os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438):
contextualização historiográfica, metodologia e objetivos de uma
dissertação de mestrado¹**

Leandro Ribeiro Ferreira
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo procura dar a conhecer o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado sobre uma das experiências militares mais originais de toda a Idade Média Peninsular: a milícia dos besteiros do conto. Criada em Portugal em 1299, por D. Dinis (1279-1325), era formada por elementos recrutados, essencialmente, dentro do grupo popular dos mesterais, com preferência para aqueles que revelassem especial aptidão no manuseio da besta. Esta força militar de base concelhia possuía uma estrutura de comando autónoma relativamente aos restantes contingentes militares municipais, gozava de um sistema remuneratório próprio e beneficiava de um atraente conjunto de privilégios. Para além disso, os besteiros do conto estavam também sujeitos a um conjunto de deveres específicos, nomeadamente ao nível do treino, da posse e manutenção de armas de qualidade e de um número específico de munições, para além de se encontrarem obrigados a manter um elevado grau de prontidão, circunstâncias que os convertiam numa autêntica força de elite.

Abstract

This paper aims to disclose of the development of a Master's Thesis about one of the one of the most unique military experiences throughout the Peninsular Middle Ages: the militia of «besteiros do conto» (crossbowmen). Created in Portugal in 1299, by King Denis of Portugal (1279-1325), it was formed by elements recruited mainly within the popular group of craftsmen, with preference for those who had previously shown special aptitudes in handling the crossbow. This military force – who's member were recruited within the municipal militias – had an autonomous command structure, a special payment system and enjoyed an attractive set of privileges. But beyond that, the «besteiros do conto» were also subject to a set of specific duties such as regular training, owning and the maintaining its weapon in good conditions, and having a specific number of ammunition, in order to keep a high degree of readiness, circumstances that convert them into an authentic elite force.

Durante uma boa parte do século XX, a historiografia portuguesa, à semelhança daquilo que aconteceu um pouco por toda a Europa, esteve afastada dos horizontes da História Militar. A deflagração na Europa de duas Guerras Mundiais, na primeira metade do século XX, provocou nos historiadores coevos uma certa 'aversão' ao estudo deste tema. A demorada cicatrização das feridas originadas por esses dois conflitos bélicos, aliada à influência dos *Analles* e da *Nouvelle Histoire*, que encaravam a História Militar como *événementielle*, levou a que se mantivessem, no início daquele século, registos historiográficos diretamente ligados à componente política, desenvolvendo uma narrativa linear e contínua, de sucessão dos acontecimentos provocados pelas grandes figuras da história. Esta 'velha' História Militar, refém da ambiguidade entre o *événementielle* e o político-militar, começou a ser contrariada, em Inglaterra e em França, nas décadas de 1970 e 1980. Com efeito, assiste-se à criação de

¹ A dissertação que apresentamos foi defendida em provas públicas no dia 28 de outubro de 2015, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, perante um júri que teve como arguente o Professor Doutor João Gouveia Monteiro. Uma versão online desta investigação estará brevemente disponível no acervo daquela instituição. No entanto, o artigo publicado nesta edição da *Incipit* foi preparado numa altura em que a redação da referida dissertação ainda se encontrava numa fase embrionária, pelo que optamos por manter o trabalho original que compilámos para apresentar no *Workshop de Estudos Medievais*. Com efeito, foram apenas efetuadas algumas correções, sobretudo no que respeita à forma do texto apresentado.

uma perspetiva historiográfica que visa, conforme indicou João Gouveia Monteiro, uma “História da Guerra Total”, designada por Nova História Militar, a qual procura desenvolver o estudo das atividades marciais, incluindo os aspetos tecnológicos, sem descuidar, entre outros, as dimensões sociais, económicas e o impacto da guerra nos comportamentos comunitários. Esta renovação, iniciada nos países anglo-saxónicos, estende-se progressivamente às outras historiografias europeias e está, hoje, em franco desenvolvimento em Portugal.²

Esboçar a história dos besteiros do conto permite que acompanhem, a par e passo, algumas das mutações historiográficas mencionadas no parágrafo anterior. Na primeira metade do século XIX, Alexandre Herculano dá o primeiro contributo para o estudo deste corpo militar. Num artigo, datado de 1837, o autor dedica um pequeno parágrafo aos besteiros do conto, no qual menciona que esta milícia utilizava besta de polé, estava alistada pelas comarcas do reino e os homens que a integravam podiam ser considerados “como soldados de um exército permanente”.³ Esta última afirmação deve ser lida com relativa prudência, pois, conforme sugeriu Miguel Gomes Martins, em 1997, os contingentes de besteiros do conto eram formados por homens em regime de “quase-permanência”, uma vez que os seus elementos não se ocupavam exclusivamente da arte da guerra. Enquanto mantinham outras ocupações laborais, estavam permanentemente disponíveis para se mobilizar e integrar as hostes militares portuguesas.⁴

Apesar de sintética, a análise de Herculano é inovadora porque observa estes combatentes como parte integrante das hostes militares medievais. Até esta data, os róis de besteiros do conto tinham sido estudados, é certo, mas apenas como mero instrumento de reflexão para a realização de cálculos populacionais. Neste âmbito, alguns autores,⁵ realizaram estimativas populacionais com base no rol de besteiros do conto de 1421, inserto nas *Ordenações Afonsinas*.⁶ No entanto, os valores propostos seriam rejeitados por Henrique da Gama Barros, em 1896,⁷ Costa Lobo, em 1903,⁸ e Luís Miguel Duarte, em 1996,⁹ pois, segundo estes autores, os cálculos são conseguidos através da utilização arbitrária de um coeficiente multiplicador. Pese toda a polémica originada por este duro debate historiográfico, partilhamos a ambição de realizar, nesta dissertação de mestrado, algumas reflexões sobre o assunto. No momento atual da investigação, apesar de os resultados se demonstrarem ainda muito provisórios, tendemos a alinhar junto de Gama Barros e seus pares.

Após a publicação do artigo de Alexandre Herculano, teríamos de esperar cerca de meio século para que surgisse uma obra que avançasse significativamente no

² João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, “The Medieval Military History,” em *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, eds. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria de Lurdes Rosa e Maria João Branco (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 459-481.

³ Alexandre Herculano, “Milícia da Idade Média,” em *O Panorama. Jornal Literário e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis* (Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1837), vol. I, 217-220.

⁴ Miguel Gomes Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa: De 1325 aos inícios do século XV,” *Cadernos do Arquivo Municipal* 1 (1997): 90-117.

⁵ Joaquim Soares Barros, “Memoria sobre as cauzas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarchia,” em *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas* (Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1789), vol. I, 123-151; Luiz Augusto Rebello da Silva, *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal, desde a fundação da monarchia até 1865* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1868), 42-72; J. Lúcio de Azevedo, “Organização Económica,” em *História de Portugal*, ed. Damião Peres (Barcelos: Portucalense Editora, 1929), vol. II, 393-445; A. H. de Oliveira Marques, *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2ª ed. (Lisboa: Editorial Veiga, 1980), 54.

⁶ *Ordenações Afonsinas* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984), vol. I, tít. LXIX, 437-447.

⁷ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública nos Séculos XII a XV*, 2ª ed. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945), vol. IV, 209-215.

⁸ A. de Sousa Silva Lobo, *História da Sociedade em Portugal no seculo XV* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1903).

⁹ Luís Miguel Duarte, “Demografia, História da Família e da População Portuguesa na Idade Média: Algumas Reflexões,” *População e Sociedade* 2 (1996): 185-190.

conhecimento deste corpo militar. Henrique da Gama Barros, nos volumes IV e V da sua monumental *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII – XV*, publicados em 1885 e 1896 respetivamente, tece vários apontamentos sobre os besteiros do conto. Neste trabalho, para além de estabelecer considerações gerais sobre este corpo militar, aborda a existência de contingentes de besteiros nas hostes municipais desde o século XII. Ainda assim, sem se comprometer, o autor afirma que a milícia terá sido criada entre os reinados de D. Afonso III e D. Afonso IV.¹⁰ O problema da data de criação dos besteiros do conto permaneceu irresolúvel até ao final do século XX, pelo que as afirmações de Gama Barros vigoraram durante cerca de 100 anos. Miguel Gomes Martins, em vários trabalhos publicados entre 1997 e 2014, forneceu dados que permitem apurar com maior rigor o momento de criação deste corpo militar. Este historiador atribuiu a D. Dinis a responsabilidade pela instituição dos besteiros do conto. As primeiras referências documentais que mencionam esta milícia surgem, segundo este autor, após a conclusão do cerco a Portalegre, em 1299, no contexto dos conflitos internos que envolveram D. Dinis e o seu irmão, D. Afonso. No rescaldo desta operação militar, o monarca agracia os besteiros do conto de Serpa com alguns privilégios como recompensa pelo papel que desempenharam nesta batalha.¹¹

Retomando a narrativa sobre os contributos de Gama Barros, é possível avançar que este autor estabeleceu um conjunto de apontamentos sobre as origens socioprofissionais dos homens que incorporavam os besteiros do conto. Este autor afirma que os combatentes desta “milícia autónoma”, “a primeira entre os peões”, eram homens casados e recrutados predominantemente entre os homens de mester e os pequenos proprietários rurais, sendo, portanto, indivíduos de menor contia.¹² No entanto, conforme ressaltou Miguel Gomes Martins, esta divisão parece ser pouco precisa,¹³ uma vez que os combatentes que integravam os besteiros do conto eram indivíduos de recursos económicos médios, podendo, em alguns casos, possuir riquezas assinaláveis.¹⁴

Por fim, Gama Barros faz uma incursão quer pelos privilégios de que beneficiavam os besteiros do conto, quer pelos deveres a que estavam sujeitos os homens que integravam este corpo militar. Com base nesta análise, este autor reflete sobre o facto de as benesses associadas a esta milícia não compensarem, por vezes, os encargos a que estavam sujeitos, o que levava, portanto, à relutância com que nalgumas terras se processava o alistamento.¹⁵ A problemática iniciada por Gama Barros foi, em 1997, aprofundada por João Gouveia Monteiro. Segundo este historiador, numa fase inicial relativamente prolongada, os privilégios e o estatuto social dos besteiros do conto constituíam um forte aliciante para a incorporação nesta milícia. No entanto, a revogação de algumas das suas prerrogativas, por volta de finais do século XIV, nomeadamente a isenção de pagamento de jugadas e oitavas, conciliada com questões pouco atrativas no desempenho deste ofício (tais como a atividade bélica ou diversas obrigatoriedades que implicavam uma mobilidade permanente), resultaram num esmorecer da atratividade de incorporação neste corpo militar.¹⁶

Depois de Gama Barros, só em 1929 é compilado um novo estudo que menciona esta milícia com relativo destaque. Na *História de Portugal*, de Damião Peres, Vitoriano José César redige um capítulo sobre *Organização Militar*. Neste contexto, deve ser relevado que o contributo mais significativo deste autor consiste na identificação da imposição do anadel-mor durante o reinado de D. Pedro I. Apesar

¹⁰ Barros, *História da Administração Pública*, vol. IV, 209-215.

¹¹ Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001), 94-95.

¹² Barros, *História da Administração Pública*, vol. IV, 209-215.

¹³ Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa,” 101-102.

¹⁴ Miguel Gomes Martins, “Los Ballesteros do conto en Portugal en la Edad Media,” *Medievalismo* 18 (2008): 393.

¹⁵ Barros, *História da Administração Pública*, vol. V, 232-254.

¹⁶ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal: nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 67-68.

disso, esta obra possui uma lacuna que enferma, nos dias de hoje, a valia deste trabalho, ou seja, praticamente não apresenta citações bibliográficas, nem remete para as fontes documentais consultadas.¹⁷

Após a publicação do trabalho de Vitoriano José César seguiu-se um longo hiato de 42 anos, sem que se conhecessem quaisquer estudos de relevo sobre os besteiros do conto, o qual foi quebrado, em 1971, através da publicação dos artigos “Armamento”, “Anadel” e “Besteiros”, no *Dicionário de História de Portugal*, por Gastão de Mello de Matos. Estes textos são importantes para a iniciação de leituras sobre o assunto. São artigos de síntese, que além de tecerem um conjunto de considerações gerais sobre os besteiros do conto, são também inovadores porque observam este corpo militar com novas perspectivas, nomeadamente através de uma razoável análise ao seu armamento.¹⁸ Para além disso, Gastão de Mello de Matos indica que foi em 1498 que esta milícia conheceu o seu fim, com a sua extinção a ser decidida por D. Manuel, em reflexo da perda de importância da besta, manifestada após o surgimento das armas de fogo, assistindo-se, assim, à substituição destes atiradores armados com besta pelos espingardeiros do conto.¹⁹ Miguel Gomes Martins, por sua vez, adianta que estes dois corpos militares chegaram mesmo a coexistir na fase final da existência dos besteiros do conto, participando, inclusive, conjuntamente no desastre de Tânger, em 1437.²⁰ Este assunto permanece praticamente intocado na historiografia portuguesa, estando ainda por realizar um estudo aprofundado sobre o processo de substituição dos besteiros do conto pelos espingardeiros do conto, sem mencionar uma série de considerações gerais que se desconhecem sobre estes últimos combatentes.²¹

Humberto Baquero Moreno, em 1977, publica um artigo sobre os *Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446)*. Esta obra realiza um levantamento documental bastante apurado sobre o período de regência do Infante e é o único trabalho que estuda de forma pormenorizada o período posterior a D. João I. Para além de uma série de considerações gerais sobre o recrutamento, as competências dos anadéis, os privilégios e deveres associados aos besteiros do conto, este autor destaca-se por algumas reflexões que podem ser aplicadas a outros períodos da história deste corpo militar. Baquero Moreno, após analisar a promulgação dos privilégios aos besteiros do conto pelo Infante D. Pedro, conclui que existe uma intensificação deste tipo de documentação aquando dos preparativos para o auxílio militar a Castela (1444-1445).²² Esta perspectiva encontra paralelismos na nossa dissertação de mestrado, uma vez que detetamos uma incidência especial de documentação sobre os besteiros do conto, promulgada pela Coroa, em alguns períodos históricos.

Por fim, Baquero Moreno foi também o primeiro historiador a observar o impacto dos besteiros do conto nos comportamentos comunitários, analisando os privilégios de que usufruíam, os quais, por vezes, criavam conflitos com as autoridades

¹⁷ Vitoriano José César, “Organização Militar,” em *História de Portugal*, ed. Damião Peres, (Barcelos: Portucalense Editora, 1929), vol. II, 525-551.

¹⁸ Gastão de Mello Matos, “Anadel,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), vol. I, 145; Gastão de Mello Matos, “Armamento,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), vol. I, 189-201; Gastão de Mello Matos, “Besteiros,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971), vol. I, 339-340.

¹⁹ Matos, “Anadel,” 145.

²⁰ Martins, “Los Ballesteros do conto,” 385.

²¹ Recentemente, em 2014, foram defendidas, na FLUP, duas dissertações de mestrado que permitem retirar algumas ilações sobre este assunto: Bárbara Patrícia Leite Costa, “Engenhos e armas de cerco na Baixa Idade Média Portuguesa” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014); Carlos Eduardo de Resende Fernandes Jorge, “A adaptação à pirobalística nos castelos tardo-medievais do Noroeste de Portugal” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014).

²² Humberto Baquero Moreno, “Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446),” *Bracara Augusta* 31 (1997): 59-86.

municipais, sobretudo devido aos excessos praticados.²³ Este assunto foi retomado, em 2014, num trabalho da nossa autoria, que estudou os abusos de poder e as irregularidades verificadas no seio dos besteiros do conto, durante o reinado de D. João I; malfeitorias, essas, que influenciavam, não raras vezes, as vivências e os comportamentos comunitários dos respetivos lugares.²⁴

Em 1985, José Mattoso reflete sobre algumas questões relacionadas com os besteiros do conto nos seus ensaios de História de Portugal. Para este autor, os homens arrolados neste corpo militar beneficiavam de um importante conjunto de privilégios que os distinguiu dos restantes peões. No entanto, apesar de usufruírem de honra de cavaleiro para efeitos jurídicos, não podiam almejar uma promoção ao estatuto de cavaleiros-vilãos. Para além disso, segundo José Mattoso, estes combatentes representam um dos primeiros contingentes militares que evidenciam “mínimos de profissionalização”.²⁵ Por sua vez, A. H. de Oliveira Marques, em 1987, afirma que os instrumentos criados pela Coroa para organizar e reger os besteiros do conto resultaram num “primeiro passo na estruturação de um Estado de características modernas”.²⁶ João Gouveia Monteiro, de outro modo, em 1998, com mais reservas, acrescenta que estes homens apresentam, pelo menos, indícios “de especialização numa determinada arma (cuja utilização, exigia, aliás, um treino regular)”.²⁷ De igual modo, este autor indica que a “articulação entre a política militar da Coroa e a milícia dos besteiros do conto (...) terá facilitado a integração do serviço prestado por estes milicianos no padrão remuneratório estipendiário que, progressivamente, se foi impondo entre nós, a partir dos finais do século XIV”.²⁸ Miguel Gomes Martins, em 1999, sintetiza este debate historiográfico, afirmando que os besteiros do conto eram “elementos de uma tropa de elite” e que, como tal, “deveriam manter um elevado grau de prontidão, pelo que tinham, com alguma regularidade, que dedicar-se a exercícios de tiro”.²⁹

Maria da Conceição Falcão Ferreira, em 1988, publicou um artigo pioneiro e exaustivo sobre os besteiros do conto de Guimarães durante o século XIV. Este trabalho demonstra a necessidade de realização de investigações com um raio de ação local, com o objetivo de compreender a organização teórica e a execução prática da arte da guerra, não só dos besteiros do conto, mas também de toda a atividade bélica medieval em Portugal.³⁰ Ao longo deste artigo, a autora lança algumas das bases que os investigadores que lhe sucederam trilharam nos seus trabalhos, nomeadamente no conhecimento das origens socioprofissionais dos indivíduos que incorporavam os besteiros do conto, já que a autora conclui que, em 1348, todos os elementos arrolados no *conto* de Guimarães eram homens de mester, denotando-se, igualmente, uma presença considerável de sapateiros.³¹ A preferência por mesteirais, segundo Miguel Gomes Martins, traduz-se, por um lado, pela existência de uma maior disponibilidade

²³ Moreno, “Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro,” 59-86.

²⁴ Leandro Ribeiro Ferreira, “Besteiros do Conto (Crossbowmen): Organization, abuses of power and irregularities during the reign of Dom João I (1385-1433),” *E-Journal of Portuguese History* 12 (2014): 67-86.

²⁵ José Mattoso, *Identificação de um país: Oposição*, 2ª ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1995).

²⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal nas Crises dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 348.

²⁷ Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 65.

²⁸ *Ibid.*, 73-74.

²⁹ Martins, *Lisboa e a Guerra*, 44-46.

³⁰ Neste âmbito, veja-se igualmente os três importantes trabalhos de Miguel Gomes Martins sobre os besteiros do conto de Lisboa (Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa”; Martins, *Lisboa e a Guerra*; Miguel Gomes Martins, “O conto dos besteiros de 1421 – da teoria à prática. Um exemplo do termo de Lisboa,” em *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003) vol. III, 1203-1209), os quais desvendam uma série de preceitos acerca deste corpo militar, conforme poderemos ver no desenrolar deste estado da arte.

³¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Os Besteiros do Conto de Guimarães na Centúria de Trezentos,” *Revista de Ciências Históricas* 3 (1988): 183-216.

para o cumprimento das obrigações militares e, por outro, impedia que atividades ligadas à agricultura fossem perturbadas pela necessidade de mobilização dos combatentes.³²

O final da década de 70 e a década de 80 consagraram-se como uma época bastante fértil para o estudo dos besteiros do conto, contrastando em toda a linha com o período que lhe antecedeu.³³ Após os trabalhos de Humberto Baquero Moreno, José Mattoso, A. H. de Oliveira Marques e Maria da Conceição Falcão Ferreira, foi dado o mote para um estudo mais aprofundado deste corpo militar. As bases de investigação foram construídas e João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins, acima de quaisquer outros, contribuíram para a edificação de uma sólida estrutura de conhecimento sobre os besteiros do conto. Estes autores, bem como outros que devem ser mencionados, assumirão, nesta fase final do nosso estado da arte, o protagonismo que lhes é devido.

Em 1997, João Gouveia Monteiro defendeu a sua tese de doutoramento sobre *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, publicada em 1998. Nesta obra, o historiador esgrime vários apontamentos sobre os besteiros do conto. Em primeiro lugar, deve ser destacada a distinção clara que Gouveia Monteiro faz entre os aquantiados em besta, os besteiros do conto e os besteiros de cavalo, caracterizando-os como três milícias autónomas e, como tal, passíveis de serem investigadas de modo independente. Em segundo lugar, o autor, através de uma comparação com outros corpos militares estrangeiros, enfatiza a eficácia militar e a precocidade de que se revestiu a organização, em Portugal, de uma milícia com as características dos besteiros do conto. Em terceiro lugar, aprofunda o conhecimento de algumas questões relacionadas com os privilégios destes combatentes, nomeadamente na temática do direito de aposentadoria. Em quarto lugar, João Gouveia Monteiro teoriza sobre o processo de apuramento dos homens arrolados nesta milícia, concluindo que, apesar de existir o costume de serem os próprios concelhos a apontar o nome dos indivíduos a incluir no respetivo *conto* de besteiros, “a Coroa terá procurado explorar todas as possibilidades que surgiam para intervir nesse processo, em nome de prazos que não se cumpriam, de situações fraudulentas que importava corrigir, ou de apuramentos que urgia completar”. Em quinto lugar, ao refletir sobre a estrutura de comando dos besteiros do conto, João Gouveia Monteiro percebe que a partir do momento em que a Coroa começou a nomear os anadéis-locais, os monarcas portugueses passaram, então, a dispor de uma margem de manobra mais acentuada, que permitia a execução de um controlo mais apertado em relação à implementação dos seus objetivos.³⁴ Miguel Gomes Martins, por sua vez, estudou detalhadamente a hierarquia dos besteiros do conto da cidade de Lisboa, concluindo que, para além do anadel-mor e dos anadéis-locais, existiriam ainda outros oficiais responsáveis por grupos mais reduzidos de combatentes (designados pela documentação por trintaneiros), bem como alferes, mordomos e porteiros. Para além disso, este autor sugere que o corregedor de Lisboa tinha ainda responsabilidade direta na gestão da milícia, estando a sua intervenção no recrutamento dos besteiros do conto prevista desde, pelo menos, 1340, época em que o “Regimento dos Corregedores” o incumbia de tarefas de supervisão do apuramento dos homens arrolados neste corpo militar.³⁵ Por fim, é pertinente indicar que Miguel

³² Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa,” 102.

³³ A partir destas décadas foram também publicados estudos internacionais que são fundamentais para o entendimento das características do armamento utilizado pelos besteiros do conto (Philippe Contamine, *La Guerre au Moyen Âge* (Paris: Presses Universitaires de France, 1980); Maurice Keen, ed., *Medieval Warfare: A History* (New York: Oxford, 1999); Kelly DeVries, *A Cumulative Bibliography of Medieval Military History and Technology* (Leiden, Boston, Köln: Brill, 2002); Mathew Bennet, ed., *The Medieval World at War* (Londres: Thames and Hudson, 2009); Kelly DeVries e Robert Douglas Smith, *Medieval Military Technology*, 2.^a ed. (Ontario, Plymouth, New York: University of Toronto Press, 2012).

³⁴ Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 70.

³⁵ Martins, *Lisboa e a Guerra*, 41-43.

Gomes Martins denotou o surgimento, em finais do século XIV, de nobres exercendo os ofícios de anadel.³⁶

O contributo de João Gouveia Monteiro para o estudo dos besteiros do conto não se esgota na sua tese de doutoramento.³⁷ Em 2000, num capítulo publicado no catálogo *Pera Guerrejar*, através da análise ao arsenal régio de Lisboa (1438-1448), este autor faz alguns apontamentos acerca dos fabricantes de bestas nacionais, bem como sobre a importação deste tipo de armamento.³⁸ Para além disso, João Gouveia Monteiro é responsável pelo entendimento da participação dos besteiros do conto na célebre batalha de Aljubarrota (1385), cujas interpretações permitem retirar pertinentes ilações sobre a componente militar destes milicianos.³⁹ Neste âmbito, também é importante destacar o contributo de Miguel Gomes Martins, historiador que, em vários trabalhos, observou a presença de contingentes de besteiros do conto em determinadas campanhas militares.⁴⁰ No entanto, apesar da existência de investigações como aquelas que ora descrevemos, permanece ainda muito por saber em relação à dimensão militar dos besteiros do conto. Esta ocorrência prende-se com uma dificuldade em encontrar referências nas fontes narrativas à ação destes milicianos em enfrentamentos bélicos, uma vez que as Crónicas, aquelas que os referem, são quase sempre lacónicas, referindo-se apenas a “besteiros”, pelo que estes tanto podem ser do *conto*, como aquantados em besta. Importa, pois, conforme faremos ao longo da dissertação de mestrado que apresentaremos, conhecer de forma detalhada a organização da milícia através de diplomas com um cariz mais administrativo para, assim, tentar compreender melhor a dimensão militar destes combatentes.

É altura de aportar a nossa contextualização historiográfica em Miguel Gomes Martins, ou seja, o historiador que mais contribui para o conhecimento dos besteiros do conto. Entre 1997 e 2014 este autor publicou um conjunto de trabalhos de história militar que versaram, direta ou indiretamente, este corpo militar. De D. Dinis a D. Pedro I, Miguel Gomes Martins analisou com detalhe o processo de criação, consolidação e de expansão dos besteiros do conto, observando a ação da Coroa na sua organização, o apuramento e recrutamento dos seus milicianos, bem como as origens socioprofissionais e a dimensão militar destes combatentes. Já observámos que o autor estabelece a data de fundação deste corpo militar, fixando-a em 1299. Para além disso, conclui que esta primeira fase de promulgação de privilégios para os besteiros do conto (1299-1322) estava distribuída, de um ponto de vista geográfico, exclusivamente pela região a sul do Tejo. Este corpo militar apenas se expande para o Norte em 1322, através da criação do *conto* de Guimarães. Durante os reinados de D. Afonso IV e de D. Pedro I assiste-se a uma expansão significativa das unidades de recrutamento do reino.

³⁶ Martins, “Los Ballesteros do conto,” 391. Veja-se igualmente um artigo do mesmo autor sobre Estêvão Vasques Filipe, anadel-mor do reino durante o início do reinado de D. João I: Miguel Gomes Martins, “Estêvão Vasques Filipe: o percurso de um guerreiro em finais de Trezentos,” *Cadernos do Arquivo Municipal* 5 (2001): 10-47.

³⁷ Para além dos trabalhos que mencionaremos neste parágrafo, convém não esquecer o texto de síntese, sobre os besteiros do conto, que o autor redigiu na *Nova História Militar de Portugal* (João Gouveia Monteiro, “De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os desafios da maturidade,” em *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), vol. I, 163-287.

³⁸ João Gouveia Monteiro, “Armeiros e Armazéns nos finais da Idade Média. O caso do arsenal régio de Lisboa (1438-1448),” em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. João Gouveia Monteiro, Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000), 111-172.

³⁹ João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota revisitada* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001); Monteiro, “De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449)”.

⁴⁰ Miguel Gomes Martins, “As milícias de Lisboa na campanha de 1386,” em *Actas do IV Colóquio Temático As Escalas de Lisboa* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001), 117-138; Miguel Gomes Martins, “A Guerra Esquiva. O Conflito luso-castelhano de 1336-1338,” *Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve* 3 (2005): 19-80; Miguel Gomes Martins, *De Ourique a Aljubarrota. A Guerra na Idade Média* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2011).

Miguel Gomes Martins conseguiu precisar a criação de vários *contos* de besteiros, entre os reinados de D. Dinis e D. Pedro I, através de uma análise à concessão de diplomas estatutários que visavam a imposição da milícia. Para além disso, este autor teoriza sobre a capacidade de mobilização de combatentes durante este período inicial. Em suma, durante o reinado de D. Dinis, devido à reduzida importância dos lugares onde eram recrutados os besteiros do conto, dificilmente o contingente global ultrapassaria os 450 indivíduos. O aumento do número de anadelarias, durante o reinado de D. Afonso IV, em especial com a instituição de *contos* em grandes cidades, como Lisboa, Coimbra e Santarém, permitiu que a mobilização de combatentes – pelo menos de um ponto de vista teórico – ascendesse a cerca de 1300 guerreiros. Além disso, no reinado de D. Pedro I, o contingente deveria ascender aos 1600-1700 besteiros do conto.⁴¹ Por fim, é pertinente indicar que, ao longo da dissertação de mestrado que apresentaremos, pretendemos completar o trabalho iniciado por Miguel Gomes Martins, observando a criação de unidades de recrutamento durante os reinados de D. Fernando e de D. João I, culminando na análise estratégica do arrolamento de besteiros do conto de 1421.

Em 2003, Miguel Gomes Martins lançou importantes pistas sobre o recrutamento dos besteiros do conto. Através da análise a um manuscrito singular, datado de 1422, este autor faz uma reconstituição da aplicação das normativas régias em Lisboa, com vista à imposição do rol de besteiros de 1421, concluindo, que, por vezes, a autoridade do anadel era posta em causa, dificultando, assim, as imposições régias.⁴²

De resto, Miguel Gomes Martins tece algumas considerações sobre o armamento utilizado pelos besteiros do conto,⁴³ tema desenvolvido por João Gouveia Monteiro⁴⁴ e aprofundado por Mário Jorge Barroca.⁴⁵ Por sua vez, em 2006, Paulo Jorge Simões Agostinho observou as referências ao armamento bélico medieval nas Crónicas portuguesas de Quatrocentos.⁴⁶ Mais recentemente, em 2012, Inês Meira Araújo apresentou, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a sua dissertação de mestrado sobre *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia de Guerra*, na qual analisou a existência de besteiros neste importante registo iconográfico.⁴⁷

Para encerrar esta contextualização historiográfica, resta-nos apontar para o contributo dado por outros nomes da historiografia portuguesa. Maria Fernanda Ferreira Santos, em 1997 e 2005, apresentou dois trabalhos sobre este corpo militar.⁴⁸

⁴¹ Miguel Gomes Martins, *A Arte da Guerra em Portugal (1245 a 1367)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014), 139-159.

⁴² Martins, “O conto dos besteiros de 1421,” 1203-1209.

⁴³ Martins, “Os besteiros do conto de Lisboa,” 108-112; Miguel Gomes Martins, “*Para Bellum: Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008), 249-310. A versão publicada da tese de doutoramento de Miguel Gomes Martins está devidamente citada na nota 41.

⁴⁴ Monteiro, *A Guerra em Portugal*, 531-547; João Gouveia Monteiro, “L’homme armé au Portugal, aux XIV^e et XV^e siècles,” *Cahiers d’études et de recherche du Musée de l’Armée* 3 (2002): 67-94.

⁴⁵ Mário Jorge Barroca, “Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs,” em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. João Gouveia Monteiro, Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000), 37-76; Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis,” em *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003), vol. I, 21-161.

⁴⁶ Paulo Jorge Simões Agostinho, *Vestidos para Matar. O Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013).

⁴⁷ Inês Meira Araújo, “As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia de Guerra” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012), 155-160.

⁴⁸ Maria Fernanda Ferreira Santos, “Besteiros do Conto na região do Douro Vinhateiro,” *GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto* 10 (2005): 195-201. No entanto, não conseguimos obter acesso à comunicação sobre “A organização dos besteiros do conto ao longo da fronteira na Idade Média”, uma vez que este texto não foi publicado nas respetivas atas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (Porto, 1997).

Luís Miguel Duarte, por sua vez, observou a utilização da besta em tempos de paz.⁴⁹ Em 2005, este autor apresentou um trabalho de síntese intitulada: “Um país de besteiros e castelos (A guerra em Portugal na Baixa Idade Média)”.⁵⁰ Por fim, o interesse do tema motivou-nos para publicar um artigo, em 2014, sobre alguns aspetos da sociabilidade dos besteiros do conto.⁵¹ Para além disso, nesse ano, com o objetivo de divulgar a nossa dissertação de mestrado, apresentámos uma comunicação intitulada: *The “besteiros do conto” (crossbowmen) in Medieval Portugal: From Common Men to Elite Force*, no congresso *Common Men and Woman at War*.⁵²

A dissertação de mestrado que apresentaremos procura, portanto, conhecer o estado da arte e sistematizar a informação disponível para melhor interpretar a documentação e sustentar a estrutura da dissertação, procurando aprofundar o estudo da milícia durante a cronologia adotada (1385-1438). Para este fim, serão utilizadas fontes régias como manancial principal de documentação (chancelarias, capítulos de cortes, *Ordenações*, crónicas, etc.), reservando o recurso pontual a outro género de documentação (concelhia) para exemplificar e apontar casos específicos e omissos nos manuscritos da Coroa.

Chegado a este ponto é necessário definir e justificar a cronologia da dissertação: do reinado de D. João I (1385) ao de D. Duarte (1438). Em primeiro lugar, esta delimitação prende-se com uma justificação historiográfica. Os múltiplos trabalhos de investigação de Miguel Gomes Martins, acima de quaisquer outros, estudaram aprofundadamente esta milícia desde a sua criação (1299) até ao final do reinado de D. Pedro I (1367), período que corresponde à fase inicial deste corpo militar. Contudo, o facto de aqueles estudos não abrangerem o reinado de D. Fernando, determinou que teremos de olhar também para a intervenção deste último monarca na organização dos besteiros do conto. Fazemo-lo, no entanto – porque não é esse o objeto de estudo – de forma sintética e apenas com o intuito de perceber a intervenção d’O *Formoso* na organização daquela milícia, tendo por base uma breve pesquisa na sua Chancelaria, bem como em alguma documentação avulsa desse período de 1367 a 1383. Por sua vez, o artigo de Humberto Baquero Moreno, no qual estuda com detalhe o período de regência do Infante D. Pedro (1440-1446), leva-nos a encerrar a cronologia no final do reinado de D. Duarte (1438). Portanto, para além da existência de focos de conhecimento apontados para o reinado de D. João I – nomeadamente por João Gouveia Monteiro –, esta dissertação de mestrado procura aprofundar o entendimento de vários preceitos chave dos besteiros do conto durante os reinados de D. João I e D. Duarte. Em segundo lugar, esta opção metodológica possui também características conceptuais e ligadas à natureza da própria guerra. Assim, a compilação da normativa sobre os besteiros do conto durante o reinado de D. João I, com envolvimento e assinatura de D. Duarte (a qual viria a ser publicada, mais tarde, nas *Ordenações Afonsinas*), ajuda-nos a fundamentar o ponto final da cronologia deste trabalho, justificando-se pela necessidade de compreender a intervenção de D. Duarte na organização deste corpo militar.

Em linhas gerais, a estrutura desta dissertação é composta por três capítulos. Os dois primeiros dizem respeito à ação da Coroa na organização dos besteiros do conto. No primeiro capítulo, iniciaremos uma breve análise baseada nos estudos já produzidos sobre os contingentes concelhios de atiradores com besta antes da criação dos besteiros

⁴⁹ Luís Miguel Duarte, “Armas de guerra em tempos de paz,” em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. João Gouveia Monteiro, Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2005), 173-202.

⁵⁰ Luís Miguel Duarte, “Um país de besteiros e castelos (A guerra em Portugal na Baixa Idade Média),” em *Guerra y diplomacia en la Europa Occidental*, ed. Miguel Ángel Ladero Quesada (Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo, Institución Príncipe de Viana, 2005), 295-323.

⁵¹ Ferreira, “Besteiros do Conto (Crossbowmen),” 67-86.

⁵² Encontra-se em preparação um volume monográfico que servirá como publicação das atas deste congresso, realizado em junho de 2014, em Trondheim (Noruega), estando prevista a sua publicação para inícios de 2016, dirigida por Leif Inge Petersen e publicada pela Brill.

do conto, bem como no processo de instituição deste corpo militar, durante o reinado de D. Dinis, e respetiva consolidação e expansão durante os reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I. Após realizar esta contextualização bibliográfica, é nosso objetivo observar a intervenção de D. Fernando na organização da milícia, se bem que de forma sucinta, pois este reinado não está estudado e não representa o nosso objeto de estudo.

No segundo capítulo, desenvolveremos um estudo aprofundado da organização desenvolvida por D. João I e D. Duarte (*contos* de besteiros, cartas de privilégios, cartas de privilégios gerais e a normativa introduzida nas *Ordenações* Afonsinas, datada do reinado de D. João I). Durante este capítulo, procuraremos também perceber se existiu algum projeto comum entre ambos os monarcas, ou seja, se a associação de D. Duarte à governação da milícia durante o reinado do pai influenciou posteriormente, de alguma forma, a sua atuação na organização da milícia.

Por fim, no terceiro capítulo procuraremos passar da teoria à prática, analisando a milícia através de múltiplas perspetivas: em primeiro lugar, incidiremos o nosso olhar na cadeia de comando dos besteiros do conto, com o objetivo de perceber a sua hierarquia, os modelos de nomeação e a sua atuação nos processos de apuramento e de recrutamento dos homens-comuns que integravam a milícia. Em segundo lugar, será estudada a atuação da milícia nos teatros de operações, procurando perceber como aqueles homens-comuns se transformavam numa autêntica força de elite. Com efeito, neste ponto, observaremos a importância do armamento utilizado; os treinos semanais a que se deveriam submeter aqueles milicianos; e, finalmente, a sua atuação na guerra, observando os processos de mobilização dos contingentes de besteiros do conto para a hoste régia e, de seguida, a intervenção destes atiradores com besta nos múltiplos cenários de guerra da Coroa portuguesa (conflitos terrestres e navais, em batalhas campais, em cercos de castelos e de cidades fortificadas, em campanhas regionais e, claro está, nas campanhas africanas). Em suma, com base nesta estrutura, procuramos desenvolver uma investigação partindo de algumas perspetivas articuláveis entre si: história administrativa, militar e socioeconómica.

Cavalaria e mundo cavaleiresco no reinado de D. Afonso V¹

Miguel Aguiar²
Universidade do Porto

Resumo

Com este artigo pretende-se expor as linhas essenciais da dissertação de mestrado a apresentar em junho de 2016. A referida investigação norteia-se por um conjunto de questões fundamentais: qual era a importância dos ideais cavaleirescos em Portugal, no final da Idade Média? Em que consistiam de facto esses 'ideais'? Como se estruturam os discursos em torno da cavalaria? Haveria de facto alguma ligação entre estes e o 'programa' do reinado de D. Afonso V?

Abstract

This article seeks to present the main ideas of my master thesis, which should be presented in June 2016. The referred investigation has a set of essential questions that should design the work: what was the importance of chivalric ideals in late medieval Portugal? What was the meaning of those ideals? How the discourses about chivalry were structured? There was any connection between those ideas and D. Afonso V ruling 'program'?

Entre 1438 e 1481, reinou em Portugal um monarca cuja imagem chegou, até aos nossos dias, através de múltiplos matizes. Desde herói cavaleiresco, cruzado 'tardio' e inepto estadista, a figura de D. Afonso V – e, por consequência, o reino de Portugal no seu tempo – foi-nos sendo apresentada à luz de interpretações frequentemente anacrónicas.³ Não raras vezes, a representação do passado foi toldada por quadros mentais demasiadamente alheios a essa época, cavando assim um irremediável afastamento face ao próprio objeto de estudo. Os debates, assim como as frustrações e anseios políticos de um tempo, foram projetados no campo da história; o *Africano*, por contraste ao precoce e maquiavélico *estadista* que teria sido o seu filho D. João II, figurava, em certa medida, como a personificação dos desmandos e da instabilidade política que prevalecia no Portugal contemporâneo.⁴

Também por isso, o epíteto de “rei-cavaleiro” acaba por comportar uma conotação negativa: a mesma que tem procurado evidenciar o apego que o monarca teria pelos altos feitos de armas, mesmo à custa do presente político.⁵ Para o final da

¹ Este texto foi originalmente apresentado sob o título “Cavaleiros e Cavalaria no reinado de D. Afonso V”. Foi assim posto à discussão no *VII Workshop de Estudos Medievais* um estudo que pretendia combinar uma dimensão político-ideológica com uma análise de âmbito sociológico. Nessa altura, contei com as preciosas críticas e sugestões do Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, e do meu colega e amigo Wilson Gomes, aos quais presto aqui o meu sincero agradecimento. No entanto, tal como se terá oportunidade de constatar nas páginas que agora se apresentam, a reflexão em torno da minha ideia de trabalho acabou por me conduzir, sobretudo por uma questão de exequibilidade no quadro de realização das atuais dissertações de mestrado, a tomar a opção de restringir a abordagem essencialmente às questões de âmbito ideológico.

² Contacto: miguelper.aguiar@gmail.com.

³ Veja-se a síntese crítica acerca desta literatura elaborada por Saul António Gomes, em *D. Afonso V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 24-31.

⁴ Refiro-me em particular aos escritos da segunda metade do século XIX e inícios do XX, muitas vezes dotados de um cunho marcadamente politizado.

⁵ “Afonso V foi um cavaleiro magnífico, fantasista na sua ambição, amador das artes, bravo soldado sem dotes de comando, péssimo estadista. Perdulário com a nobreza, desfez todo o trabalho paciente dos dois reinados anteriores e da regência.”, António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal* (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998), 50. Armino de Sousa também escreveu que D. Afonso V manifestou um “apeço de grandes feitos e epopeias arcaicas à custa do presente e do pragmatismo governativo”, “1325-

Idade Média, e na senda dos escritos de Huizinga, as considerações em torno do complexo edifício cavaleiresco limitaram-se a considerar que este não passava de uma moda sem substância, de uma exibição e de um lirismo pomposos para os quais era difícil encontrar um sentido racionalmente justificável.⁶ É natural que o reputado historiador holandês assim os tenha considerado; escrevendo na ressaca de uma guerra que havia devastado a Europa, e para a qual desastrosamente tinham contribuído as quimeras militaristas e patrióticas da época dos impérios, todo o aparato em torno da ‘vã’ exibição aparatosa dos cavaleiros tardo-medievos haveria de parecer coisa sem substância.⁷

Pouco aceitável parecer ser, contudo, a maneira como tal perspetiva se foi mantendo, figurando como um dado adquirido sem merecer qualquer questionamento ou reflexão. Não querendo com isto dar a entender que este projeto parte com uma conclusão *a priori*, há que pelo menos ter em conta a maneira como, no panorama historiográfico internacional, o problema da cavalaria tem sido revisto. O ponto marcante é a publicação do famoso livro de Maurice Keen; *Chivalry*, em 1986, veio defender que a cavalaria foi uma força pujante e vibrante ao longo de toda a Idade Média, e por isso, mais do que declínio, o que acontece no desvanecer deste período histórico é uma transformação que apresenta a cavalaria através de contornos diferentes daqueles que exibira nos séculos XII ou XIII.⁸

Tendo presente a falta de uma ponderação mais ou menos exaustiva acerca da questão da cavalaria tardo-medieval, quer no que concerne ao debate – ainda atual e pertinente – entre as perspetivas de Huizinga e de Maurice Keen, quer ainda para melhor compreender a própria história de Portugal, este projeto arranca portanto com um conjunto de questões: qual era a importância dos ideais cavaleirescos em Portugal, no final da Idade Média? Em que consistiam de facto esses ‘ideais’? Como se estruturam os discursos em torno da cavalaria? Haveria de facto alguma ligação entre estes discursos e o ‘programa’ do reinado de D. Afonso V?

1. ESTADO DA ARTE

Contrariamente ao panorama historiográfico internacional, em Portugal as questões cavaleirescas continuam em grande parte por estudar.⁹ Se em França ou no mundo anglo-saxónico estes problemas começaram a ser abordados ainda no século XIX, merecendo visões renovadas ao longo da centúria seguinte e mesmo nos últimos anos, o assunto não obteve o mesmo tratamento por parte dos historiadores lusos.¹⁰

-1480”, em *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso, vol. II da *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1997), 423-424.

⁶ J. Huizinga, *The Waning of the Middle-Ages* (Londres: Penguin, 1990), 65-74.

⁷ Recorde-se que a primeira edição do seu famoso livro se fez na Holanda em 1919.

⁸ “Change, rather than decline”, Maurice Keen, *Chivalry* (Yale: Yale University Press, 2005 [1.^a edição de 1984]).

⁹ Em 2011, num estado da arte acerca do estudo da nobreza medieval portuguesa, José Mattoso, Leontina Ventura, Bernardo Vasconcelos e Sousa e José Augusto de Sottomayor-Pizarro apontaram o trabalho de Carlos Guilherme Riley (que adiante se citará) como caso único para o estudo das questões cavaleirescas – José Mattoso, Leontina Ventura, Bernardo Vasconcelos e Sousa e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “The medieval portuguese nobility”, em *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. José Mattoso, 401-423 (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011).

¹⁰ Destaquem-se os principais estudiosos e as suas obras mais relevantes: Georges Duby, *La Société Chevaleresque* (Paris: Flammarion, 1988) e *Guillaume le Maréchal ou le meilleur chevalier du monde* (Paris: Fayard, 1984); Jean Flori, *L’Essor de la Chevalerie*, (Genève: Droz, 1986) e *Chevaliers et Chevalerie au Moyen Âge* (Paris: Fayard, 2010); Maurice Keen, *Chivalry* (Yale: Yale University Press, 2005 [1.^a edição de 1984]); Richard Barber, *The Knight and Chivalry*, (Woodbridge: Boydell, 1995 [1.^a edição de 1970]). Mais recentemente foram publicados outros trabalhos de destaque: Craig Taylor, *Chivalry and the Ideals of Knighthood in France during the Hundred Years War* (Cambridge University Press, 2013); Dominique Barthélemy, *La Chevalerie* (Paris: Perrin, 2012); Katie Stevenson, *Chivalry and the practices of Knighthood in Scotland, 1421-1513* (Cambridge University Press, 2006); Nigel Saul, *For*

Aliás, a mesma conclusão se pode retirar caso se compare o número de estudos levados a cabo em Portugal com aqueles que foram sendo publicados em Espanha.¹¹ Traçando um panorama geral, dir-se-ia que os tópicos investigados com suficiente profundidade pela historiografia portuguesa se elencam em quatro grupos. Em primeiro lugar, a ascensão social da figura do *miles*, estudada por José Mattoso.¹² Em segundo, o conhecimento estrutural da aristocracia portuguesa dos séculos XIII e XIV, e que permite situar hierarquicamente os cavaleiros e os escudeiros.¹³ Em terceiro, a análise dos elementos cavaleirescos presentes na literatura do final da Idade Média.¹⁴ Por último, destacam-se quer algumas biografias sobre afamados guerreiros portugueses, quer os trabalhos feitos sobre determinados episódios militares, ocorridos fundamentalmente no século XV.¹⁵ As sínteses disponíveis sobre a temática servem

Honour and Fame: Chivalry in England, 1066-1500 (Londres: Pimlico, 2012); Richard W. Kaeuper, *Chivalry and Violence in Medieval Europe* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1999).

¹¹ Não se apresentará aqui uma simples enumeração do que foi sendo feito em Espanha, destacando-se apenas os estudos que poderão ter ligação direta com este projeto. Como síntese para as inúmeras obras que foram escritos sobre o tema em Castela no século XV, importa ter em conta o paradigmático estudo de Jesús Rodríguez Velasco, *El debate sobre la caballería en el siglo XV: La tratadística caballeresca castellana en su marco europeo* (Valladolid: Junta de Castilla y León, 1996). Este autor publicou ainda um livro sobre as confrarias e ordens de cavalaria em Castela no final da Idade Média: *Ciudadanía, Soberanía Monárquica y Caballería: Poética del Orden de Caballería*, (Madrid: Akal, 2009). Refiram-se também outros estudos sobre a questão da tratadística: José Luís Martín, “El Tratado de Caballería de Francesc Eiximenis,” *Norba* 16 (1996-2003): 295-331; José-Luis Martín e Luis Serrano-Piedecabras, “Tratados de Caballería. Desafíos, justas y torneos,” *Espacio, Tiempo y Forma*, Série III, tomo IV (1991): 161-242; Maria R. Osorio Domínguez, “El mundo de la caballería a través de la crónica de Don Pedro Niño,” *Norba* 13 (1993): 105-125; Maria Isabel Perez de Tudela Velasco, “La «dignidad» de la Caballería en el horizonte intelectual del siglo XV,” *En la España Medieval* 9 (1986): 813-829. Uma obra ‘clássica’ e de grande valor pertence ao célebre estudioso Martín de Riquer: *Caballeros Andantes Españoles* (Madrid: Espasa-Calpe, 1967). Neste livro o autor demonstra um profundo conhecimento deste assunto à escala ibérica e fornece muitos elementos e reflexões para o estudo do tema. Citem-se ainda trabalhos sobre justas e torneios (José Hinojosa Montalvo, “Torneos y Justas en la Valencia Foral,” *Medievalismo* 23 (2013): 209-240; Rosana Andrés Díaz, “Fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara,” *En la España Medieval* V (1986): 81-107) e sobre as implicações dos ideais cavaleirescos nos campos de batalha (Carlos Barros Guimerans, “Como Vive el Modelo Caballeresco la Hidalguía Gallega Bajo Medieval: Los Pazos de Probén,” *El Museo de Pontevedra* 43 (1989): 231-246; Fernando Castillo Cáceres, “Guerra o torneo?: la Batalla de Olmedo, modelo de enfrentamiento caballeresco,” *En la España Medieval* 32 (2009): 139-166 e “La Caballería y la Idea de la Guerra en el siglo XV: el Marqués de Santillana y la Batalla de Torote,” *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales* 8 (1988): 79-110).

¹² José Mattoso, *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros* (Lisboa: Guimarães Editores, 1985). Recentemente, a partir dos seus estudos acerca de Santarém, um artigo de Mário Viana trouxe mais elementos sobre o processo de fusão entre a “cavalaria de linhagem” e a cavalaria vilã na Estremadura, propondo até, para o contexto citadino, a utilização do termo “cavalaria urbana” como forma de melhor aglutinar as diferentes dinâmicas sociais e ideológicas que aí se tornam visíveis – Mário Viana, “Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII,” em *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Baixa Idade Média: entre o Islão e a Cristandade*, dir. Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros, 61-81 (Lisboa: Colibri, 2012).

¹³ Por ordem das épocas abordadas, citem-se as teses de doutoramento de Leontina Ventura, “A Nobreza de Corte de D. Afonso III” (Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 1992), de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas (1279-1325): Genealogias e Estratégias* (Porto: Universidade Moderna/ Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999) e de Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis: percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000).

¹⁴ Albano Figueiredo, “Gomes Eanes de Zurara, cronista de cavaleiros e cavalarias,” em *De Cavaleiros e Cavalarias. Por terras de Europa e Américas*, dir. Marcia Mongelli, 2012: 49-56; “O ideal de cavalaria na crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara” (Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996); “A Crónica Medieval Portuguesa: Génesis e Evolução de um Género (sécs. XIV-XV) – A dimensão estética e a expressividade literária” (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005). Carlos Guilherme Riley, “Os Doze de Inglaterra: a ficção e a realidade” (Provas de aptidão Pedagógica e capacidade Científica, Ponta Delgada, 1988).

¹⁵ Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2013); Luís Miguel Duarte, “África,” em *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), vol. I, 392-441; Tiago Viúla de Faria: “Pela ‘Santa Garrota’: Ofício cavaleiresco nas vésperas de Alfarrobeira,” em *XIV Colóquio de História Militar*:

essencialmente como boas introduções, não dispensando investidas mais aprofundadas.¹⁶

2. PROBLEMÁTICAS E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO¹⁷

2.1. TÍTULO E PRIMEIRA PARTE: DEFINIÇÃO DE TERMOS POLISSÉMICOS

Não há, na língua portuguesa, nenhum termo que se aproxime aos substantivos *chivalry* ou *chevalerie*.¹⁸ Estas palavras, já usadas na Idade Média, contêm um sentido alargado: incluindo a ideia de cavalaria como uma honra e como um código de conduta, podem também aplicar-se à designação da categoria social dos cavaleiros. Não desaparecem, todavia, os termos *cavalry* ou *cavalier*, destinados aos corpos de guerreiros montados a cavalo, sem que essa função esteja associada a um modo específico de estar no mundo. Ora, a ausência em português de vocábulos idênticos a *chivalry* e *chevalerie* pode despertar alguns problemas interpretativos, pelo que importa precisar desde logo os elementos do título deste projeto. Por *cavalaria* entende-se precisamente essa definição ampla que engloba a perceção de que existia um grupo social assim designado, imbuído de uma função específica na sociedade, assim como a vigência de uma ideia de que a cavalaria era uma honra e uma forma de conduta específica, valorosa e própria dos grupos dominantes. Por *mundo cavaleiresco* entende-se os elementos que, ao nível cultural e ideológico, foram sendo encarregados de difundir essas ideias e de as inculcar no espírito dos homens.

É justamente tendo presente esta ambiguidade que se pretende conceber uma primeira parte sob o título “Cavalaria e Cavaleiros: definição de termos polissémicos”. Este bloco, mantendo ainda um cariz de certa forma introdutório, pretende definir os conceitos operatórios da dissertação e sintetizar os vários sentidos que as palavras *cavalaria* e *cavaleiros* assumem nos diferentes tipos de documentos. Nas fontes diplomáticas, o termo *cavaleiro* surge apostado ao nome de um indivíduo, cumprindo assim o objetivo de precisar a sua categoria social.¹⁹ Por outro lado, nas fontes de cariz

Portugal e os conflitos militares internacionais. Actas, 2, 61-86 (Lisboa, 2006); André Bertoli, “Modelos de Ação Bélica na Crónica de D. Duarte de Meneses – contexto, texto e representação,” *Mirabilia* 15 (2012): 171-20.

¹⁶ O livro de Edgar Prestage é a única obra do género mas está em muitos pontos ultrapassada (*A cavalaria medieval: ensaios sobre a significação histórica e influência civilizadora do ideal cavaleiresco* (Porto: Civilização, 1950). Nota para as páginas dedicadas ao tema por António José Saraiva, que são talvez as mais importantes e valiosas: *História da Cultura em Portugal* (Lisboa: Jornal do Fôro, 1950), vol. II, 543-591. Como boas introduções citem-se os artigos de A. H. de Oliveira Marques, “Cavalaria,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas), vol. II, 26-28 e, de José Mattoso, “Cavalaria,” em *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, coord. José da Costa Pereira, 116 (Lisboa: Alfa, 1985) e “Cavalaria,” em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, 152-154 (Lisboa: Caminho, 1993). Neste momento tenho apenas conhecimento do trabalho desenvolvido por André Bertoli, que se encontra a elaborar a sua tese de doutoramento. Há alguns anos, este investigador terminou a sua tese de mestrado, que versou justamente sobre o período final da Idade Média: “O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da Cavalaria no Outono da Idade Média Portuguesa (Século XV)” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009).

¹⁷ A estrutura que aqui se apresenta é meramente provisória, podendo sofrer alterações.

¹⁸ Que não se podem traduzir literalmente por *cavaleirismo*. Apesar de hoje em dia, em inglês, o equivalente a cavaleirismo ser *chivalry*, a verdade é que a referida palavra em português nunca surge nas fontes medievais, por oposição a *chivalry*, que, de resto, é utilizada nas várias aceções acima descritas.

¹⁹ Para a cronologia que interessa a este estudo, basta percorrer as coletâneas documentais para poder recolher inúmeros exemplos deste tipo. De resto, vários autores já alertaram para a dificuldade em precisar se os indivíduos classificados como cavaleiros pertencem aos escalões de base da nobreza ou ao topo do ‘terceiro estado’ (Luís Miguel Duarte, “Os melhores da terra (um questionário para o caso português),” em *Elites e Redes Clientelares: Problemas Metodológicos*, ed. Filipe Themudo Barata (Lisboa: Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001), 91-106. Tanto que, na sua síntese sobre a sociedade portuguesa do final da Idade Média, Oliveira Marques preferiu considerar os cavaleiros como pertencentes

narrativo e literário, a palavra é geralmente precedida de adjetivos positivos (“bom” ou “honrado”), com o intuito de proclamar o valor dos indivíduos a que se reportam – mesmo que, na terminologia jurídica, estes não se enquadrem no ‘escalão’ social dos cavaleiros, como é o caso da alta nobreza.²⁰

Também o vocábulo *cavalaria* se apresentou com vários sentidos. Se nos diplomas da chancelaria régia o termo se reporta quase sempre às ordens militares, o século XV marca o tempo em que, nos textos de caráter jurídico, tratadístico e narrativo de lavra portuguesa, a cavalaria nos surge definitivamente enquanto figura *per se*, apresentada como uma categoria comportamental e ideológica própria dos grupos privilegiados. Nesse sentido, há também que precisar outras palavras que, neste tipo de documentos, surgem associadas ao termo *cavalaria*. É o caso de *honra* ou *ordem*. É intenção deste estudo analisar as questões de âmbito lexicológico, tentando perceber melhor o significado destes conceitos na época e procurando, também por essa via, definir mais concretamente os termos operatórios do trabalho.

2.2. D. AFONSO V: HERDEIRO DE UMA EDUCAÇÃO CAVALEIRESCA DA ÍNCLITA GERAÇÃO

O segundo capítulo focar-se-á essencialmente na figura de D. Afonso V, entendendo-o como herdeiro de uma educação cavaleiresca da responsabilidade dos membros da *Ínclita Geração*. Não se trata de um capítulo com propósitos biográficos – embora importem naturalmente as principais etapas da vida do monarca e a imagem que recolheu e que dele foi sendo construída – mas sim uma parte em que interessa analisar a representação de uma figura que teria “aceso ardor de autos cavalleirosos”.²¹ Entusiasmo próprio de uma época e também de um gosto pessoal, certamente, mas que não se pode desligar das influências herdadas por via dos Infantes filhos de D. João I. Por essa razão, além de rastrear a imagem que D. Afonso V foi recolhendo na sua época enquanto rei “com vontade de pelleiar” e “famoso e honrado cavaleiro”,²² pretende-se estudar o tratamento que a cavalaria foi recebendo nos diversos escritos da lavra dos membros da *Ínclita Geração*. Pela mão de D. Duarte o assunto é abordado em alguns trechos do *Leal Conselheiro*, além do singular e afamado *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela*.²³ Dos seus irmãos D. Henrique e D. João chegaram-nos pareceres escritos a propósito das campanhas no Norte de África; o documento da autoria de D. João, ponderado a relação entre o siso e a cavalaria é talvez, de todos, o mais rico e esclarecedor.²⁴

ao “Povo”, e não à nobreza: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Presença, 1987), 261-266.

²⁰ Como é o caso de D. Pedro de Meneses, descrito como “um dos homrados cavaleiros do mundo”, Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), cap. LXXI, 524.

²¹ Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, em *Crónica de Rui de Pina*, ed. Manuel Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1977), 704.

²² Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006), cap. CLIV, 352. Por outro lado, é também relevante o retrato projetado em textos estrangeiros: quer aqueles que foram escritos depois de contatos diretos com o rei, como foi o caso do cavaleiro borgonhês Jacques Lallaing (Colette Beaune ed., “Le livre des faits du con chevalier messire Jacques de Lalaing”, em *Splendeurs de la Cour de Bourgogne*, dir. Danielle Réginer-Bohler, 1275-1285 (Paris, Robert Laffont, 1995), como também a visão que o monarca recolheu na época, nomeadamente através daqueles que foram sabendo dos seus feitos e que o admiravam; é o caso de Diego de Valera, que dedicou o *Trato das Armas* ao monarca português.

²³ Dom Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. João Dionísio (Universidade de Wisconsin/Universidade de Lisboa, 2012), consultado em 12-03-2015, disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConsel>; Dom Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, ed. Joseph Piel (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986).

²⁴ Dom Duarte, *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, eds. João José Alves Dias e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Estampa, 1982), 43-49.

Estes textos são importantes não apenas pelas ideias que propõem, mas também pelas pistas que nos dão acerca de um conjunto de práticas que seriam seguidas naquela época. Numa perspetiva mais global, conseguimos aceder à opinião que as esferas dirigentes do reino tinham acerca da ideia de cavalaria, o que é de suma importância pois, nos séculos finais da Idade Média, desenvolveu-se uma perspetiva de ‘cavalaria de corte’.

2.3. A CORTE RÉGIA ENQUANTO ESPAÇO DE DIFUSÃO DE UMA IDEIA DA CAVALARIA AO SERVIÇO DE DEUS E DO REI

Por ‘cavalaria de corte’ entende-se a construção teórica em torno da cavalaria emanada da corte régia, utilizando-a, de resto, como instrumento de dominação política.²⁵ O Portugal tardo-medieval tem essencialmente na corte do rei o grande espaço difusor da ideologia cavaleiresca. Nenhum paço senhorial se mostrou apto a escrever e a fazer perdurar uma proposta diferente acerca da cavalaria, nem tampouco terá sido capaz de celebrar ou de deixar memória de eventos como justas numa escala de magnificência equiparável à da corte do rei. As décadas iniciais da dinastia de Avis foram um momento fulcral na construção teórica da cavalaria, tal como ela foi entendida na Europa de finais do medievo. Os valores defendidos nos diferentes textos aí produzidos – as crónicas, os pareceres ou as *Ordenações Afonsinas* – colocavam a obediência e lealdade ao rei em primeiro lugar – rei, esse, que se afirmava como “cabeça da cavalaria”.²⁶ O exercício da violência por parte dos cavaleiros, expressa naquela que deveria ser a virtude da *fortaleza*, teria que estar ao serviço do monarca e da *República*, defendendo-a e acrescentando-a. A simbologia cavaleiresca, expressa nos seus ideais, nas suas práticas e até no próprio efeito visual de eventos como justas, tornara-se numa forma de comunicação política.²⁷ Por tudo isto, importa estudar os elementos que difundiram estas ideias.

Em primeiro lugar, as justas. Contrariamente aos violentos torneios dos séculos XII e XIII, fortemente perseguidos pela Igreja e proibidos por diferentes concílios, as justas do final da Idade Média apresentam-se sob uma matriz muito distinta.²⁸ Mais reguladas, frequentemente disputadas com armas *a plaisance*, assumiam sobretudo uma carga espetacular e lúdica, ainda que os riscos físicos não tivessem desaparecido. Estes eventos asseguravam desde logo uma forma de treino no manuseamento das armas e do cavalo. Deveriam como tal ser organizados com alguma regularidade, associados a outro tipo de jogos marciais.²⁹ O *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, escrito na primeira pessoa, é um testemunho pormenorizado sobre como justar e atesta uma experiência alargada no domínio do cavalo e no enfrentamento dos competidores na liça. Para além deste intuito mais prático, há que ter em conta, e nomeadamente em ocasiões de especial solenidade, a organização de justas enquanto

²⁵ Utiliza-se o estudo de Rita Costa Gomes enquanto guia fundamental para a compreensão da importância e dos mecanismos de funcionamento da corte régia neste período: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995).

²⁶ *Ordenações Afonsinas*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), título LXIII, 364.

²⁷ Particularmente visível ao nível dos grandes eventos diplomáticos, como casamentos entre coroas de diferentes nações. Vejam-se o estudo de Katie Stevenson sobre a manipulação da cavalaria por parte dos monarcas escoceses: “Contesting Chivalry: James II and the control of chivalric culture in the 1450s,” *Journal of Medieval History* 33:2 (2007): 197-214.

²⁸ As principais sínteses sobre o tema são: David Crouch, *Tournament* (Bloomsbury Academic, 2007); Richard Barber e Juliet Barker, *Tournaments: Jousts, Chivalry and Pageants in the Middle Ages* (Boydell Press, 2013); Sébastien Nadot, *Le Spectacle des Joutes: Sport et courtoisie à la fin du Moyen Âge* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012).

²⁹ Esta seria uma prática regular, ligada à corte régia mas também a cortes senhoriais e aos ambientes concelhios – João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 411-439. Conhece-se igualmente a presença regular de portugueses em feitos de armas e justas realizadas no estrangeiro.

espetáculos com propósitos políticos e diplomáticos.³⁰ A cavalaria era então utilizada como uma forma de linguagem simbólica, como um meio de expressar a grandeza do monarca e das elites dirigentes do reino: face a rivais internos, ou face a amigos ou potenciais inimigos estrangeiros.

Embora os vestígios destas celebrações em Portugal não sejam muito numerosos, legam-nos todavia elementos suficientes para serem estudados com algum pormenor. O relato das festas celebradas aquando do casamento e partida da Imperatriz D. Leonor é de longe o documento mais completo.³¹ Ainda assim, insere-se numa tradição que se repetiu ao longo desta centúria: em 1428, o então Infante D. Duarte já havia organizado justas aquando do seu casamento, e, em 1490, D. João II faria o mesmo nas comemorações do matrimónio do Infante D. Afonso.

Mas a corte era também um local de conhecimento e difusão dos textos que mais proclamavam a ideologia cavaleiresca: desde logo o romance arturiano, mas também a cronística quatrocentista.³² Gomes Eanes de Zurara, cronista-mor durante o reinado de D. Afonso V e também já apelidado “cronista da nobreza”, estava profundamente influenciado pelos modelos cavaleirescos.³³ Nesse sentido, julgo ser pertinente pensar a sua obra historiográfica sob o ponto de vista do contexto de produção, da estrutura dos diferentes textos e da maneira como eles seriam recebidos e conhecidos pelos contemporâneos.³⁴ Nesta altura, a obra de Zurara parece destinada a veicular uma mensagem, enquadrada no ‘projeto’ político do reino e no quadro de valores que o monarca professaria e que presumivelmente pretenderia sugerir aos seus vassallos. O estilo grandiloquente com que são relatados os feitos no Norte de África e na Guiné teria como fito galvanizar os portugueses em torno das ideias de cruzada e expansão, mas também serviria para cimentar uma visão da cavalaria ao serviço do rei. Esta teorização insere-se num amplo e pujante movimento próprio da época. Em Castela e em Aragão, para além das crónicas, também uma série de textos tratadísticos e legislativos abordaram a questão da cavalaria.³⁵ Em Portugal, para além da obra de Zurara, importam na abordagem a este ponto os já mencionados escritos da lavra dos membros da *Ínclita Geração*, somados a outros que ao longo do reinado afonsino foram sendo solicitados a propósito da continuação ou não da guerra em África,³⁶ mas

³⁰ Para o panorama ibérico ver Hinojosa Montalvo, “Torneos y Justas en la Valencia Foral,” 209-240 e Andrés Diaz, “Fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara,” 81-107. Veja-se também Nadot, *Le Spectacle des Joutes*, 273-310.

³¹ *Diário de Viagem do Embaixador Lanckman de Valckenstein*, ed. Aires A. Nascimento, colab. Maria João Branco e Maria Lurdes Rosa (Lisboa: Edições Cosmos, 1992) e Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*, 759-761.

³² Constando por exemplo na biblioteca do rei D. Duarte (*Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte*, 207).

³³ Figueiredo, “A Crónica Medieval Portuguesa,” 466-517. A propósito da *Crónica da Tomada de Ceuta*, terminada em 1450, diz António José Saraiva: “Mas acresce que a própria Crónica geral do reino, após a aposentação ou despedimento de Fernão Lopes, está impregnada deste espírito nobiliárquico, e pode considerar-se uma colecção de feitos pessoais. De acordo com o espírito da nova corte, que a partir de Alfarrobeira se tornou o instrumento da nobreza triunfante, a Crónica geral do reino desviando-se da orientação que lhe imprimira Fernão Lopes converte-se na crónica dos cavaleiros da Távola redonda da corte. Assim é que a 3.^a parte da Crónica de D. João I, de Zurara, também chamada *Crónica da Conquista de Ceuta*, deve na realidade considerar-se uma crónica dos feitos do infante D. Henrique na conquista da cidade.”, em Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. II, 547-548.

³⁴ Eis as obras e as edições que utilizarei: *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique*, ed. Torquato de Sousa Soares (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997); *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997); *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado (Lisboa: Gulbenkian, 1997).

³⁵ Sendo, aliás, uma forma de discutir os inúmeros problemas políticos que estes reinos atravessaram no século XV. Sublinho a importância do já citado estudo de Jesús Rodríguez Velasco como síntese compreensiva desta questão (*El Debate sobre la Caballería en el Siglo XV*), a par de outros artigos a que fiz referência na introdução do presente artigo.

³⁶ Os pareceres do marquês de Vila Viçosa e do Infante D. Fernando em 1460: *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis (Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972), vol. 13, 293-325.

também um documento em particular: o título dos cavaleiros nas *Ordenações Afonsinas*.³⁷ Este título foi praticamente copiado do famoso título XXI da *Segunda Partida*. No entanto, creio que será pertinente contrapor ambos os textos e perceber as dissonâncias que entre eles existem – que, apesar de serem poucas, são contudo relevantes. Além disso, será ainda interessante comparar uma série de tópicos tratados no título (a origem da cavalaria, o porquê dos seus privilégios, a sua função na sociedade) com o que outros textos – nomeadamente castelhanos – prescreveram acerca dos mesmos assuntos.

No final da Idade Média, a cavalaria tornara-se a forma de expressão ideal para proclamar a honra do rei, do reino e dos seus fidalgos, sendo como tal uma espécie de mecanismo de relação entre o monarca e os diferentes estratos que compunham a orgânica sociopolítica da terra. Este contexto traduziu-se, de entre outras coisas, na proliferação de ordens seculares e honoríficas de cavalaria. Sendo frequentemente de fundação régia, eram organizações cujos estatutos promoviam uma série de valores e obrigações, tais como a superioridade do monarca e a necessidade de lhe ser leal e obediente.³⁸ Se é certo que se conhecem vários exemplos de cavaleiros portugueses que mereceram a Jarreteira ou o Tosão de Ouro, a verdade é que, tanto quanto se sabe, nenhuma organização do género foi criada em Portugal. A *Ordem da Torre e da Espada*, cuja existência foi dada como adquirida por Oliveira Marques, permanece todavia numa situação misteriosa, uma vez que a primeira referência documental à dita ‘ordem’ surge quase cem anos depois da sua eventual criação, e pela mão de um castelhano.³⁹ De resto, essas mesmas notícias parecem dar a entender que o que se julgou ser uma ordem poderá não ter passado de um voto cavaleiresco feito entre o rei e alguns fidalgos, tendo no horizonte a destruição do reino de Fez; aliás, este género de votos foi muito frequente na época, tendo até, em boa parte dos casos, implicações e conotações cruzadísticas.⁴⁰

2.4. O IDEAL DE CAVALARIA PARA OS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS

Apesar de a ideologia cavaleiresca ser por definição algo de *elitista*, na medida em que, no conjunto da sociedade, poucos seriam os que transportavam essa designação, assim como poucos seriam também os que pudessem reclamar conscientemente uma identificação com esses valores, a verdade é que há, dentro desta *elite*, muitas diferenças hierárquicas. Os reis, a alta e média aristocracia, assim como as ‘híbridas’ figuras dos cavaleiros, poderiam reclamar serem bons e honrados guerreiros; mas o que significa verdadeiramente ser um bom e honrado cavaleiro? Terá sempre o mesmo valor independentemente da importância do sujeito? Os primeiros indícios parecem apontar que não. Por exemplo, a cronística salienta a aparente dicotomia entre ser bom cavaleiro e ser bom comandante; o primeiro dever-se-ia entregar a feitos arriscados, quase suicidas, enquanto o segundo, não deixando no entanto de mostrar a necessária *fortaleza* no momento certo, deveria, ante a sua posição social e importância na cadeia de comando, resguardar-se um pouco mais.⁴¹

Creio que esta primeira diferença apontada na cronística deverá servir de mote para explorar o problema com maior profundidade. Por isso, pretende-se analisar a vivência dos valores da cavalaria por parte do rei, da alta e da média aristocracia, e também dos cavaleiros – fidalgos ou aquantiados – que, pelas armas, ambicionavam

³⁷ *Ordenações Afonsinas*, título LXIII, 368-372.

³⁸ Cite-se, a este nível, a síntese elaborada por Jonathan D’Arcy Boulton, *The Knights of the Crown: The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520* (Boydell Press, 2000).

³⁹ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 260-261; *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e da Espada: Subsídios para a sua História*, coord. Maria Alice Serrano e Segismundo de Saldanha (1996), 9-65.

⁴⁰ Keen, *Chivalry*, 200-219.

⁴¹ As obras de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina salientam várias vezes esta dicotomia.

progredir na escala hierárquica, em honra e proveito. Se nesta altura do trabalho já se disporá de uma ideia acerca da conceção teórica da cavalaria (tratada nos capítulos anteriores), então importa agora tentar comparar esse quadro com outro tipo de fontes: os relatos fornecidos pela crónica produzida no e sobre o reinado de D. Afonso V,⁴² assim como as informações que, embora por vezes não tão descritivas mas não menos elucidativas, nos vão sendo fornecidas através da documentação de carácter diplomático ou de epitáfios tumulares.⁴³ As notícias e descrições de episódios militares serão à partida as mais relevantes, sendo que as características propriamente bélicas (a demonstração de honra, coragem e fortaleza) assumem uma relevância transversal aos diversos estratos sociais mencionados.⁴⁴

3. CONCLUSÃO

No início do texto aludiu-se sinteticamente à caracterização que o reinado de D. Afonso V foi merecendo. A ética cavaleiresca que aparentemente tanto caracterizou o monarca e largos setores da sociedade foi vista, na senda da tese de Huizinga⁴⁵, como uma revivescência fora de época. Contudo, Maurice Keen defendeu que o apego demonstrado pelos homens do final da Idade Média relativamente à cavalaria era sinal da capacidade de adaptação desta ‘instituição’ social, política e ideológica⁴⁶. De facto, a cavalaria dos séculos XIV e XV era já em muitos aspetos diferente daquela que

⁴² As já citadas obras de Gomes Eanes de Zurara e a *Crónica de D. Afonso V*, da autoria de Rui de Pina. Incluo também neste lote o *Livro de Linhagens* da autoria de Damião de Góis, editado recentemente. Esta obra, mantendo a tradição dos nobiliários medievais, tem a virtude de conter um número significativo de relatos entremeados com a enumeração genealógica: Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. António Pestana de Vasconcelos (Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014).

⁴³ Recorrer-se-á sobretudo a documentação editada em coletâneas documentais. Tenho aproveitado para percorrer estas obras durante o presente ano letivo, criando uma base de dados onde estão compiladas as referências aos documentos com especial interesse. Até ao momento foram selecionados documentos das seguintes coletâneas: *Monumenta Henricina* (Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974), 14 vols.; *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 5 vols.; *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, dir. Pedro Azevedo (Lisboa: Academia das Ciências, 1915-1934), 2 vols.; D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946-1954), 12 vols. (foram selecionados documentos com interesse sobretudo nos tomos I, II e III). Ao nível de fontes inéditas, está prevista a consulta de capítulos de cortes. Através dos sumários elaborados por Armindo de Sousa, procedeu-se à seleção dos capítulos gerais com interesse para este estudo (Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990), vol. II). Os capítulos das cortes de 1472-73 foram publicados recentemente na tese de mestrado de Diogo Dias, “As Cortes de Leiria e Évora de 1472-73: Subsídios para a História Parlamentar Portuguesa” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014). Para as cortes de 1442, 1455 e de 1459 consultar-se-ão os originais. Para os epitáfios tumulares aproveita-se o levantamento feito por Luís Filipe Pontes na sua tese de mestrado: “Do mundo da corte ao mundo da memória - subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008).

⁴⁴ No entanto, surgem outros pontos que afetam a aristocracia e os populares em particular. Atendendo ao contexto de guerra e cruzada no Norte de África, palco ideal para as façanhas guerreiras e para a sua glorificação, há que tentar aferir a importância da dimensão bélica para a concessão de títulos nobiliárquicos e de nobilitações. As cartas de brasão de armas são os documentos que melhor ilustram este género de casos, uma vez que descrevem frequentemente a participação em determinadas campanhas militares. Para o reinado de D. Afonso V encontramos uma carta publicada em *Cartas de Brasão de Armas*, ed. Nuno Gonçalo Pereira Borrego (Lisboa: Guarda-Mor, 2003), 362, e outras duas em Visconde de Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* (Lisboa: Typographia Universal, 1872), vol. I. De momento estou a tentar averiguar se existem mais documentos publicados. Ainda assim, caso não os haja, disponho pelo menos da referência dos originais, constantes nos *Livros dos Místicos da Leitura Nova*. Sobre a titulação na segunda dinastia usarei como guia o artigo de Luís Filipe Oliveira e de Miguel Jasmins Rodrigues, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2ª dinastia,” *Revista de História Económica e Social* 22 (1988): 77-114.

⁴⁵ Huizinga, *The Waning of the Middle-Ages*, 65-74.

⁴⁶ Keen, *Chivalry*, 239.

despontou algures entre o XI e o XII, mas nem por isso dispunha de menos força nem se tornara irrelevante. Mas a verdade é que do reinado de D. Afonso V ficou a imagem de um ultrapassado apego aos valores senhoriais e cavaleirescos, e da adesão a quimeras irrealizáveis e politicamente pouco rentáveis. Pronunciando-se acerca da maneira como o monarca lidou com os desmandos do 2.º conde de Marialva, Braamcamp Freire afirmou que a permissividade do rei perante o comportamento da alta fidalguia era um reflexo de como tinham sido os anos “do bonacheirão D. Afonso V”, tão desastrosos que só a “mão de ferro de D. João II”⁴⁷ poderia resolver o problema. O rei ficou portanto na sombra do seu filho, concebido pelo devir histórico como o *Príncipe Perfeito*, símbolo do pragmatismo político que abraçava a modernidade e que contrariava, finalmente, o regresso ao passado encarnado pelo pai. O *Africano* era uma espécie de príncipe perdido no tempo. Contudo, uma breve observação do resto da Europa mostra-nos que, pelos vistos, o monarca não estaria assim tão isolado na maneira como viveu o tempo dito ‘atrasado’. Como tal, o fim último deste estudo orienta-se para uma questão basilar: D. Afonso V e o reino de Portugal viveriam, de facto, numa realidade anacrónica?

⁴⁷ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), vol. III, 279.

O crime em Portugal no século XV: uma janela para a sociedade medievaa? Apresentação de um projeto de mestrado

Wilson Ricardo Miranda Gomes
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo apresenta o nosso projeto de mestrado que tem como tema principal a criminalidade no final da Idade Média em Portugal. Propomo-nos estudá-la não como fim em si mesma, mas como meio para mergulhar na sociedade medieval e no seu quotidiano. O objetivo é perceber até que ponto o crime é uma janela para a sociedade, permitindo-nos tocar o Homem e as suas vivências. Sustentamos o nosso estudo numa fonte heterogénea e imprevisível nas suas narrativas: a *carta de perdão*. A cronologia selecionada assenta nos anos finais da centúria de Quatrocentos, e, em especial, nos do reinado de D. João II.

Abstract

This paper presents our master's project whose main theme is criminality in Late Medieval Portugal. We propose to study it not as an end in itself but as a way to explore medieval society and everyday life. The goal is to understand how criminality can be seen as a window to perceive society and to grasp mankind and its experiences. We use a heterogeneous and unpredictable source: the *remission letter*. The selected chronology is the late 15th century, more specifically the reign of king João II.

Historiadores, medievalistas ou não, por uma vez que seja, no seu íntimo, colocam a questão essencial: quem somos nós?¹

Desde cedo a historiografia percebeu que mais do que construir "museus imaginários de factos" tinha de chegar aos homens e mulheres dos tempos e espaços. Luta difícil. Tarefa quixotesca se falarmos de Idade Média. Contudo, a despeito de moinhos e gigantes, a história social - e a do quotidiano em particular - representa um "caleidoscópico de múltiplas cores", pelo qual o interesse do historiador se renova incessantemente.² O paradoxo não é fácil de explicar. Mas ainda menos o nosso conforto em segui-lo. O projeto de mestrado que nos trouxe aqui tem como principal tema de investigação a criminalidade em Portugal no século XV.

O CRIME NA IDADE MÉDIA: HISTORIOGRAFIA, OBJETO DE ESTUDO E FONTES

O estudo do crime na Idade Média não é novo na Universidade do Porto nem em Portugal, e muito menos na Europa. Recuemos. Ao mesmo tempo que o mundo era assolado por transformações políticas, económicas e sociais, Lucien Febvre e March Bloch mudavam para sempre a forma de escrever História.³ Inaugurava-se, nos anos 30 do século XX, a Escola dos *Annales*, que abria as portas à então chamada "história das mentalidades"; os seus discípulos (dos anos 60 e 70)⁴ elevaram o patamar,

¹ Com a mesma questão começa a obra: Robert Muchembled, *L'invention de l'homme moderne. Sensibilités, Moeurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régime* (Paris: Fayard, 1988), 9.

² A imagem é apresentada em Bernard Ribémont, *Sexe et Amour au Moyen Âge* (Paris: Klincksieck, 2007), 215.

³ Pensamos em particular na obra *Martin Luther, un destin* de Lucien Febvre, cuja primeira edição é de 1928.

⁴ Paralelamente a esta Escola, não se pode esquecer o pioneirismo, em 1963, da primeira edição do estudo: A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de Vida Quotidiana*, 6.^a ed. (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010); ou os contributos para a história social a partir da divulgação, nas décadas de 60 e 70, do trabalho: Norbert Elias, *La Civilisation des Moeurs* (Paris: Calmann-Lévy, 1973).

desenvolvendo, por um lado, a “história total”⁵, e, por outro, através da geração da *Nouvelle Histoire*, a ideia de que toda a ação humana é passível de ser estudada e, por conseguinte, transformada em História.⁶ Foi com alguma naturalidade que a história social viu germinar dentro de si um campo autónomo: o da criminalidade.

Na década de 80 são dados os primeiros passos nessa direção,⁷ mas os trabalhos marcantes viriam na década seguinte. Em 1991, surge o principal trabalho deste período sobre criminalidade, escrito pela francesa Claude Gauvard,⁸ que vem dar um enorme contributo para este então quase virgem campo historiográfico. A partir daí multiplicam-se obras com diferentes espaços e cronologias, regra geral partilhando a característica comum de representarem estudos de larga escala, praticamente sem precedentes nos respetivos países ou regiões.⁹ Estes trabalhos mais do que fecharem portas, abriram-nas, multiplicaram questões e caminhos a seguir. Nesta sequência, destacamos *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)* de Luís Miguel Duarte, que representa a obra mais significativa na historiografia portuguesa e o grande ponto de partida para o projeto que aqui trazemos.¹⁰

Com o final da década de 90 e a entrada no século XXI, podemos observar que aquilo que é produzido perde dimensão mas ganha especificidade.¹¹ Daí que, por um lado, o artigo conquiste relevo enquanto suporte preferencial,¹² e que, por outro, alguns aspetos parcelares da criminalidade sejam merecedores de estudos próprios.¹³

⁵ Principalmente através de Fernand Braudel, cujo trabalho mais pertinente para o que estudamos é: Fernand Braudel, "As Estruturas do Quotidiano: o possível e o impossível," in *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII* (Lisboa: Teorema, 1979), vol. 1.

⁶ Os rostos maiores são Jacques Le Goff e Pierre Nora, mas serão os seus sucessores historiográficos a potenciar o conceito, na transição da década de 70 para a de 80: Jean Delumeau, *Le Pêché et la Peur: La Culpaibilisation en Occident - XIII-XVIII siècles* (Paris: Fayard, 1983) e *Da Europa Feudal ao Renascimento*, dir. Georges Duby, vol. 2 da *História da Vida Privada*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby (Porto: Afrontamento, 1989-1991).

⁷ Jacques Chiffolleau, *Les Justices du Pape. Délinquance et Criminalité dans la Région d'Avignon au XIV siècle* (Paris: Publications de la Sorbonne, 1984); John G. Bellamy, *Criminal Law and Society in Late Medieval and Tudor England* (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1984); María Teresa López Beltrán, *La Prostitución en el Reino de Granada en época de los Reyes Católicos: el caso de Málaga (1487-1516)* (Málaga: Deputación Provincial, 1985); Natalie Zemon Davis, *Pour Sauver Sa Vie. Les récits de pardon au XVI siècle* (Paris: Éditions du Seuil, 1988) e Robert Muchembled, *La Violence au Village: sociabilité et comportements populaires en Artois de XV au XVII siècle* (Turnhout: Brepols, 1989).

⁸ Claude Gauvard, «*De Grace Especial*». *Crime, État et Société en France à la fin du Moyen Âge* (Paris: Publications de la Sorbonne, 1991).

⁹ Iñaki Bazán Díaz, *Delincuencia y criminalidad en el País Vasco en la transición de la Edad Media a la Moderna* (Vitoria-Gasteiz: Departamento de Interior, 1995); Luís Miguel Duarte, "Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)" (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, 1993); Luis Rubió García, *Vida Licenciosa en la Murcia Bajomedieval* (Murcia: Academia Alfonso X El Sabio, 1991); Nicole Gonthier, *Le Châtiment du Crime au Moyen Âge: XII-XVI siècles* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1998).

¹⁰ Luís Miguel Duarte na sua tese de doutoramento, já aqui citada, trabalhou a cronologia imediatamente anterior ao nosso projeto, promovendo uma abordagem horizontal, de larga escala, à justiça e criminalidade do século XV. Contudo, devido à dimensão da dissertação, a última parte, que seria dedicada ao crime e aos aspetos sociais a ele ligado, saiu sacrificada, fazendo com que o autor não completasse a análise de todos os tipos de crime que ele próprio identificou. O nosso propósito é precisamente começar onde o referido trabalho ficou, preferenciando uma abordagem em profundidade do crime e do quotidiano.

¹¹ Da exceção se faz a regra e os exemplos contrários existem. Veja-se: Félix Segura Urrea, *Fazer Justicia: Fuero, Poder Público y Delito en Navarra (siglos XIII-XIV)* (Pamplona: Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 2005) e Roberto J. González Zalacain, "El Perdón Real en Castilla a Fines de la Edad Media: el ejemplo de la Cornisa Cantábrica" (Dissertação de Doutoramento, Universidad del País Vasco, 2013).

¹² Iñaki Bazán Díaz, "El modelo de sexualidad de la sociedad cristiana medieval: norma y transgresión," *Cuadernos del CEMyR* 16 (2008): 167-191; Iñaki Bazán Díaz, "La pena de muerte en la corona de Castilla en la Edad Media," *Clio & Crimen* 4 (2007): 306-352; José Manuel Nieto Soria, "Los perdones reales en la confrontación política de la Castilla Trastámara" *En la España Medieval* 25 (2002): 213-266; Luís Miguel Duarte, "A Justiça Medieval Portuguesa (inventário de dúvidas)," *Cuadernos de Historia del Derecho* 11 (2004): 87-97; Luís Miguel Duarte, "A Retórica da Salvação (Histórias de morte e vida em Portugal há quinhentos anos)," *La Chispa* 97: *selected proceedings* (1997): 123-130; Luís Miguel Duarte, "Contrabandistas de gado e «passadores de cousas defesas» para Castela e «Terra de Mouros»," *Revista da*

Assim, fazendo um balanço geral em relação ao que tem sido escrito sobre o crime e a sua envolvente quotidiana, podemos afirmar que, em torno desta problemática, se tem vindo a adensar o fosso da historiografia portuguesa face à espanhola e, em maior escala, à francesa.¹⁴ Isso leva-nos a acreditar que existe espaço para o trabalho que aqui propomos. A originalidade não residirá na temática, já adulta, mas na renovação da abordagem: queremos estudar a criminalidade não como fim em si mesma, mas como meio para mergulhar na sociedade medieval portuguesa e no seu quotidiano. O nosso objetivo é perceber até que ponto o crime é uma janela para a sociedade, permitindo-nos chegar ao Homem e às suas vivências, relações e sentimentos, hábitos e horizontes.

De forma a sustentar o projeto a que nos propomos dar corpo, aliando crime e quotidiano no Portugal medievo, nenhuma fonte poderia servir melhor o intento do que a *carta de perdão*.¹⁵ Documento de chancelaria, completamente tipificado ao nível do formulário a partir da segunda metade do século XV, visa, através da graça régia, perdoar alguém por um crime ou delito, mesmo que este tenha já sido julgado por outra instância do reino. A singularidade da fonte reside no facto de, a seguir à titulação régia e saudações habituais, o monarca resumir o caso de que teve conhecimento.¹⁶ Esta narrativa ora nos aparece pobre e estereotipada, ora surpreendente e rica em pormenores.¹⁷ As informações podem ser de índole variada, desde o insulto textual,¹⁸ passando pela descrição do vestuário¹⁹ até à enumeração de bens roubados.²⁰ Outras vezes, vemos os sexos que se atraem²¹ ou, em enredos mais

Faculdade de Letras - História 2.^a Série, vol. 15 (1998): 451-473; Luís Miguel Duarte, “Crimes na Serra,” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), vol. 2, 81-102; Luís Miguel Duarte, “Um luxo para um país pobre? A pena de morte no Portugal medievo,” *Clio & Crimen* 4 (2007): 63-94; Ricardo Córdoba de la Llave, “Adulterio, sexo y violencia en la Castilla medieval,” *Espacio, Tiempo y Forma*, 4.^a série, vol. 7 (1994): 153-184.

¹³ Trabalhos dedicados à mulher como: Isabel Queirós, “*Theudas e Mantheudas*: a criminalidade feminina no reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1999); María Sabina Álvarez Bezos, “Violencia contra las mujeres en la Castilla del final de la Edad Media. Documentos para el estudio de las mujeres como protagonistas de su historia” (Dissertação de Doutoramento, Universidad de Valladolid, 2013). Ou estudos dedicados exclusivamente a facetas do quotidiano que tocam o crime como: Martin Rheinheimer, *Pobres, Mendigos y Vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850* (Madrid: Siglo XXI, 2009); Robert Muchembled, *Uma História da Violência. Do Final da Idade Média aos Nossos Dias* (Lisboa: Edições 70, 2014), sendo a 1.^a edição, em francês, de 2008.

¹⁴ Em Portugal, com uma ou outra exceção, apenas Luís Miguel Duarte escreve sobre criminalidade para o período medieval. Mesmo assim, a diferença em relação ao exterior é mais notória nas questões ligadas ao Homem e seus comportamentos quotidianos.

¹⁵ A definição é, mais uma vez, de Luís Miguel Duarte: “É a consubstanciação, num diploma da chancelaria, de um acto de graça régia em matéria de justiça, através do qual o monarca outorga o seu perdão a um ou mais súbditos, na sequência de um crime, de um delito (ou de uma suspeita de que os destinatários os tenham cometido); este acto pode antecipar-se a qualquer sentença de qualquer instância e de qualquer meio (isto é, régio, concelhio, senhorial laico ou eclesiástico), pode suspender a execução de uma sentença já proferida, libertando o sentenciado de toda a pena, de parte dela, ou comutando-lha por outra mais leve. (...) Em Portugal, é um acto exclusivo do rei; não conhecemos manuais de chancelaria, tratados ou ordenações que fixem um formulário rígido: mas na segunda metade do século XV esse formulário existe na prática perfeitamente definido, e as cartas de perdão, do ponto de vista diplomático, são documentos de uma grande uniformidade.” Em Duarte, “Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo,” 34.

¹⁶ Duarte, “Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo,” 123.

¹⁷ Variação que não está desligada do facto de a narrativa ser um resumo do testemunho de quem pede o perdão, ou seja, do pretensu criminoso.

¹⁸ O suplicante Cristóvão Matoso havia insultado expressivamente o juiz que o quisera prender, chamando-lhe “juiz de merda e cagalhões”. Em Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, Livro 25, Fólio 221.

¹⁹ Na identificação de um presumível homicida: trazia “(...) uma coroa aberta tamanha como uma dobra e que o pelote que trazia passava o giolho”. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 22, fol. 259.

²⁰ Neste caso são “lençóis e roupas de linho”. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 2, fol. 466.

²¹ Não é raro que mouros, judeus e cristãos “durmam carnalmente” apesar das proibições conhecidas. Veja-se este exemplo entre uma moura e um cristão, ambos solteiros, em ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 2, fol. 263.

complexos, o despoletar de tensões sociais.²² Porta sempre aberta ao imprevisível, a *carta de perdão* encerra na heterogeneidade de conteúdo a sua força.

De braço dado com os perdões, incluímos no nosso *corpus* documental outros dois tipos de diplomas reveladores da criminalidade medieval: as cartas de *se asi he* e as licenças de porte de arma. No caso das primeiras, o início "da carta inclui o resumo do delito, a pena, e a concessão do património dela resultante a alguém (que é regra geral o autor da denúncia). Mas estes documentos chamam-se, como vemos, cartas de *se asi he*. A segunda parte indica como deve ser apurado se de facto era assim, ou se o acusado estava inocente."²³ As licenças de porte de arma são o que o próprio nome indica e o requerente justifica, normalmente, o seu pedido revelando um crime ou uma ameaça que tenha posto em perigo a sua integridade física.

Por último, de forma a percebermos as distâncias entre o jurídico-normativo e o quotidiano, torna-se fundamental ir à raiz legislativa. Para isso, as *Ordenações Afonsinas* e, em alguns aspetos, as *Ordenações Filipinas* - pelas recuadas explicações acerca da criação de alguns cargos - são incluídas nas fontes a tratar.

Tendo em conta o espaço (Portugal) e o facto de estarmos a falar de diplomas que começam a ser produzidos pela Chancelaria régia com regularidade a partir da segunda metade do século XV, é natural que nos fixemos nesta cronologia. Seleccionámos para o nosso estudo os primeiros três anos do reinado de D. João II²⁴, cuja Chancelaria tem sido pouco explorada. A cronologia estabelecida não representa todo o século XV (como se refere no título do artigo), mas, em nossa defesa, refira-se que qualquer produção de conhecimento científico representa (apenas) uma pedra sobre muitas. Relembremos que o ponto de partida deste estudo se encontra no trabalho de Luís Miguel Duarte e que é tendo em conta tudo o que foi escrito antes de nós que assumimos a arrumação do título.²⁵

UMA ESTRUTURA POSSÍVEL

Qualquer dissertação, com uma estrutura mais ou menos provisória, abre com a tradicional introdução onde figuram estado da arte, problemática, objetivos e *corpus* documental escolhido.

Posto isto, dedicaremos o primeiro capítulo a uma reflexão sobre a principal fonte deste trabalho: a *carta de perdão*. Pretendemos regressar à sua definição e características, de forma a estabelecer uma comparação com as suas congéneres espanholas e francesas,²⁶ e saber até que ponto estas podem ser um 'fresco' de comportamentos e sentimentos. Ainda neste ponto, pretendemos levar a cabo um balanço geral sobre o tempo de feitura e custo do respetivo diploma e seus impactos económicos e sociais.

No capítulo seguinte passaremos da teoria à prática, traçando as linhas fortes do crime (motivações, ações e medos), dos criminosos e das suas ligações sociais, assim como procedendo, quando possível, a uma análise do espaço.²⁷

Seguir-se-á uma leitura da pena e do perdão, repensando alguns tópicos-chave da temática: a prisão como transitoriedade e não castigo; o papel indispensável do

²² Como é exemplo um memorável assalto ao Castelo de Tavira, de onde se libertaram todos os presos. Uma das muitas *cartas de perdão* outorgadas pelo caso em ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Livro 22, fol. 182.

²³ Duarte, "Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval," 34-37.

²⁴ Anos de 1482, 1483 e 1484, uma vez que em 1481 D. João II reina menos de quatro meses.

²⁵ Fundamentalmente em Duarte, "Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)", em que mostrou com clareza, a partir da leitura de um elevado número de *cartas de perdão*, que os índices percentuais por crime pouco se alteram.

²⁶ E em menor escala, se possível, inglesas.

²⁷ Para este período torna-se muito complicado abordarmos a espacialidade do crime devido à imprecisão das descrições e topónimos. Mesmo assim procuraremos, pelo menos, apontar caminhos.

perdão da parte numa justiça personalizada; a pena e o seu destino, ou a justiça como fonte de receita para as necessidades do reino; e, por fim, os castigos corporais e a pena de morte mais como ameaça do que como prática.

O quarto e último capítulo da dissertação será o corolário de tudo o que se disse. Queremos fazer dele, *ipsis verbis*, uma janela para a sociedade. Pensando o crime como "pulsão" de uma sociedade constricta²⁸ haverá espaço para: escrever sobre as armas e a violência; perguntarmo-nos se haveria, e em que condições, espaço para o amor; repensar o papel da mulher medieval no quotidiano; e, juntando os mais pequenos e dispersos grãos, construir algo acerca do viver, do dia-a-dia comum.

Por fim, encerraremos com as conclusões, listagem de fontes e bibliografia, bem como os expectáveis apêndices e/ou índices.

AS PONTAS DA DISCÓRDIA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA

Um *workshop*, ou seja, uma oficina de trabalho, convida-nos a que pensemos em voz alta, a que discutamos. Por isso, não trazemos aqui conclusões, mas reflexões, problemas. Na impossibilidade de enunciar em tão curto tempo todas as questões que emergem desta investigação, a nossa escolha privilegiou o raciocínio de fundo.

Estamos perante uma sociedade violenta? Violenta para "nós" ou para "eles"? Esta é provavelmente uma das perguntas mais polémicas e de difícil resposta. Quando se estuda o homem medieval, uma das piores armadilhas é o anacronismo. A nossa análise, muitas vezes sem que o percebamos, está repleta de conceitos contemporâneos.

Começemos por alguns dados. Segundo Luís Miguel Duarte, 41,9% da criminalidade presente nas *cartas de perdão*²⁹ representa crimes "contra a pessoa humana", onde se inclui o homicídio, a agressão, o aborto ou infanticídio,³⁰ rapto, difamação e instigação à violência. Isto sem incluir crimes "contra a autoridade e ordem pública", que comportam bastantes atos de violência, e que representam 24,6%.³¹ Estamos perante 65% dos crimes recenseados.³² O número impressiona. "As *cartas de perdão* refletem inequivocamente uma criminalidade violenta".³³

Mas não nos rendamos já ao número. Não digamos de imediato o óbvio, não nos precipitemos a dizer, numa afetação civilizada, que estamos perante uma sociedade violenta. Não transportemos já os nossos conceitos e medos alicerçados em séculos de construções. Esta violência "não é o resultado de uma ansiedade esmagadora, de uma natureza mal controlada. O crime no final da Idade Média não é uma explosão de forças obscuras num mundo em grande parte selvagem. É um facto de civilização, ou melhor, uma civilização."³⁴ Passemos a explicar: "A brutalidade e a agressividade não têm unicamente um efeito destrutivo e desestabilizador como fomos ensinados a pensar desde a confiscação da violência pelo Estado (...) a partir do século XVII."³⁵ É uma "violência positiva e reativa"³⁶ a destes homens medievos, enquadrada numa luta

²⁸ A ideia tanto mais antiga quanto feliz é de Norbert Elias e é aqui seguida por nós.

²⁹ O universo são as 1005 cartas que o autor tratou informaticamente para a sua dissertação de doutoramento aqui já citada.

³⁰ Percebemos que os homens e mulheres medievos não fazem grande distinção entre um e outro.

³¹ Seguimos a tipologia de crimes construída por este autor, naturalmente discutível e suscetível de ser aperfeiçoada. Veja-se Duarte, "Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval," 327.

³² Acrescente-se a presença constante das armas neste quotidiano criminal. Apesar de as *cartas de perdão* nem sempre as referirem (pelo menos na totalidade), Luís Miguel Duarte dá-nos a conhecer o célebre *Caderno das Armas que se acharam na villa da Redinha e seu termo*, onde quantifica 1,73 armas por morador. Em Duarte, "Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval," 356-357.

³³ Duarte, "Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval," 328. Note-se que, a título de exemplo, Claude Gauvard ou Robert Muchembled partilham dados semelhantes nas obras aqui já citadas.

³⁴ Gauvard, «*De Grace Especial*», 298.

³⁵ Muchembled, *La Violence au Village*, 7.

³⁶ Em que a honra ofendida representa papel cimeiro entre os fatores desencadeadores dessa atitude. Veja-se Muchembled, *La Violence au Village*, 43.

coletiva pela sobrevivência e exacerbada à medida que a insegurança e o medo aumentavam.³⁷ Uma vaca roubada pode converter em fome o sustento de uma família, a difamação de uma filha arruinar um casamento vantajoso. Ténues são as linhas que sustentam a vida quotidiana do comum dos mortais medievos. Em constante estado de alerta, arma junto ao corpo e sentidos em riste. No dia-a-dia, o instinto de defesa supera a razão: bate-se primeiro, reflete-se depois.³⁸ É preferível acertar no homem errado, mas sobreviver, do que esperar e receber o aço desconhecido³⁹ ou ficar com a honra maculada.⁴⁰ Neste palco, um homem que não reage marcando com força o seu espaço sujeita-se a deixar de existir ou a marginalizar-se.⁴¹

Encontrar um lugar na comunidade é difícil, pressupõe choques e enfrentamentos.⁴² Talvez por isso descobramos nos jovens adultos uma das fações mais agressivas do quotidiano, sobretudo na primavera e no verão, épocas mais amigas do namoro. Relembremos que o número de celibatários na sociedade medieval é elevado, devido a um estreito mercado nupcial.⁴³ Neste cenário, os comportamentos dos “mancebos casadoiros” extremavam-se na busca de uma identidade social e sexual.⁴⁴ “Para estes jovens, o desfile da honra tem um sentido vital, mesmo que o preço seja o derramamento de sangue”.⁴⁵

Para terminar este conjunto de reflexões em torno do nosso projeto, voltemos ao ponto de partida: se tivermos de responder à questão enunciada, diremos que, em última análise, estamos perante uma sociedade violenta. Contudo, o problema não está tanto na pergunta, à qual os historiadores do crime vão respondendo com mais ou menos dados. A tónica deverá ser colocada na qualificação que fazemos dessa violência, na depreciação implícita que o nosso tempo conferiu à palavra. O que para nós se tornou negativo ou instrumento repressor, para o homem medieval representa ferramenta de sobrevivência, qualidade indispensável na defesa de si e do seu.

³⁷ Devemos sublinhar que esta violência não deve ser entendida exclusivamente como intencionalidade homicida. O homem medieval é agressivo, mas, na maioria das vezes, fere, não mata. Mesmo quando a vítima morre, muitas dessas mortes decorrem ao fim de vários dias por falta de cuidados médicos.

³⁸ Como em qualquer sociedade e em qualquer cronologia havia violência pela violência, enquadrada num mundo criminal ‘puro e duro’. Essa, contudo, menos presente na documentação, não se encaixa nos mecanismos de sobrevivência intrínsecos ao homem medieval que aqui descrevemos.

³⁹ Tal cenário é crescente com o cair da noite e todos os receios que daí advêm pela escuridão. Toldada a visão, a audição representa a principal vigia e estimulador dos receios medievos. “Negra é a noite nas cidades e ainda mais nos campos” (Muchembled, *La Violence au Village*, 43). Temos muitos exemplos de situações de perigo durante a noite como assaltos, tentativas de violação, confrontos ou fugas da cadeia, veja-se: *Chancelaria de D. João II*, Livro 22, fol. 33; *Chancelaria de D. João II*, Livro 2, fol. 769; *Chancelaria de D. João II*, Livro 2, fol. 311.

⁴⁰ Ao contrário do que muitas vezes espalha o senso comum e alguma historiografia menos rigorosa, a honra não é um sentimento exclusivo da nobreza.

⁴¹ E sabemos como é difícil subsistir na época medieval fora do conjunto, marginal, sem laços de solidariedade. Veja-se principalmente Luís Miguel Duarte, “Marginalidade e Marginais,” in *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa, vol. 2 da *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011), 170-196. Veja-se também: Gauvard, «*De Grace Especial*», 384-427 e Rheinheimer, *Pobres, Mendigos y Vagabundos*.

⁴² Muitas vezes físicos, como vemos, o que explica o tipo de educação que recebem os jovens do sexo masculino. Uma brincadeira frequente entre crianças e adolescentes é a briga, a simulação (muito real, diga-se) de um combate corpo a corpo. Escusado será dizer que, não raras vezes, corre mal e termina na morte de um dos intervenientes. Veja-se um exemplo em *Chancelaria de D. João II*, Livro 22, fol. 33.

⁴³ Em especial nas comunidades rurais. Mais uma vez, veja-se Muchembled, *La Violence au Village*, 99.

⁴⁴ Atentemos no caso de Mem Rodrigues, morador em Lagos e filho do cavaleiro Álvaro Rodrigues, que querendo casar com uma irmã de Fernão Vasques e encontrando resistência na família desta, não hesita em espalhar sangue à sua volta para obter a mão da ‘amada’. O documento está em *Chancelaria de D. João II*, Livro 22, fol. 81.

⁴⁵ Muchembled, *La Violence au Village*, 45.

Investigando gestos femeninos en la narrativa bajomedieval

Laura Pereira
Universidad de Santiago de Compostela

Resumen

El objetivo de este trabajo es la presentación de mi proyecto de tesis doctoral, un estudio del personaje femenino de la última Edad Media desde sus gestos. La exposición enfoca especialmente los problemas teóricos que surgen en el diseño conceptual propio de las primeras fases de trabajo.

Abstract

The aim of this paper is the presentation of my dissertation Project, a study on female character from the late Middle Ages, through its gestures. The exposition focuses especially on theoretical problems that often arise from the conceptual design in the early stages of work.

TEMA Y PRIMEROS PASOS

Mi tesis doctoral parte de una inquietud ya esbozada en un trabajo previo, la tesis de máster, titulada «La *modestia* femenina a través de los gestos. Una aproximación retórica y performativa en la literatura de la Baja Edad Media» (2014). En este realizaba una aproximación teórica al papel de la gestualidad del personaje femenino en la narrativa de la Baja Edad Media, con apoyo de tratados clásicos y medievales de perfil retórico y doctrinal. Por un lado, este trabajo inicial me permitió reflexionar sobre el tema central de mi tesis doctoral, pero sobre todo fue útil para encontrar carencias en mi aproximación y establecer una relación de puntos que deben ser abordados con máxima urgencia antes de avanzar en una investigación más ambiciosa. Así, el concepto (i) de personaje, (ii) de cuerpo y (iii) de feminidad (los tres en la Baja Edad Media) me parecieron los primeros aspectos que se deben delimitar teóricamente, a modo de cuestiones preliminares, pues el estado de la cuestión, si bien en literaturas y culturas modernas y posmodernas está bastante desarrollado, no ha avanzado lo suficiente en el ámbito de los estudios medievales. Por otro lado, durante la elaboración de mi tesis de máster alcancé un resultado que condiciona toda mi investigación por ser el más interesante y menos explorado hasta ahora: la dimensión ética. En este sentido, el concepto de *modestia*, una de las virtudes cardinales clásicas que aprovecha el cristianismo en su definición del ideal moral, resulta muy útil para establecer las primeras hipótesis.

Cicerón explica que “la belleza moral” se compone de cuatro “virtudes”: *scientia*, el discernimiento de la verdad, la prudencia y la sabiduría; *beneficentia* o liberalitas el ideal de justicia que lleva a dar a cada uno lo suyo y a respetar los pactos, para salvaguardar las relaciones sociales; *fortitudo*, la fuerza y la grandeza del alma, que causan el desprecio de las cosas humanas; y *temperantia* o *modestia*, que consiste “en realizar cualquier acción y pronunciar cualquier palabra con orden y medida”. No estamos aquí en el terreno de la “agitación de la mente” (*mens agitatio*), sino en el de la “acción” (*actio*).¹

La *modestia* es la virtud que relaciona el decoro, que está a la vista, con el justo medio del alma. Los tratados retóricos clásicos dedican buena parte de la *actio* a la guía

¹Jean-Claude Schmitt, “La moral de los gestos,” in *Fragmentos para una historia del cuerpo humano*, ed. Nadaff, Tazi y Fehel (Madrid: Taurus, 1991), vol. 2, 131.

hacia esa *modestia*. Señalan además los momentos en los que un orador se puede alejar de ella y dar paso a la desmesura, esto es, siempre que cobra importancia el *páthos* porque se pretende conmover al auditorio. En la Edad Media, este control sobre el cuerpo tomó nuevos derroteros, especialmente en cuanto a las mujeres, pues es en ellas donde el pecado carnal tiene más fuerza. La *modestia* femenina se convierte en una serie de reglas que regulan lo público, el cuerpo y las costumbres, pero que repercuten en la moral y en la propia idea de mujer. En términos contemporáneos, la *modestia* es norma y, como tal, es social y se puede modificar. Para trazar esta hipótesis, me apoyo en los avances que los estudios de género han logrado en los últimos años, especialmente en lo relativo al cuerpo, los hábitos y la tensión entre el espacio público y el espacio privado.²

Mi intención en la fase doctoral es ampliar este planteamiento en dos direcciones preponderantes: (i) desde el punto de vista teórico, la creación de una tipología gestual desde la que estudiar el personaje femenino bajomedieval, que aúne diferentes visiones de los gestos y (ii) en la fase de análisis de *corpus*, el diseño y llenado de una base de datos online que contenga información gestual, de acuerdo con la tipología anterior, sobre los personajes femeninos bajomedievales analizados y que pueda funcionar como herramienta para varios fines, tanto investigadores como no académicos.

PROBLEMAS, DATOS YA TRATADOS Y CONCLUSIONES PROVISIONALES: LA MODESTIA FEMENINA

El primer problema ante el que me encuentro es la falta de estudios que tratan teóricamente el concepto de personaje femenino bajomedieval y su cuerpo. El personaje femenino bajomedieval ha sido descrito en múltiples ocasiones desde diferentes puntos de vista, pero pocas veces ha sido objeto de teorización exhaustiva y habitualmente se queda en un limbo entre conceptos de veracidad y protoperosonaje.³ Los estudios sobre el personaje durante los últimos siglos han oscilado en tensión entre los dos primeros elementos de la tragedia según Aristóteles: el argumento y el carácter. El personaje es parte del argumento, porque actúa (como proponen las teorías estructuralistas y postestructuralistas), pero también es carácter, porque muestra una determinada posición ético-psicológica cuando toma decisiones (como aceptaban los análisis psicólogos de las novelas decimonónicas). El primer resultado que obtengo en este punto es el que reclaman algunos críticos: la conjunción de ambas perspectivas. Este equilibrio es relativamente fácil de alcanzar gracias a mi propia aproximación al personaje: los gestos.

Los gestos están también entre el argumento y el carácter. En las artes plásticas, la dimensión argumental es más palpable, como señala Chastel, pues “el análisis técnico [de las obras de arte medievales y renacentistas] es indiscutible: toda composición se basa en la disposición en el espacio de unas figuras unidas entre sí por actitudes y gestos”.⁴ Las composiciones están ensambladas mediante gestos, que no solamente expresan sentimientos, sino que relacionan personajes al tiempo que permiten contar una historia. En la narrativa bajomedieval algunos gestos son parte del argumento, en la medida en la que *actúan* influyendo en la concatenación de la acción.

² Para profundizar en estos aspectos son interesantes especialmente los trabajos que relacionan la teoría de la esfera pública con los *queer studies*, como Michael Warner, *Publics and counterpublics* (New York: Zone Books, 2002).

³ Algunos trabajos han propuesto acercamientos teóricos al personaje, como César Domínguez, “Apuntes para el estudio del personaje medieval, I: panorama de la reflexión poetológica,” *Troianalexandrina*, 5 (2005): 185-225; o Santiago Gutiérrez García, “El personaje artúrico en el marco narrativo de los «romans» de los siglos XII y XIII (acercamiento a una propuesta de teorización),” in *Los caminos del personaje medieval*, ed. Lorenzo Gradín, 19-37 (Firenze: Edizioni del Galluzzo, 2006).

⁴ André Chastel, *El gesto en el arte* (Madrid: Siruela, 2004), 18.

La otra vertiente del gesto es la relativa al carácter, íntimamente relacionado con la psicología. La gran mayoría de los trabajos sobre gestualidad en literatura y artes plásticas se centran en el gesto como expresión de una psicología o emoción, además de obedecer a unas normas de representación mediadas por discursos sociales dominantes, como la moral cristiana, la política o modas estéticas. Los gestos y acciones en el arte siempre son artificiales, pues son producto de una decisión de la autoría, pero también de los personajes. Las decisiones, según Aristóteles, son las que nos permiten entrever el carácter.⁵ El concepto aristotélico 'carácter' o *êthos* es central en la *Retórica* y en la *Poética* y, por lo tanto, se refiere tanto a personas (a los oradores de la *Retórica*) como a los *pátrrontes* de la *Poética*.⁶ El *êthos* es la segunda parte constituyente de la tragedia y epopeya, y se define como "aquello en virtud de lo cual decimos que los que actúan son de una índole determinada".⁷ Al mismo tiempo, el *êthos* formaría parte del personaje, junto al pensamiento o *diánoia*.

El segundo problema inicial toma forma en este contexto: ¿hasta qué punto podemos aceptar el salto personaje – persona y conjugar las visiones de la *Retórica* y de la *Poética*? En este caso, es imprescindible la guía de estudiosos como Judson Boyce Allen, que dedica una monografía a demostrar, con una selección cuidada de fuentes primarias, que la reflexión poética en la Edad Media era considerada una rama de la ética, ya que desentrañaba el espíritu de la obra, fruto del carácter de la autoría.⁸ Estas consideraciones de los críticos bajomedievales avalan la premisa de que los personajes estaban diseñados con fuerte atención a las actitudes, porque tenían el estatus de modelos de conducta, no solo como dechados, sino también para las personas reales. Por lo tanto, y al menos desde el punto de vista ético del modelo de conducta, las consideraciones retóricas acerca de la persona pueden ser útiles al hablar de personaje. A pesar de estar indicado el camino a seguir, es siempre necesario tomar precauciones a la hora de tratar las relaciones entre literatura y vida.

El *êthos*, concepto clave en la reflexión ética, constituye un punto básico de mi investigación. Con la mirada en el *êthos* se establece la hipótesis central de mi trabajo: a través de los gestos, los personajes femeninos de la narrativa bajomedieval renegocian sus límites normativos. Empecé a trabajar sobre esta hipótesis analizando algunos gestos de personajes femeninos del libro de Christine de Pizan, *La cité des dames*, que denominé *gestos performativos*. Los gestos performativos son los que tienen que ver con la desmesura y, por tanto, el *páthos*. Si recuperamos las dos visiones tradicionales de la performatividad (la de la pragmática de Austin, según la que los actos de habla son performativos en la medida en que realizan una acción en lugar de describir información; y la de los *performance studies*, que se centran en la espectacularidad y sentido de acciones más o menos artísticas de diversas culturas), los gestos performativos serían aquellos que son espectaculares, por lo que impactan en el lector-espectador, y mediante esa conexión patética o impactante realizan una acción, en este caso, desafiar los límites de la *modestia* femenina.

En este primer contacto con los gestos performativos me fijé especialmente en aquellos gestos que tenían que ver con los tabús del sexo y de la muerte, a los que Todorov denominó "experiencias de los límites" cuando estudió la dimensión patética de la literatura fantástica de E. A. Poe. Me pareció conveniente recuperar esta idea, pues los elementos maravillosos o extraños de los géneros fantásticos desvelan valores de una sociedad mediante su transgresión (y este tipo de empleo de las experiencias de

⁵ "El carácter es aquello que revela la elección, qué cosas elige o evita uno en circunstancias en las que no está claro —por ello no tienen carácter los razonamientos en los que falta por completo lo que elige o rehuye el que habla" Aristóteles, *Poética. Magna moralia* (Madrid: Gredos, 2011), 47.

⁶ En la *Poética* no podemos encontrar un sinónimo total de lo que entendemos por "personaje"; en cambio, Aristóteles emplea distintas palabras para hacer referencia a esa realidad, como *pátrrontes*, palabra que hoy podemos traducir como "los que actúan".

⁷ *Ibid.* 45.

⁸ Judson Boyce Allen, *The Ethical Poetic of the Latter Middle Ages: A Decorum of Convenient Distinction* (Toronto/London: University of Toronto Press, 1982).

los límites no es exclusiva del género fantástico, como ya aclaraba Todorov).⁹ Además, estos mecanismos se han estudiado en los últimos años, especialmente en el terreno de las artes visuales (pintura, cine, fotografía), y nos podemos apoyar en ellos para pensar sobre la tensión entre el arte y la moral social.¹⁰

Todavía existe otro problema preliminar, el valor comunicativo y ceremonial de los gestos. El objetivo de mi trabajo es observar la dimensión ética de los gestos, pero esta función tiene que convivir con la función comunicativa del gesto, dentro de las convenciones artísticas. En la lingüística, la perspectiva desde la que pensar sobre los gestos, la kinésica. El objeto de estudio de la kinésica son los siguientes: movimientos y posiciones de base psicomuscular conscientes o inconscientes, aprendidos o somatogénicos, de percepción visual, audiovisual y táctil o cinestésica que, aislados o combinados con la estructura lingüística y la paralingüística y con otros sistemas somáticos y objetuales, poseen valor comunicativo intencionado o no.¹¹

Según esta perspectiva, pues tienen un significado que entienden los miembros de una comunidad cultural. El análisis de los gestos, entonces, se debe abordar desde un punto de vista semiótico. La solución a este problema la alcanzo en el seno del marco teórico que establezco para llevar a cabo el ulterior análisis: debo crear una tipología gestual que organice todas las funciones de los gestos que se van a observar.

CRONOLOGÍA Y ESPACIO

Cronológicamente, este trabajo se centra en los últimos siglos de la Edad Media, desde el renacimiento cultural del siglo XII hasta el siglo XV, con principal énfasis en la literatura del siglo XIV y XV, como frontera entre el románico y las primeras apariciones de la estética renacentista. El marco cronológico debe ser amplio para responder a uno de los objetivos del trabajo, la observación diacrónica de la *modestia* a través de los gestos. En estos siglos bajomedievales aparecen paulatinamente nuevas formas narrativas que se alejan de los cantares de gesta hacia composiciones que responden a un nuevo impulso creativo y expresivo, igual que de manera paralela en las artes plásticas se da el salto del románico al gótico. Además, a partir del siglo XII los personajes femeninos, como objetos amorosos al principio, cada vez tienen más protagonismo hasta avanzar, paulatinamente, hacia un protagonismo absoluto.

Como hemos señalado en varias ocasiones, los gestos, independientemente de la perspectiva que se adopte a la hora de analizarlos, responden a las normas de una comunidad. Es necesario, por tanto, delimitar dicha comunidad en la que los mismos signos eran comprensibles. Se pone de relieve aquí un problema: a priori no podemos establecer comunidades que compartan el código gestual, sino que el propio corpus debe mostrarnos qué convenciones son compartidas y cuáles no. En la primera fase de análisis me propongo analizar textos en lenguas romances, por la proximidad de sus códigos lingüísticos; en siguientes fases pretendo explorar los intercambios posibles en obras relacionadas de diferentes maneras, como las traducciones francés-alemán, dos comunidades estrechamente vinculadas de manera política y cultural. En este sentido son interesantes los personajes-mitos, es decir, algunos personajes que alcanzaron gran fama y fueron reformulados en distintas obras de distinta época, como la reina Ginebra o Blancaflor.

⁹ Tzvetan Todorov, *Introduction à la littérature fantastique* (Paris: Seuil, 1970), 53.

¹⁰ Es el caso de trabajos como los de Román Gubern, *Patologías de la imagen* (Barcelona: Anagrama, 2004); o Xosé Nogueira, "O enfrontamento cos límites da representación (imaxes entre a transgresión e a provocación)," *Quintana* 6 (2007).

¹¹ Fernando Poyatos, "La lengua como realidad verbal-no verbal: nuevas perspectivas," in *Pragmática y gramática del español hablado: actas del II Simposio sobre Análisis del Discurso Oral*, ed. Briz Gómez y otros, 215-224 (Zaragoza: Libros Pórtico, 1997).

FUENTES

Las fuentes que se tienen en cuenta en este trabajo se pueden clasificar en dos grupos: fuentes no literarias y fuentes literarias. Las fuentes no literarias proceden de diferentes campos. En primer lugar, es necesario tener en cuenta los textos de poetología medieval, en los que se ofrecen reflexiones acerca de temas clave, como el personaje, la función de los modelos o reglas de representación del personaje desde el punto de vista gestual (especialmente, en la reflexión sobre la *actio*). Dentro de este primer bloque tienen mucho peso algunos autores clásicos de importancia en la Baja Edad Media, como Aristóteles, Cicerón, el autor de *Rhetorica ad Herennium* o Quintiliano. En segundo lugar, la revisión de escritos relacionados con la literatura, como cartas o textos de corte ensayístico en las que se debaten aspectos de la literatura, por ejemplo, la querrela de las mujeres en el siglo XV. En tercer lugar, los espejos de damas, que revelan la norma de conducta que una sociedad considera aceptable en las mujeres. Si los personajes funcionan como modelos de conducta, es esperable que estos tratados estén relacionados con la literatura. Algunos ejemplos son los siguientes: *Libro de virtuosas e claras mujeres*, de Álvaro de Luna; *Espill o llibre de les dones*, de Jaume Roig; *Jardín de las nobles doncellas*, de fray Martín de Córdoba; *Reggimento e costumi di donna*, de Francesco da Barberino.

Dentro de las fuentes literarias, mi objetivo es abarcar un número amplio de obras de distintos géneros. Una muestra de este tipo permitirá reconocer las convenciones gestuales de género y distinguir estas de las convenciones del código. A pesar de que se maneja un gran número de libros, el *corpus* real es asequible, pues habitualmente es poco importante (tanto argumental como cuantitativamente) la presencia de los personajes femeninos. La clasificación del *corpus* vendrá dada por los resultados del análisis; sin embargo, se puede establecer una primera organización instrumental para abordar la primera fase del estudio.

1. Personajes de historias en mundos lejanos. Este grupo toma forma bajo la hipótesis de que la distancia entre el mundo de los personajes y el mundo de los lectores permite una representación laxa de los modelos de conducta, en los que se permiten más acciones desmesuradas.

a. Tradición clásica. Las historias que recuperan personajes de la tradición grecolatina habitualmente presentan un gran repertorio de acciones, tal y como ocurría en sus precedentes clásicos. Podemos mencionar el *Ninfale fiesolano*, de Boccaccio, gran parte de los personajes de *La cité des dames*, de Christine de Pizan.

b. Ficción exótica. Establezco esta categoría con algunas precauciones, pues el contexto exótico habitualmente funciona solamente como un marco, intercambiable de libro a libro, incluso, como ocurre en los libros de viajes. Algunas historias exóticas pueden ser “La doncella Teodor”, incluida en *Las mil y una noches* (entre otros), o “El Caballero del Cisne”, en *La gran conquista de Ultramar*.

2. Personajes de ficción idealista. El contexto de los personajes es cercano geográficamente al de los receptores, pero en una esfera ficcional idealizada que establece una barrera. Los personajes son modelos, especialmente, en cuanto a relaciones humanas y valores morales nobles. Algunos ejemplos son los siguientes: *Filócolo*, de Boccaccio; *Libro del caballero Zifar*; *Cárcel de amor*, de Diego de San Pedro.

3. Personajes de ficción histórico-realista. En este grupo sitúo las historias ambientadas en un aquí y un ahora medieval, que parece facilitar la empatía entre personajes y lectores. Habitualmente se presentan personajes con valores nobles y viles, medidos y desmedidos. Algunos ejemplos son los siguientes: *Libro de buen amor*, de Juan Ruiz; *Les quinze joies de mariage*; “Madonna Lionessa”, de Antonio Pucci; *Corbacho*, de Alfonso Martínez; *La Celestina*, Fernando de Rojas.

Romans del siglo XII: son fruto de una experimentación creativa e intelectual

en la que fusionan legados ficcionales con intereses propios.

Cuentos ejemplares de los siglos XIII y XIV: los personajes tipo de estos cuentos pueden ayudarnos a establecer gestos convencionales y miradas sociales habituales. Ej: *Calila e Dimna*; *Decameron*, Boccaccio; *El conde Lucanor*, don Juan Manuel.

METODOLOGÍA

La metodología con la que me enfrento a esta investigación se divide en dos partes. Primero, establezco una tipología gestual que me permita aprovechar y organizar de manera coherente las perspectivas desde las que se pueden estudiar los gestos. En esta fase teórica me apoyo en trabajos teóricos contemporáneos procedentes de diversos campos: (i) la semiótica crítica, “una forma reflexiva y valorativa de considerar al mismo tiempo los signos sociales y la sociedad que los produce”,¹² para establecer un marco de interpretación de los gestos en tanto signos; (ii) los avances acerca del lenguaje no verbal, que llegan de la lingüística y pragmática, y de su representación artística, de la mano de especialistas tanto en literatura como artes plásticas;¹³ (iii) el gran corpus que relaciona los gestos con la ética, que abarca tanto el primer bloque de fuentes antes mencionado como teorías hoy en boga, que van desde la reflexión fenomenológica del gesto, como los trabajos de Merleau-Ponty, hasta las ideas de cuerpo y norma de autores contemporáneos, como Foucault, Wittig o Butler.

Actualmente, en un primer esbozo, cuento con cinco siete tipos de gestos:

1. Una vez se identifican los gestos, se clasifican en dos categorías: *gestos naturales* y *gestos convencionales*. Esta clasificación se realiza atendiendo a la semántica del gesto y permite ahondar teóricamente en las dos vertientes de la representación, según la escolástica (realismo – nominalismo). Dentro de los gestos convencionales se encuentran los gestos con valor comunicativo, que analizaremos desde el punto de vista de la kinésica, y gestos ceremoniales, que cuentan con significados propios y contextuales.

2. Los gestos convencionales, después, se clasifican atendiendo a su representación en *gestos estáticos* o *gestos dinámicos*. Los gestos estáticos son los que se pueden representar de manera total en artes plásticas, como una sonrisa o un dedo que señala al horizonte. Los gestos dinámicos son los que no se pueden representar en su totalidad en las artes plásticas, como la negación con la cabeza. Esta distinción tiene importancia a la hora de emprender un análisis interartístico, pues los gestos dinámicos nunca podrán ser representados del mismo modo en distintas artes.

3. Los gestos estáticos y dinámicos, a su vez, pueden ser *gestos actuantes* o *gestos categorizantes*. En este tercer paso es esencial la distinción Aristótelica entre argumento y carácter. Los gestos actuantes son los relativos al argumento y se valoran en términos de verosimilitud. Están próximos a las teorías actanciales, de las que se pueden tomar prestadas las ideas sobre la concatenación de las acciones y las relaciones entre personajes, en este caso, mediante gestos. Los gestos categorizantes son aquellos que se emplean habitualmente para retratar a los personajes, ya que muestran el carácter de estos. Se valoran en términos éticos y psicológicos. Ambos tipos de gestos aparentemente están muy relacionados, pues pueden ser fruto de una elección. Por ello, es necesario definir con mucho cuidado las categorías, atendiendo al

¹² Manuel González de Ávila, *Semiótica crítica y crítica de la cultura* (Barcelona: Anthropos, 2002), 12.

¹³ Es muy importante la tesis doctoral de Miguélez Cavero, en la que estudia los gestos en el arte románico, publicada con el título *Actitudes gestuales en la iconografía del románico peninsular hispano: el sueño, el dolor espiritual y otras expresiones similares* (León: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de León, 2007); podemos mencionar otros trabajos, como el de Rocío Sánchez Ameijeiras, *Los rostros de las palabras: imágenes y teoría literaria en Occidente medieval* (Madrid: Akal, 2014), en el ámbito de artes plásticas medievales; Fran Benavente y Glòria Salvadó, *Poéticas del gesto en el cine europeo contemporáneo* (Barcelona: Intermedio, 2013) en el cine; o, ya en literatura medieval, Violeta Díaz-Corrájeo, *Los gestos en la literatura medieval* (Madrid: Gredos, 2004).

papel que la norma ético-social tiene en cada una. Los gestos actuantes deben responder a la *necesidad* del argumento, mientras que la norma tiene un papel preponderante en los gestos categorizantes.

4. Por último, se analizarán los gestos performativos. Los gestos performativos están relacionados, al mismo tiempo, con los gestos actuantes y categorizantes y se encuentran a medio camino entre ambos. Son gestos actuantes en la medida que agreden la verosimilitud, al tratarse de gestos en la frontera entre lo aceptable e inaceptable, y son gestos categorizantes por transgredir la norma y jugar con los tabús. Como consecuencia de todo esto, los gestos performativos son también espectaculares. En la narrativa medieval, habitualmente este enfrentamiento tiene que ver con las tensiones entre lo público y lo privado.

En segundo lugar, analizaré el corpus literario en estos términos y de manera computacional. En una base de datos estarán recogidos todos los personajes femeninos estudiados, identificados con pequeñas fichas con datos bibliográficos e históricos. Los fragmentos de texto en los que aparecen se habrán incluido etiquetados según unas categorías que contemplan diversas informaciones, como tipo de gesto (según el marco teórico apuntado arriba), influencia geográfica en su caso, relaciones con otros personajes femeninos y pervivencia temporal. Los datos se podrán visualizar en mapas conceptuales, en mapas geográficos y líneas temporales. De este modo, la base de datos podrá responder a diferentes inquietudes que tengan sus usuarios, como *¿en qué región los personajes femeninos presentan más gestos entre el siglo XIII y el siglo XIV?* o *¿qué período temporal presenta una mayor concentración de gestos performativos?* o *¿en qué género aparecen más personajes desmesurados?*

ESTRUCTURA PROVISIONAL

La estructura prevista para mi tesis doctoral se divide en tres puntos: en el primero, se recogerá el marco teórico y la tipología gestual; en el segundo, se aplicará la base teórica al corpus y se intentarán responder dos cuestiones principales: *¿cómo se representa y se modifica la norma ética?* *¿Qué impacto tiene esta renegociación de la norma ética?* Por último, en el tercer apartado se recogerán cuestiones formales sobre el diseño de la base de datos. El esquema podrá ser el siguiente:

1. Los gestos del personaje femenino bajomedieval.

En esta sección se deberá aclarar la perspectiva adoptada y el espacio de este trabajo en el conjunto crítico que de una manera u otra comparte aspectos con esta investigación. En este espacio inicial se desarrollará asimismo el marco teórico desde el que se pretende comprender el cuerpo y los gestos del personaje femenino de la narrativa bajomedieval. Por el carácter digital de la investigación, el desarrollo teórico establecerá categorías que ulteriormente se puedan operacionalizar para el análisis.

2. El sentido interartístico de los gestos.

El segundo bloque del trabajo está reservado al desarrollo de los resultados obtenidos computacionalmente, con dos ejes principales: a) representación y transgresión de la norma mediante los gestos y b) transmisión y pervivencia de la modestia femenina a través de los gestos.

3. Base de datos.

Por último, se reservará un espacio para explicar y cuestionar las decisiones tomadas en la creación y empleo de la herramienta digital.

CONCLUSIONES

Los gestos han sido abordados tradicionalmente desde la kinésica y la psicología o teoría de los afectos, perspectivas que pueden traer luz sobre la que este proyecto se propone: la aproximación ética a la gestualidad. Una investigación ética como esta se apoya, por un lado, en las propuestas de la Retórica, tanto clásica como medieval, y por

otro lado, en las teorías corporales contemporáneas, especialmente la reformulación que hace Butler de la performatividad pragmática. Ambos puntos de vista son complementarios y necesarios a la hora de establecer un nuevo marco de análisis del personaje femenino bajomedieval, cuya aplicación, en este caso, se ofrece en forma de base de datos para ampliar sus posibilidades.

El primero de los Cuatro Jinetes del *Apocalipsis* de Juan: aproximación al estudio del texto bíblico y su relación con algunas representaciones iconográficas, desde la Edad Media al Renacimiento.

Manuel Aneiros Loureiro
Universidade de Santiago de Compostela

Resumen

La literatura apocalíptica ha sido ampliamente representada a lo largo de la Edad Media de muy diversas formas. Los artistas, basándose en los textos bíblicos y la exégesis patristica, recurrieron a diferentes modelos figurativos en las distintas expresiones plásticas. El motivo de este trabajo es el análisis iconográfico de una imagen de la literatura apocalíptica y la relación que existe entre el texto bíblico y su representación iconográfica a lo largo del Medioevo. El objeto de estudio es, en concreto, la figura del primer jinete del *Apocalipsis*, el jinete del caballo blanco, que Juan describe en Ap 6, 2. El texto griego más antiguo y completo que se conoce (*Codex Sinaiticus*), del que derivaron sus versiones latinas, contiene lexemas que son susceptibles de múltiples interpretaciones. Analizaremos alguno de esos términos y, al mismo tiempo veremos, a través de distintas imágenes desde el siglo IX a XVI, como la exégesis y los *Comentarios* de los Padres de la Iglesia, influyeron de una forma decisiva en la iconografía medieval del primer jinete del *Apocalipsis*, la cual adopta un aspecto diferente con la llegada del Renacimiento.

Abstract

The apocalyptic literature has been widely represented throughout the Middle Ages in many different ways. Artists, based on biblical texts and Patristic exegesis, resorted to various figurative models in the different artistic expressions. The reason for this work is the iconographic analysis of an image of the apocalyptic literature and the relationship between the biblical text and its iconographic representation throughout the Middle Ages. The object of study is, in particular, the figure of the first horseman of the Apocalypse, the rider of the white horse, which John describes in Ap 6, 2. The most ancient and complete Greek text which is known (*Codex Sinaiticus*), which led to their Latin versions, contains lexemes that are susceptible to multiple interpretations. Discuss any of those terms, and at the same time we will see, through different images from the 9th century to the 16th century, as exegesis and the comments of the Fathers of the Church, a decisively influenced the medieval iconography of the first horseman of the Apocalypse, which adopts a different look with the arrival of the Renaissance.

INTRODUCCIÓN

En el capítulo 6, 2 del libro del *Apocalipsis* de Juan, el autor describe una visión que se presenta ante él de la siguiente forma: «Yo miré: y hé ahí un caballo blanco, y el que le montaba tenía un arco, y diósele una corona, y salió victorioso para continuar las victorias».¹ La interpretación de este texto, por parte de los exégetas y Padres de la Iglesia, ha influido de forma taxativa en cuantiosas representaciones apocalípticas a lo largo de la Edad Media.

El objetivo de este trabajo consiste en analizar algunas de las figuraciones del jinete del caballo blanco, que los artistas occidentales han llevado a cabo, desde la Edad Media hasta el Renacimiento, y cotejarlas con las fuentes literarias, esto es: los textos bíblicos y la exégesis de los mismos. Veremos cómo algunas imágenes medievales se adaptan con fidelidad a las directrices del texto, otras varían sensiblemente en algunos aspectos a lo largo del Medioevo y, con la llegada del Renacimiento, un artista en particular -Matthias Gerung-, reinterpreta el texto bíblico y modifica, de una forma singular, la imagen del jinete del caballo blanco.

¹ Félix Torres Amat, *Sagrada Biblia, Edición Ecuménica, Texto de la edición impresa en 1884 traducida de la Vulgata Latina al Español* (Barcelona: Lider Editores, S. A., 1986), 1233.

En lo que respecta al estudio literario, recurriremos a las versiones más antiguas que conocemos del libro del *Apocalipsis* de Juan² (*Codex Sinaiticus* y *Codex Amiatinus*), a la exégesis de los Padres de la Iglesia y a los *Comentarios al Libro del Apocalipsis* de Beato de Liébana. Asimismo, examinaremos la edición crítica del *Apocalipsis* de Roger Gryson, para cotejar entre sí, y con el texto griego, algunas de las transcripciones que han realizado los Padres.³

En lo que se refiere a la plástica figurativa, llevaremos a cabo un recorrido cronológico a lo largo del Medioevo, estudiando diversas imágenes representativas de cada época, desde las primeras miniadas del siglo IX (*Apocalipsis de Tréveris*), hasta las xilografías del siglo XVI (*Ottheinrich Bibel*). Para lo cual, partiendo de los estudios previos de Pilar Rodríguez Marín, John Williams y Joaquín Yarza Luaces, entre otros, enfocaremos nuestro estudio desde un punto de vista interdisciplinar, prestando particular atención a las analogías y diferencias existentes entre el texto bíblico y la imagen.

1. EL TEXTO

1.1. EL LIBRO DEL APOCALIPSIS Y EL CAPÍTULO 6, 2

La palabra *Apocalipsis* –del griego *apokalypsis*– significa ‘revelación’ y se aplica al último de los libros del Nuevo Testamento. Sobre su autoría, debemos indicar que el escritor se denomina a sí mismo –en los capítulos I y XXII– con el nombre de Juan, que algunos investigadores identifican con Juan el Evangelista; aunque diversos estudios indican que esta afirmación no es concluyente y bien pudiera tratarse de un discípulo de Juan, de un miembro de una comunidad juanina o de otra persona. Tampoco faltan quienes creen que el libro de la Revelación podría haber sido el producto de una comunidad cristiana helenístico-judía.⁴ Eusebio de Cesarea, en su *Historia Eclesiástica*, duda de la autoría del libro y aún de su contenido «estando como está bien velado con el grueso manto de la ignorancia».⁵ Lo único que se conoce con relativa certeza es que se ha escrito en la isla de Patmos –suroeste de Anatolia–, a donde el autor fue deportado entre los años 95 y 98 de nuestra era, hacia el final del reinado de Domiciano.

Sin embargo, el *Apocalipsis* fue una obra sumamente leída en la Iglesia occidental desde sus primeros tiempos. En el IV Concilio de Toledo (633) se afirma su especial papel litúrgico con la siguiente sentencia: «El Apocalipsis es un libro canónico y debe leerse en las iglesias desde Pascua a Pentecostés; el que se oponga puede ser excomulgado».⁶ Esta disposición de las autoridades eclesiásticas fomentó el desarrollo de numerosos estudios por parte de los exégetas y, en consecuencia, diversas y variadas representaciones iconográficas en manos de los artistas a lo largo de toda la Edad Media.

En el capítulo 6 del *Apocalipsis* (Ap 6, 1-8), el autor describe unas visiones que manifiesta haber tenido en la isla de Patmos, en las cuales se presentan ante él –y en este orden– cuatro caballos de diferentes colores: blanco, rojo, negro y macilento.⁷ Al

² De ahora en adelante, cuando hablemos del libro del *Apocalipsis*, se entenderá que nos estamos refiriendo al *Apocalipsis* cristiano de Juan, motivo de este trabajo.

³ Además del *Apocalipsis* cristiano de Juan, existen otros *Apocalipsis*, especialmente judíos, que no tratamos aquí por no ser de interés para nuestra investigación. La obra fundamental, de referencia para el estudio de estos *Apocalipsis*, es la de Antonio Piñero Sáenz, *Los Apocalipsis. 45 textos apocalípticos apócrifos, judíos, cristianos y gnósticos* (Madrid: Edaf, 2007).

⁴ Luís Farre, *Filosofía Cristiana, Patrística y Medieval* (Buenos Aires: Ed. Nova, 1960), 24.

⁵ Eusebio de Cesarea, *Historia Eclesiástica II*, trad. Argimiro Velasco Delgado (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1997), 477.

⁶ John Williams, *La miniatura española en la alta Edad Media* (Madrid: Ed. Casariego, 1987), 30.

⁷ Estos caballos, con sus correspondientes jinetes, son conocidos popularmente como los *Cuatro Jinetes del Apocalipsis*.

mismo tiempo, señala que sobre los corceles cabalgan sendos jinetes que portan ciertos elementos: un arco y una corona -el primero-, una espada -el segundo- y una balanza -el tercero. Del cuarto no indica que lleve objeto alguno.

Como ya hemos señalado al comienzo de este trabajo, nuestro estudio se centrará en la figura e identidad del jinete del caballo blanco, descrito en *Apocalipsis* 6, 2 y, especialmente, en uno de sus atributos: el arco.⁸

Los textos más antiguos y completos que se conservan del *Apocalipsis* –que vamos a utilizar por su especial relevancia-, son: el *Codex Sinaiticus*⁹ (en griego, lámina I) y el *Codex Amiatinus*¹⁰ (en latín, lámina II).

El *Codex Sinaiticus* nos describe -en Ap. 6, 2- la aparición del caballo blanco y su jinete de la siguiente forma:

καὶ εἶδον, καὶ ἰδοῦ ἵππος λευκός, καὶ ὁ καθήμενος ἐπ' αὐτὸν ἔχων τόξον¹¹ καὶ ἔδότη αὐτῷ στέφανος, καὶ ἐξῆλθεν νικῶν καὶ ἵνα νικήσῃ.

La transcripción que de este texto nos ofrece al latín el *Codex Amiatinus*,¹² expresa:

Et vidi, et ecce equus albus, et qui sedebat super illum habebat arcum, et data est ei corona, et exhibit vincens, ut vinceret.

Sobre el análisis de este versículo y el estudio de alguno de sus términos, volveremos más adelante.

1.2. LOS COMENTARIOS AL LIBRO DEL APOCALIPSIS Y LAS DIVERSAS INTERPRETACIONES

A partir del siglo II comienzan las primeras interpretaciones del libro del *Apocalipsis*. Los comentarios más antiguos, en griego, correspondientes a la Iglesia Oriental fueron escritos por Andrés de Cesarea y Eucumenio. La exégesis occidental, en latín, la aportan, principalmente, seis Padres de la Iglesia: Victorino de Petovio, Ticonio, Cesáreo de Arlés, Apringio de Beja, Primasio y Beda.¹³ Victorino de Petovio está considerado como el primer exégeta latino de las *Sagradas Escrituras*, que escribió en tiempos de la persecución de Diocleciano (304). Su *Commentarii in Apocalypsim Ioannis*, escrito después del 260, fue reelaborado por Jerónimo que modificó algunos aspectos y le aportó una nueva forma.¹⁴

Más tarde, a finales del siglo VIII, un monje del monasterio de san Martín de Turieno, en la comarca de Liébana (Cantabria, España), documentándose en algunos de los *Comentarios* anteriores, elabora su propio *Comentario al Libro del Apocalipsis*,

⁸ El autor del *Apocalipsis* indica someramente que el jinete del caballo blanco porta un arco, aunque no especifica de qué tipo de arco se trata ni cuál es el objeto de su presencia.

⁹ El mss. *Codex Sinaiticus* fue escrito en el siglo IV -en caligrafía uncial y *scriptio continua*- y recoge la versión griega más completa y antigua del *Apocalipsis* que se conoce. Puede consultarse una edición del mismo y su transcripción al inglés en: <http://www.codexsinaiticus.net/en/manuscript.aspx?book=59&chapter=6&lid=en&side=r&verse=2&zoomSlider=0> (acceso Febrero 11, 2015).

¹⁰ El *Codex Amiatinus* es un manuscrito perteneciente al siglo VIII, escrito a dos columnas en caligrafía uncial y es la versión más antigua de la *Vulgata* de Jerónimo de Estridón.

¹¹ El término griego τόξον, que se traduce al latín como *arcum*, es un vocablo de dudosa transcripción y representa un elemento fundamental en el desarrollo de nuestro trabajo.

¹² La versión del *Codex Amiatinus* que utilizamos en este trabajo es una edición de 1854 de Konstantin von Tischendorf, que, aunque antigua, sigue siendo una edición seria y rigurosa. Véase: <https://archive.org/stream/codexamiatinus00jero/page/n9/mode/2up> (acceso Febrero 11, 2015). De todas formas, para contrastar esta versión con las últimas investigaciones sobre los textos bíblicos, también consultamos la página web oficial del Vaticano, que remite al *APOCALYPSIS IOANNIS*, donde se encuentra la última actualización de la *Vulgata* de Jerónimo de Estridón, vid. http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_nt_apocalypsis-ioannis_lt.html#6 (acceso Febrero 11, 2015).

¹³ William C. Weinrich, *La Biblia Comentada por los Padres de la Iglesia. Nuevo Testamento 12. Apocalipsis* (Madrid: Ed. Ciudad Nueva, 2010), 136 y ss.

¹⁴ Joaquín Yarza Luaces, *Beato de Liébana, manuscritos iluminados* (Barcelona: M. Moleiro, 1998), 37.

que dio lugar a la serie de códices conocidos como *Beatos*.¹⁵ La mayoría de estos manuscritos, realizados entre los siglos X y XIII, incluyen gran cantidad de miniaturas, entre las que se encuentran –en algunos de ellos– los *Cuatro Jinetes del Apocalipsis*.

Volviendo a la interpretación que los exégetas han efectuado del capítulo 6, 2 del *Apocalipsis*, debemos subrayar que, aunque la mayoría de los términos griegos son suficientemente diáfanos para identificar el mensaje, la expresión τόξον *-arcum-* resulta ambigua. Los diversos *Comentarios sobre el libro del Apocalipsis*, elaborados por los Padres de la Iglesia, apuntan variadas interpretaciones en relación a esta expresión. Sobre este particular, Andrés de Cesarea comenta: «Como si fuera una flecha disparada desde un arco, la Palabra de Dios atravesó los corazones del pueblo para que las naciones se convirtieran a Cristo».¹⁶ Cesáreo de Arlés opina que el arco del jinete es «el arco de guerra anteriormente profetizado por Zacarías».¹⁷ Para Primasio, la flecha que supuestamente dispara el jinete significa «la predicación de la palabra de Dios»,¹⁸ y Beda agrega una observación: «tiene un arco porque ha de combatir a los poderes del aire».¹⁹

Por su parte, Beato de Liébana afirma que «el jinete tenía en su mano un arco», aunque en el texto no se indica explícitamente en qué lugar se encuentra el arco ni cuáles son sus características.²⁰ En el mismo comentario, el monje de Liébana confirma que la flecha y el caballo significan la palabra de los predicadores.

En la edición crítica del *Apocalipsis* de Roger Gryson, que analiza algunas traducciones e interpretaciones de los Padres, observamos como el término griego τόξον es transcrito al latín –por Ticonio y por la versión de la *Vulgata*–, como *arcum*, vocablo de compleja definición.²¹ Sin embargo, Primasio –sumándose a la apreciación de Cesáreo de Arlés– interpreta la misma expresión como *sagittam* (lámina III), lo que da lugar a identificar al jinete del caballo blanco como un arquero, aunque el texto griego no especifica que el arco sea, precisamente, un arco de guerra.²²

La ambigüedad sobre el concepto *arcum* es evidente y pudo haber influido en la intención de algunos artistas contribuyendo a conformar otros modelos iconográficos como el que nos muestra Mattias Gerung al ilustrar la figura del jinete del caballo blanco, en su versión de los *Cuatro Jinetes del Apocalipsis* en la *Ottheinrich Bible* (ca. 1530), y de la que hablaremos más adelante.

Por otra parte, analizando la identidad del caballero, vemos que, en algunas figuraciones medievales, el jinete encarna la figura de Cristo. El caballo, sin embargo, puede simbolizar a la Iglesia, a los profetas, a los apóstoles o el Evangelio, según los casos. Ecumenio entiende que el caballo blanco es símbolo del Evangelio y que su jinete es Cristo, que «venció completamente» y al que le fue dada la corona a modo de signo de la victoria.²³ De la misma opinión es Cesáreo de Arlés quien asocia la figura del

¹⁵ Los Padres de la Iglesia más importantes para el estudio sobre los *Comentarios al libro del Apocalipsis*, son: Andrés de Cesarea (s. IV?), Ecumenio (s. X?), Victorino de Petovio (250-304), Ticonio (siglo IV), Cesáreo de Arlés (470-542), Apringio de Beja (siglo VI), Primasio (ha. 560) y Beda (672-735), que, al mismo tiempo, fueron las fuentes utilizadas por Beato de Liébana para realizar sus propios *Comentarios*.

¹⁶ Weinrich, *La Biblia Comentada*, 136.

¹⁷ «El Señor Dios visitará a su rebaño, la casa de Israel, y hará de ellos como un caballo de honor en el combate; y, a partir de él, es como examinará y regirá, y de él extraerá el arco de su cólera y de él hará salir todo lo que sigue» (Za 10: 3,4). La interpretación de Cesáreo de Arlés, al denominar como «arco de guerra» el atributo del primer caballero, sin duda influirá en toda la iconografía medieval relacionada con el jinete del caballo blanco.

¹⁸ Primasio, «Comentario al Apocalipsis» en Weinrich, *La Biblia Comentada*, 138.

¹⁹ Beda, «Sobre el tabernáculo» en Weinrich, *La Biblia Comentada*, 139.

²⁰ Joaquín González Echegaray, Alberto del Campo y Leslie G. Freeman, *Obras completas de Beato de Liébana* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995), 347.

²¹ Roger Gryson, ed., «Apocalypsis Johannis 26/2 (Apc 4,1 – 6,12),» en *Vetus Latina die reste der altlateinischen Bibel* (Freiburg: Verlag Herder, 2002), 300.

²² Santiago Segura Munguía, *Diccionario etimológico latino-español* (Madrid: Ed. Generales Amaya, 1985), 644.

²³ Ecumenio, «Comentario sobre el Apocalipsis» en Weinrich, *La Biblia Comentada*, 138.

jinete con el mismo personaje, aunque añadiendo algún matiz: «El caballo blanco significa la Iglesia, su jinete Cristo o el Espíritu Santo».²⁴ Debemos tener presente que al autor del *Apocalipsis*, al hacer referencia al jinete del caballo blanco, en ningún momento lo identifica con Cristo, con Jesús o con el Mesías, sólo dice de él: *et qui sedebat super illum*.²⁵ Por tanto, para el autor del *Apocalipsis*, el jinete del caballo blanco no representa a Cristo, sino a un caballero sobre el cual no ofrece información precisa y del que, por supuesto, desconocemos su identidad.

El atavismo continuado de traductores, apógrafos, exégetas o artistas plásticos, ha dado lugar a que, todavía en la actualidad, las diversas interpretaciones sobre la identidad del primer caballero del *Apocalipsis*, sean de lo más variado. Para Pilar Rodríguez Marín, el primer caballo representa alegóricamente a los predicadores de la fe, donde la flecha simboliza las palabras del mensaje;²⁶ para Stanislas Giet, los *Cuatro Caballos* representan el nacimiento de la nueva Iglesia, que comienza inmediatamente después de Pentecostés y que sale triunfante por medio de la predicación de los apóstoles²⁷ y, en opinión de Desclée de Brouwer «el jinete del caballo blanco -símbolo de la victoria- designa a los partos, inconfundibles por su arco».²⁸

2. LAS IMÁGENES

Debido a la gran cantidad de figuraciones que representan a los *Cuatro Jinetes del Apocalipsis* a lo largo de la Edad Media, decidimos seleccionar aquellas que son relevantes para nuestro estudio y que consideramos más representativas, de cuyas características estilísticas e iconográficas hablaremos a continuación. Concretamente, destacamos diez imágenes, comprendidas entre los siglos IX al XVI, que son características del marco cronológico en el que nos desenvolvemos y que iremos comentando por siglos consecutivos y en orden ascendente.²⁹

La primera ilustración a la que debemos hacer referencia corresponde al *Apocalipsis de Tréveris* (ca. 800) (fig. 1), en el cual la plástica figurativa denota todavía un estilo italo-gálico, con notables reminiscencias de la Antigüedad tardía.³⁰ En esta lámina podemos apreciar cómo el artista corrobora el texto bíblico, el jinete porta un arco –sin flecha– y se le da una corona, que le entrega un ángel.

A inicios del siglo IX, y dentro de otro marco arquetípico diferente, aunque perteneciente, como el anterior, al mundo carolingio, el miniaturista del *Apocalipsis Valenciennes* (fig. 2) modifica sensiblemente el mensaje del texto original. Desaparecen el ángel y la corona y el jinete del caballo blanco tensa un arco con su correspondiente flecha, que se intuye pronta a ser disparada. En esta imagen, podemos apreciar, además, la influencia de los *Comentarios* de Cesáreo de Arlés y Primasio de los que hemos hablado anteriormente.

²⁴ Cesáreo de Arlés, *Comentario al Apocalipsis*, trans. Eugenio Romero Pose (Madrid: Ed. Ciudad Nueva, 1994), 54.

²⁵ Las distintas expresiones que se utilizan en otros capítulos del *Apocalipsis* para referirse a Cristo, muestran una clara divergencia de intencionalidad en relación a la expresión que define al jinete del caballo blanco en este versículo. El nombre «Cristo», aparece en Ap 1,1.2,5,11,15. El nombre «Jesús» lo encontramos en Ap 1,5.12,17.14,12.17,6.19,10.20,4.22,16-21.

²⁶ Pilar Rodríguez Marín, “Comentarios a las miniaturas del Beato. Los cuatro jinetes,” en *Beato de Valcavado, estudios* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1993), 62-63.

²⁷ Stanislas Giet, *El Apocalipsis y la historia* (Madrid: Taurus Ediciones, 1960), 227.

²⁸ Desclée de Brouwer, ed., *Biblia de Jerusalén* (Bilbao: Círculo de Lectores, 1967), 1646.

²⁹ Las imágenes que utilizaremos en este trabajo, corresponden a: *Apocalipsis de Tréveris* (ca. 800), *Ap. Valenciennes* (s. IX), los *Beatos* de: Girona (975), Fernando I y doña Sancha (1047), Burgo de Osma (1086), y Lorrão (1189), el *Douce Apocalypse* (1270), tapiz de Angers (s. XIV ex.), *Cologne Bible* (1479) y *Ottheinrich Bibel* (ca. 1530).

³⁰ El *Apocalipsis de Tréveris* está considerado como la representación iconográfica medieval más antigua que se conoce del libro del *Apocalipsis*.

Entre los siglos X a XII es de obligada referencia la aproximación a los *Beatos*, copias del *Comentario al Libro del Apocalipsis* de Beato de Liébana, de los cuales destacamos los siguientes:

El *Beato de Girona* (975) (fig. 3), en el cual el miniaturista hace desaparecer la flecha del arco del caballero y también la corona. Al mismo tiempo, la disposición que presenta el jinete sobre el caballo denota una influencia oriental en el arte de disparar el arco sobre la montura, conocido como *disparo parto*, que tendrá importantes repercusiones en la iconografía posterior de otros beatos.

En el *Beato de Fernando I y doña Sancha* (1047) (fig. 4a) el artista recupera la flecha, el ángel y la corona, aunque esta última presenta una peculiaridad, en relación a las tradicionales coronas occidentales. Ya en su momento Menéndez Pidal realizó un estudio sobre este singular tocado y su posible influencia oriental, que relaciona con la *bola mazdeísta* de los persas sasánidas. Este tipo de imágenes son frecuentes en los relieves rupestres de Taq-i-Bostan y en monedas y platos repujados de la Persia sasánida (fig. 4b).³¹

El *Beato del Burgo de Osma* (1086) (fig. 5) sugiere una influencia iconográfica del arte bizantino, y en él podemos apreciar notables diferencias en los dos atributos del jinete del caballo blanco -el arco y la corona- en relación a la descripción del texto bíblico. Por una parte, el arco fue sustituido por una ballesta. Este artefacto de guerra se empezó a utilizar en Europa de forma masiva en el siglo X. La misma Iglesia se pronunció en aquel tiempo prohibiendo su uso por considerarlo «poco humano». Williams hace referencia a este anacronismo iconográfico del *Beato* de Osma, estimándolo como la modernización del armamento medieval,³² posiblemente traído de Oriente Medio por los primeros cruzados. Lynn White señala que no conoce ninguna representación de ballesta en el arte anterior a la del *Beato del Burgo de Osma*.³³

Al mismo tiempo, la corona que porta el caballero ha sido sustituida por un nimbo crucífero, lo que identifica al jinete, inequívocamente, con Cristo. Esta imagen refleja con gran fiabilidad la exégesis patrística, en lo que se refiere a la identidad del primer jinete del *Apocalipsis*.

A finales del siglo XII, el códice de Lorvão (1189) (fig. 6) -modelo portugués de la serie de los *Beatos*-, nos ofrece una imagen que difiere notablemente de las anteriores. En esta ocasión el artista pretende destacar el aspecto del jinete del caballo blanco, enmarcando la figura y colocándola sobre un fondo rojo, pero no la identifica con Cristo, sino con un caballero que está siendo coronado que mantiene, al mismo tiempo, el arco con su flecha. En otras representaciones que hemos visto anteriormente, la corona era entregada o colocada por un ángel; sin embargo, en el códice de Lorvão es un personaje indefinido que, presumiblemente, no es un ángel, ya que está desprovisto de alas.

Durante el período gótico, el *Douce Apocalypse* (1270) (fig. 7) nos muestra al jinete del caballo blanco bajo un aspecto iconográfico que mantiene cierta similitud con el texto original: la imagen conserva el arco -y una flecha, que el caballero sostiene en su mano-, y la corona, la cual es colocada sobre su cabeza directamente por intervención divina, acto reflejado en la iconografía de una *Desteria Dei*.³⁴

En el último cuarto del siglo XIV, el tapiz de Angers (fig. 8) -un modelo que evoca el mundo de la nobleza y sociedad francesa de la baja Edad Media-, presenta al primer jinete del *Apocalipsis* en una actitud semejante a la imagen anterior: una corona

³¹ Gonzalo Menéndez Pidal, *Sobre miniatura española en la alta Edad Media, corrientes culturales que revela* (Madrid: Ed. Espasa-Calpe, 1958), 33.

³² John Williams, "Las ilustraciones del Beato de Burgo de Osma," en *El Beato de Osma. Estudios* (Valencia: Vicent García Editores, 1992), 118.

³³ Citamos por Joaquín Yarza Luaces, *Beato de Liébana, manuscritos iluminados* (Barcelona: M. Moleiro, 1998), 210.

³⁴ El *Douce Apocalypse* incumple la línea marcada por muchos de los artistas que identifican la imagen del primer caballero con la figura de Cristo y coloca al Mesías sobre el cuarto caballo, que lucha contra las fuerzas del Hades.

sobre su cabeza y un arco en su mano.³⁵ Asimismo, no se observan indicios de ademanes guerreros en la actitud del jinete, como apreciábamos en los *Beatos*.

A partir de mediados del siglo XV, con la aportación de la imprenta de tipos móviles a la divulgación de textos e imágenes, las biblias proliferaron por toda Europa. De entre ellas, hemos escogido dos que se ajustan perfectamente a la intencionalidad de nuestro estudio.

La *Cologne Bible* (1479) (fig. 9) presenta algunas innovaciones en relación a los modelos que hemos visto hasta ahora. Se trata de una de las primeras representaciones en la cual, a diferencia de la individualidad marcada en los períodos anteriores, los *Cuatro Jinetes del Apocalipsis* forman un grupo más o menos compacto. En lo que concierne a la iconografía del primer jinete, se recupera la antigua tradición del arco y la flecha, en una postura similar –aunque no demasiado pronunciada– al disparo parto. Asimismo, sobre el caballero se encuentra un ángel que le coloca una corona. A partir del siglo XV tiende a desaparecer la imagen del ángel coronando al primer jinete.

Por último, la *Otttheinrich Bibel*, ilustrada por Matthias Gerung hacia 1530 (fig. 10), nos muestra una imagen atípica del arco que porta el primer caballero del *Apocalipsis*. El artista alemán entiende el término «arco» desde una perspectiva diferente a la que los Padres y la exégesis tradicional nos tenían acostumbrado, y representa, en la mano del jinete del caballo blanco, un arco iris, un modelo iconográfico más acorde con el ideal renacentista.

En conclusión, hemos visto como una descripción textual puede dar lugar a diferentes interpretaciones –tanto literarias como iconográficas–, las cuales, al mismo tiempo, pueden estar condicionadas por las situaciones políticas, económicas, religiosas o sociales propias de cada época, supeditando la intención de exégetas, escritores y artistas plásticos.

El autor del libro del *Apocalipsis* vivió en un medio saturado de influencias religiosas y artísticas muy variadas, la mayoría de ellas inherentes al entorno de la Anatolia de finales del siglo I de nuestra era; muchas procedían de Oriente, otras del norte de África o de Europa, además de las aportadas por el ambiente socio-político-religioso del poderoso Imperio Romano de aquel tiempo.

Esta situación ecléctica pudo haber influido de una forma determinante en el escritor del *Apocalipsis*, que recurre a motivos de su entorno para elaborar un libro prolífico en alegorías, mitos, imágenes y costumbres de la época. Los elementos figurativos de la mitología greco-romana, como mosaicos, pinturas, frescos, etc., se encontraban, en tiempos de la escritura del *Apocalipsis*, por todas partes. En nuestra opinión, el autor evoca este tipo de imágenes que despiertan su fantasía y que le llevan a expresar sus ideas reflejándolas en un texto extraordinariamente descriptivo.

Continuando con esta línea de investigación, nuestra propuesta consiste en una revisión objetiva del texto original del *Apocalipsis* y la relación que pueda presentar con la imaginería, los mitos y las costumbres de la época en que fue escrito. Por otra parte, sugerimos estudiar las diversas representaciones iconográficas que del texto se han hecho, especialmente a lo largo de la Edad Media, prestando especial atención a aquellos términos dudosos, como el que hemos visto en este trabajo, y analizar cada imagen en un contexto multidisciplinar, que tenga en cuenta, entre otros, los aspectos histórico, filológico y artístico.

Los problemas que pueden surgir en el proceso de la investigación, derivarán de las innumerables interpretaciones, paráfrasis, estudios exegéticos, traducciones, etc. que del texto bíblico se han hecho a lo largo de la historia, y del desconocimiento de las fuentes que utilizaron algunos artistas para representar cada elemento iconográfico.

³⁵ El tapiz de Angers (1373-1377) es un modelo del *Apocalipsis* que Remi Jouan realizó por encargo del duque Luis I de Anjou a partir de cartones del pintor flamenco Jean Bondol, que se inspiró, a su vez, en miniaturas de un códice del siglo XII. Véase: <http://sciapoda.blogspot.com.es/2013/02/tapiz-del-apocalipsis.html> (acceso Febrero 24, 2015).

Sin embargo, es posible que un estudio heurístico de los *Cuatro Jinetes del Apocalipsis* -y tal vez de todo el *Apocalipsis*- desvele algún secreto que arroje más luz para un buen entendimiento de tan enigmática obra.

LÁMINAS

The screenshot displays the Codex Sinaiticus website interface. At the top, there is a navigation bar with links for HOME, ABOUT CODEX SINAITICUS, ABOUT THE PROJECT, and SEE THE MANUSCRIPT. A search bar is located on the right. Below the navigation bar, there are dropdown menus for 'choose a passage:' (Revelation, Chapter 6, Verse 2) and 'choose a page:' (Quire: 90, Folio: 3). A 'display options:' section includes checkboxes for Image, Translation, Transcription, and Physical Description. The main content area is divided into three sections: 'Image' showing a photograph of the manuscript page with a red box highlighting a specific area, 'Transcription' showing a table of the text in Greek, and 'Translation' showing the text in English. The transcription table has columns for 'view by verse' and 'view by page'. The translation section includes the text in English and a small thumbnail image of the manuscript page.

Lámina I - *Codex Sinaiticus*, captura de pantalla, extraído de:
<http://www.codexsinaiticus.net/en/manuscript.aspx?book=59&chapter=6&lid=en&side=r&verse=2&zoomSlider=0> (acceso Marzo 27, 2015)

IMÁGENES



Fig. 1 - *Apocalipsis de Tréveris* (ca. 800), detalle, extraído de:
[http://www.johannesoffenbarung.ch/bilderzyklen/trierer/
6.1-8.Siegel1-4-Trier19.jpg](http://www.johannesoffenbarung.ch/bilderzyklen/trierer/6.1-8.Siegel1-4-Trier19.jpg) (acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 2 - *Apocalipsis Valenciennes* (s. IX), detalle, extraído de:
<http://www.valenciennes.fr/fileadmin/PORTAIL/VA/MS99/oeb.html>
(acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 3 - *Beato de Girona*, detalle, extraído de:
<http://www.moleiro.com/es/beato-de-liebana/beato-de-girona-beato-de-liebana/miniatura/126> (acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 4a - *Beato de Fernando I y doña Sancha*, detalle, extraído de:
<http://www.moleiro.com/es/beato-de-liebana/beato-de-fernando-i-beato-de-liebana/miniatura/839> (acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 4 b - *Plato de Varahan II*, detalle, extraído de: Menéndez Pidal, *Sobre miniatura española en la Alta Edad Media*, 34.



Fig. 5 - *Beato del Burgo de Osma* (1086), detalle, extraído de J. Yarza Luaces, *Beato de Liébana, manuscritos iluminados*, f. 85v.



Fig. 6 - *Apocalipsis de Lorvão* (1189), detalle, extraído de: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4381091> (acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 7 - *Douce Apocalypse* (s. XIII), Oxford, Bodleian Library, extraído de: <http://www.studyblue.com/notes/n/manuscripts-and-painting/deck/8730716> (acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 8 - *Tapiz de Angers* (s. XIV), extraído de: <http://sciapoda.blogspot.com.es/2013/02/tapiz-del-apocalipsis.html> (acceso Marzo 6, 2015)

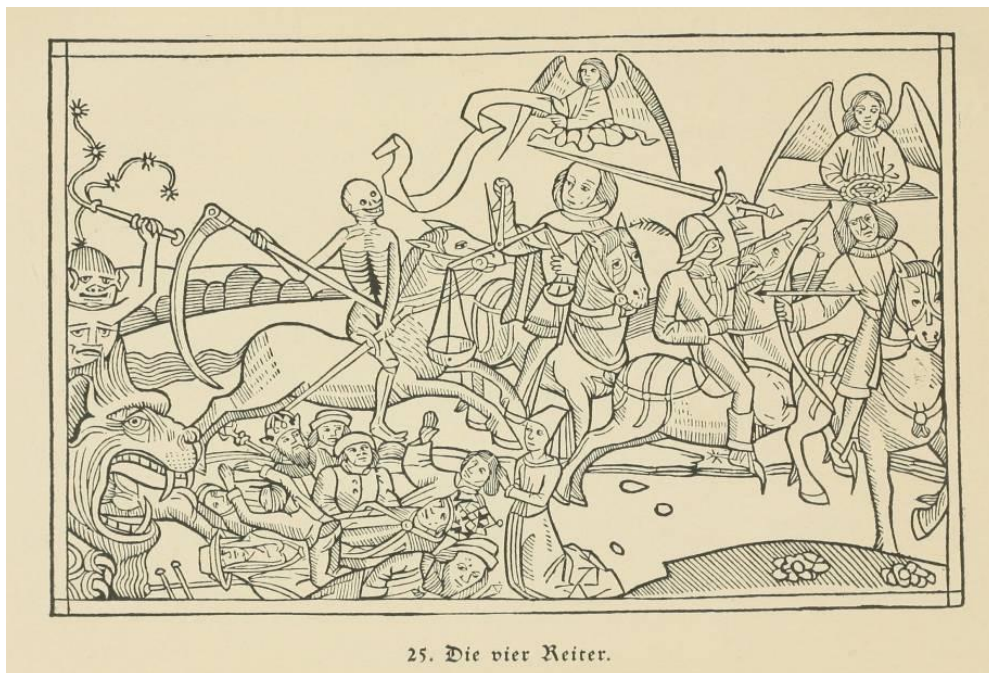


Fig. 9 - Los cuatro jinetes del *Apocalipsis*, *Kölner Bibel* (1479), extraído de: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:K%C3%B6lner_Bibel_vier_Reiter.jpg, <https://archive.org/details/dieklnerbibelmooworruoft> (acceso Marzo 6, 2015)



Fig. 10 - Los cuatro jinetes del *Apocalipsis*, *Ottheinrich-bible* (ca. 1530),
extraído de: [http://commons.wikimedia.org/wiki/Category:
Ottheinrich-bible](http://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Ottheinrich-bible) (acceso Marzo 6, 2015)

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

**Leitores, tradutores e intérpretes.
Sobre três traduções latinas dos *areopagítica***

Tomás N. Castro¹
Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo pretende descrever algumas características da recepção latina do *Corpus Areopagiticum* — o conjunto de obras atribuído a Dionísio, o Areopagita —, destacando uma invulgar tradição de leitura, tradução, interpretação e comentário destes escritos.

Explicaremos a importância de um único manuscrito (Paris, Bibliothèque nationale, gr. 437) no início da cadeia de transmissão desta duradoura difusão, discutindo como é que um documento do século IX influenciou todas as posteriores leituras e traduções em Latim, a fim de esboçar alguns atributos distintivos da disseminação dos textos levada a cabo por autores como sejam Hilduíno, João Escoto Eriúgena, João Sarraceno e Tomás Galo.

Os problemas resultantes da tradução de conceitos como sejam “para lá (*hyper*)” ou “beleza” serão objecto de especial atenção, e iremos inquirir de que modo estas versões são mais ou menos bem-sucedidas na sua tentativa de transmitir, ao mesmo tempo, a filosofia mesma de Dionísio e as interpretações dos autores.

Abstract

This paper aims to describe some features of the Latin reception of the *Corpus Areopagiticum* — the collection of works attributed to Dionysius the Areopagite — focusing on the unusual tradition of reading, translation, interpretation, and comment of these writings.

We will explain the importance of one single manuscript (Paris, Bibliothèque nationale, gr. 437) in the beginning of this lasting diffusion's chain of transmission, discussing how a 9th-century document influenced all posterior readings and translations into Latin, in order to trace out some distinctive attributes within the texts' spreading undertaken by authors such as Hilduin, John Scottus Eriugena, John Sarrazen or Thomas Gallus.

Special attention will be paid to problems arising from the translation of concepts such as ‘beyond (*hyper*)’ or ‘beauty’, and we will enquire whether these renderings are more or less succeeded in their attempt to convey, at the same time, the very Dionysius' philosophy and the authors' interpretations.

«sed iam consueuimus nominibus graecis uti pro latinis»
Aug. *Serm.* CCCXIX 3

Em diferentes tempos e em diferentes lugares, os homens escolhem figuras que tutelam a sua educação intelectual, sempre que, na biblioteca que têm à disposição, prestam atenção a um determinado volume, em detrimento de tantas outras leituras possíveis, todas elas legadas pelos seus antecessores.

Atribui-se a um «Pseudo-Dionísio Areopagita» um influente conjunto de escritos que, a partir do século VI da presente era, circulou pela Europa e pelo Próximo

¹ Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa — Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade. 1600-214 Lisboa. Email: tomas.castro@campus.ul.pt.

Agradeço à Prof.^a Doutora Maria Leonor L. O. Xavier, que primeiro me alertou para estes estimulantes problemas de interpretação textual (vd. Maria Leonor L. O. Xavier, “A questão da tradução de *super* na *Exposição sobre o Livro da Teologia Mística* de Pedro Hispano,” in *IV Congresso Internacional de Latim Medieval Hispânico. Lisboa, 12-15 de Outubro de 2005. Actas*, coord. Aires A. Nascimento & Paulo F. Alberto, 963-968 (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006) e *Teologia Mística. Textos de Pedro Hispano e Tomás Galo*, introdução, tradução e notas de Maria Leonor L. O. Xavier (Lisboa: Ésquilo, 2008)), ao Prof. Doutor Luís Cerqueira pelo esclarecimento de dúvidas e pela normalização ortográfica do latim, assim como ao Prof. Doutor Ivo Castro pelo caloroso acolhimento deste trabalho — no entanto, quaisquer insuficiências do texto são da minha inteira responsabilidade.

Oriente. Dionísio — o célebre grego que, no Areópago de Atenas, teria escutado a boa-nova evangélica desse «Deus desconhecido»,² pregada pelo então recém-convertido Paulo de Tarso (tal como nos contam os *Actos dos Apóstolos*)³ — foi uma dessas figuras que tantos pensadores fascinou. Durante mais de mil anos, o Areopagita influenciou decisivamente o pensamento daqueles que o traduziram — como Hilduíno, João Escoto Eriúgena, João Sarraceno, Roberto Grosseteste ou Marsílio Ficino — e foi comentado por eminentes filósofos — entres os quais se contam João de Citópolis, Hugo de São Vítor, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura de Bagnoregio e Nicolau de Cusa.

A importância das obras atribuídas ao Areopagita (os *areopagítica*) mede-se não só pela originalidade desta tentativa de conciliar a filosofia grega neoplatónica com a religião cristã, como também pela sua enorme influência (muitas vezes silenciosa) na especulação dos medievais. O traço distintivo deste *corpus* é o seu esforço de síntese entre uma filosofia de expressão helénica, de cariz predominantemente neoplatónico, e a matriz judaico-cristã — e só isto bastaria para estarmos diante de um produto singular da história do pensamento. Tudo levaria a crer que seria, de facto, um encontro feliz. No Renascimento italiano, a erudição de humanistas como Lourenço Valla, Marsílio Ficino e Erasmo de Roterdão questionou com provas textuais a autenticidade de um autor que parecia ser «Platonicus primo ac deinde Christianus».⁴ Não foram, contudo, dúvidas quatrocentistas, nem subtis discrepâncias com o texto da *Septuaginta*, nem mesmo divergências com o espírito dos próprios versículos citados que chamaram a atenção de muitos; desde o início da difusão do *corpus* houve suspeitas acerca da sua autenticidade e vozes a clamar contra um possível falsário. O início da difusão do *corpus* desse tal Areopagita é um dos assuntos mais tratados pela bibliografia, havendo muitas teses incompatíveis. Através de métodos de datação relativa, aponta-se (com algum consenso) para a primeira metade do século VI, provavelmente nas imediações da Síria, como o marco inicial deste movimento.⁵

Se hoje já avançamos consideravelmente no estudo do autor, há ainda muitas questões por esclarecer. E, mesmo depois da prova da pseudonímia areopagítica, de modo algum depreciativa, nunca é demais continuar a reler e a confirmar o carácter excepcional deste fenómeno sem precedentes ou sucessores. Um dos traços notáveis dos *areopagítica* é o conjunto de traduções de que foram alvo — mas, antes de discutir aquilo que se entende por *tradução*, importa esclarecer o que entendemos por *objecto traduzido*, i.e., como se apresentavam as obras do Areopagita a estes leitores. Para esboçar alguns traços gerais da difusão destas obras devemos: primeiro, considerar um

² Para sucintas introduções ao autor: Kevin Corrigan & L. Michael Harrington, “Pseudo-Dionysius the Areopagite,” in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, ed. Edward N. Zalta (Spring 2014 Edition); Salvatore Lilla, “Introduzione allo studio dello ps. Dionigi l’Areopagita,” *Augustinianum* 22 (1984): 533-541; Salvatore Lilla, *Dionigi l’Areopagita e il platonismo cristiano* (Brescia: Morcelliana, 2005).

³ “τινὲς δὲ ἄνδρες κολληθέντες αὐτῷ ἐπίστευσαν, ἐν οἷς καὶ Διονύσιος ὁ Ἀρεοπαγίτης καὶ γυνὴ ὀνόματι Δάμαρις καὶ ἕτεροι σὺν αὐτοῖς” *Act* 17, 34.

⁴ Marsilii Ficini, *Opera Omnia*, vol. I (Torino: Bottega d’Erasmus, 1959 [reproduz a edição de Basileia de 1576]), 768. Recentemente foi publicada uma nova edição da tradução e comentário de Ficino de dois livros do *corpus*: vd. Marsilio Ficino, *On Dionysius the Areopagite*. Volume I: *Mystical Theology and The Divine Names*, Part I, ed. and trans. by Michael J. B. Allen (The I Tatti Renaissance Library; Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015), com especial atenção à introdução (pp. vii-xxxix) e às pp. 342-357.

⁵ Datação confirmada por autores como: Alexander Golitzin, *Mystagogy. A Monastic Reading of Dionysius Areopagita* (Collegeville: Cistercian Publications, 2013), xix-xxxiii; Ronald F. Hathaway, *Hierarchy and the Definition of Order in the Letters of Pseudo-Dionysius. A Study in the Form and meaning of the Pseudo-Dionysian Writings* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1969), 9-36; Giovanni Reale, “Il *Corpus Dionysiacum* e i grandi problemi che suscita per la sua interpretazione,” in *Dionigi Areopagita. Tutte le opere*, trad. Piero Scazzoso, 9-29 (Milano: Bompiani, 2010); Christian Schäfer, *The Philosophy of Dionysius the Areopagite. An Introduction to the Structure and the Content of the Treatise On the Divine Names* (Leiden: Brill, 2006), 11-21; vd. Piero Scazzoso, *Ricerche sulla struttura del linguaggio dello pseudo-Dionigi Areopagita* (Milano: Società Editrice Vita e Pensiero, 1967).

singular manuscrito [Pa/β]; depois, seguindo uma desambiguação que já faz escola,⁶ (pelo menos) quatro diferentes configurações das obras em circulação [1]-[4]; e, finalmente, os trabalhos subsidiários das obras anteriores [OBRAS SUBSIDIÁRIAS].

[Pa/β] O manuscrito PARIS, BIBLIOTHÈQUE NATIONALE, GR. 437 (c. 827).

Este elegante exemplar, diz-nos P. G. Théry,

«est un manuscrit de format in-4^o, tout en parchemin, comprenant 216 feuillets, de 238×155 millimètres, en écriture onciale. Chaque feuillet comprend à son tour 27 lignes. Ce manuscrit est actuellement relié en veau, et marqué au chiffre de Louis-Philippe.»⁷

Actualmente, apresenta algumas lacunas (faltam passagens do final de *De coelesti hierarchia*, todo o *De mystica theologia* e ainda as *Epistulae* 1-2), que serão tardias, uma vez que as descrições atestam a existência de um manuscrito completo, o que é confirmado pelos diversos manuscritos e trabalhos de tradução dele dependentes. As características materiais do manuscrito criam adversidades à sua leitura, gerando frequentes problemas de transmissão. Veja-se o seguinte exemplo:

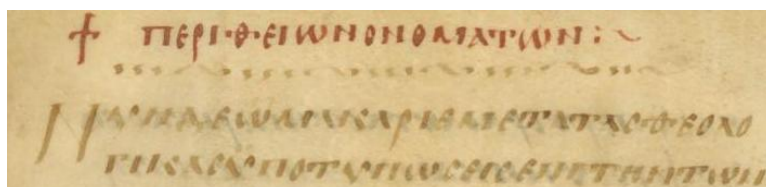


Fig. 1 - PARIS, BIBLIOTHÈQUE NATIONALE, GR. 437, fol. 104^r, l. 1-3 (detalhe).

Nestas três primeiras linhas (aqui em transcrição diplomática), lê-se, com esforço, em letras capitais e sem qualquer espaçamento entre palavras:

1 † ΠΕΡΙΘΕΙΩΝΟΜΑΤΩΝ : ~
... ~ ... ~ ... ~ ... ~ ... ~
2 ΝΥΝ ΔΕ Ω ΜΑΧΑΡΙΕ ΜΕΤΑ ΤΑΣ ΘΕΟΛΟ
3 ΓΙΚΑΣ ΥΠΟΤΥΠΩΣΕΙΣ ΕΠΙ ΤΗΝ ΤΩΝ

Ou seja, aquilo que, posteriormente, nos aparecerá editado do seguinte modo:

Περὶ θεῶν ὀνομάτων
Νῦν δέ, ὦ μακάριε, μετὰ τὰς Θεολο-
γικὰς ὑποτυπώσεις ἐπὶ τὴν τῶν [...].⁸

Uma questão que continua sem resposta em toda a bibliografia é apurar que recursos para o estudo da língua grega estariam disponíveis, ao certo, nos meados do século IX, datação provável deste manuscrito.⁹ Admite-se a existência de alguns léxicos

⁶ Vd. Timothy R. Budde, “The *Versio Dionysii* of John Scottus Eriugena. A Study of the Manuscript Tradition and Influence of Eriugena’s Translation of the *Corpus Areopagiticum* From the 9th through the 12th century” (PhD thesis, Centre for Medieval Studies, University of Toronto, 2011), 11-12.

⁷ P. Gabriel Théry, *Études Dionysiennes. I. Hilduin, traducteur de Denys* (Paris: Vrin, 1932), 66; Paul Rorem, *Eriugena’s Commentary on the Dionysian Celestial Hierarchy* (Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2005), 21; Édouard Jeuneau, *Études Érigéniennes* (Paris: Études Augustiniennes, 1987), 29-30 e 108. As sigla «Pa» e «β» são as mais habituais nas edições do *corpus*.

⁸ Pseudo-Dionísio Areopagita, *DN 585 B* (Suchla 107, 2-4; vd. *infra* nota 15).

⁹ Jeuneau, *Études Érigéniennes*, 108-122.

— note-se, por exemplo, que já existiam saltérios bilingues na Europa —, mas não há estudos conclusivos quanto à sua utilização nos autores que aqui serão visados. Sendo um manuscrito em escrita *uncial* (i.e., o sistema de escrita anterior à introdução das minúsculas carolinas) e sem quaisquer cortes entre as palavras, a dificuldade de leitura e o número de confusões apresentam uma probabilidade de ocorrência muito maior do que seria de esperar. E.g., na *versio Dionysii*, sempre que João Escoto Eriúgena¹⁰ encontra «OYKOYN», é incapaz de — *pela leitura*, dada a ausência de diacríticos e de espaçamento — distinguir entre «οὔκouv» (que deveria traduzir por *non ergo*) e «οὐκοῦν» (o latino *ergo*), traduzindo pela primeira acepção todos os casos. Se isto faz com que o Areopagita diga, com frequência, o contrário daquilo que seria expectável, o Eriúgena não desanima e sobrepõe a interpretação à leitura, lendo estas negativas como questões retóricas, contornando com génio o problema.¹¹

Sabemos que este manuscrito foi uma oferta feita em 827 pelo imperador bizantino Miguel II, o Amoriano ou «Psellos» (não confundir com Miguel Pselo), a Luís, o Pio. Este presente ao filho de Carlos Magno terá sido solenemente depositado, a 8 de Outubro do mesmo ano (véspera da festa de S. Dinis), na Abadia de Saint-Denis, tendo sido este o manuscrito utilizado por Hilduíno e por Escoto Eriúgena para a elaboração das suas traduções. Théry fez uma colação exaustiva das idiossincrasias deste manuscrito¹² — lições variantes, omissões e erros — que não se encontram na restante tradição manuscrita grega, características da sua posterior transmissão textual (esclarecedoras quanto à sua genealogia), que se encontram, praticamente sem excepção, reproduzidas pelos dois tradutores. Quando se afastam do manuscrito, os tradutores ou estão a cometer erros de leitura (explicáveis pelas características materiais ou por um insuficiente conhecimento da língua) ou sobrepõem a interpretação à leitura. O problema é que «posséder les textes est une chose, pouvoir les lire et les comprendre en est une autre» ou, como confessava Petrarca, na sua angústia, «Homerus tuus apud me mutus, immo uero ego apud illum surdus sum».¹³

[1] CORPUS AREOPAGITICUM

Assim se chama o conjunto genérico das obras atribuídas ao Areopagita, escritas em grego, qualquer que seja o manuscrito em consideração, independentemente da sua recensão, família ou edição; compreende duas obras acerca de hierarquias (*De coelesti hierarchia* e *De ecclesiastica hierarchia*), um tratado sobre os nomes divinos (*De divinis nominibus*), outro sobre a teologia mística (*De mystica theologia*), e um epistolário composto por dez cartas autênticas (*Epistulae* [por vezes acompanhado por uma décima primeira carta, espúria e que devemos ignorar]). A ordem destas obras nos manuscritos varia consoante a interpretação dos textos (e do implícito entendimento do percurso das diferentes *teologias*), sendo habituais as seguintes ordens: *CH-EH-DN-MT-Ep* (a que encontramos em [Pa/β]) ou *DN-CH-EH-MT-Ep* (a que surge nas edições de hoje do *corpus*). Note-se, contudo, que as edições modernas das obras preferem a nomenclatura de [4 (vd. *infra*)] para o título do *corpus*, talvez explicável devido à sua grande difusão, como veremos. Desde muito cedo circulou com escólios,

¹⁰ João Escoto Eriúgena (c. 800-c. 877), filósofo irlandês, figura-chave da filosofia no período carolíngio e expoente do pensamento cristão neoplatónico, tinha um invulgar conhecimento da língua grega, o que lhe permitiu tomar contacto com autores da Patrística que, até então, estavam por estudar. Foi autor de uma polémica obra sobre a «divisão» das naturezas (*Periphyseon*), o que lhe valeu uma perseguição por heresia, tendo a sua filosofia sido citada ao longo dos tempos, mas frequentemente sem a identificação do nome do seu autor.

¹¹ Cf. Rorem, *Eriugena's Commentary*, 72-73.

¹² “Hilduin et Scot Erigène ont élaboré leur version de Denys sur le manuscrit grec 437 de la Bibliothèque nationale de Paris” in Théry, *Études Dionysiennes*, 63-100.

¹³ Jeaneau, *Études Érigéniennes*, 112; Petrarca, *Familiarium rerum libri XVIII*, II, 10.

havendo mesmo autores que sugerem que o *corpus areopagiticum* nunca circulou sem eles.¹⁴ E, além do original grego, ainda circulou em arménio, siríaco, árabe e latim.¹⁵

[2] A *VERSIO DIONYSII* DE ESCOTO ERIÚGENA

Qual seria, ao certo, a profundidade do conhecimento que o Eriúgena teria do grego é uma *vexata quaestio* da bibliografia, sem que haja uma verdade de fé universalmente professada. O método dos diferentes estudos consiste no cotejo do manuscrito [Pa/β] (incontestadamente aceite como a fonte) com as diferentes obras do irlandês.¹⁶ Quando, em 1687, um ilustre editor de Escoto Eriúgena, Thomas Gale,¹⁷ se debruçou sobre o *Periphyseon*, sentiu a necessidade de confrontar as citações das traduções de Dionísio com os originais, corrigindo pela própria mão os manuscritos (neste caso, o célebre *Cambridge O.5.20*). As referências que o Eriúgena faz à *versio Dionysii* no *Periphyseon* e nas *Expositiones in Ierarchiam coelestem* sempre suscitaram dúvidas, por causa das suas divergências.

Um estudo recente permitiu confirmar três famílias ou recensões da tradução escotista (*A*, *T* e *M*), tal como há muito suspeitado por L. Traube.¹⁸ Escoto Eriúgena, depois de ter terminado a primeira versão da tradução, continuou trabalhando em sucessivas campanhas de revisão — variação horizontal, essa, que se verifica nas diferentes citações em obras posteriores — que explicam as complexas genealogias que ocorreram na sua transmissão. Hilduíno traduzira o *corpus areopagiticum* entre 827 e 834.¹⁹ Datar a empresa do irlandês é mais complexo: um *terminus ante quem* poderá ser c. 866/7, data em que o *Periphyseon* terá sido completado; o *terminus post quem* é uma citação da *versio Dionysii* pelo arcebispo Incmaro de Reims, no seu *De praedestinatione*; tendo em conta que o *opus magnum* de Escoto foi feito depois das traduções de Gregório de Nissa e de Máximo, o Confessor, a crítica aponta para c. 862.²⁰ A segunda versão da *versio Dionysii* deve corresponder, *grosso modo*, à campanha de revisão contemporânea à redacção do *Periphyseon* (c. 864-866/7). Já nas *Expositiones* (de difícil datação, talvez c. 870; são certamente posteriores ao diálogo,

¹⁴ E.g. Beate Regina Suchla, herausgegeben von, *Corpus Dionysiacum IV/1. Ionannis Scythopolitani. Prologus et scholia in Dionysii Areopagitae librum De divinis nominibus cum additamentis interpretum aliorum* (Patristische Texte und Studien 62; Berlin: De Gruyter, 2011); Paul Rorem & John C. Lamoreaux, *John of Scythopolis and the Dionysian Corpus. Annotating the Areopagite* (Oxford: Oxford University Press, 1998).

¹⁵ Assiste-se, na bibliografia, a tentativas de identificar citações e traduções do *corpus areopagiticum* em línguas muito diversas. Os problemas surgem, sobretudo, na datação das mesmas e na averiguação e justificação do contexto teológico-filosófico destas recepções. A principal crítica à vigente edição da *Patristische Texte und Studien* é o facto de ignorar tradições textuais que não estejam escritas em grego; vd. Beate Regina Suchla, herausgegeben von, *Corpus Dionysiacum I. Pseudo-Dionysius Areopagita. De Divinis Nominibus* (Patristische Texte und Studien 33; Berlin: Walter de Gruyter, 1990) e Günter Heil & Adolf Martin Ritter, herausgegeben von, *Corpus Dionysiacum II. Pseudo-Dionysius Areopagita. De Coelesti Hierarchia. De Ecclesiastica Hierarchia. De Mystica Theologia. Epistulae* (Patristische Texte und Studien 36; Berlin: Walter de Gruyter, 1991). Além de todos os instrumentos de trabalho citados ao longo deste artigo, a primazia deve ser concedida à monumental obra *Dionysiaca. Recueil donnant l'ensemble des traductions latines des ouvrages attribués au Denys de l'Aréopage [...]*, ed. Phillipe Chevallier et al., 2 vols. (Paris/Bruges: Desclée de Brouwer, 1937-1950).

¹⁶ Vd. *supra* notas 6, 7 e 9.

¹⁷ Thomas Gale (1636-1702), *Regius Professor of Greek* em Cambridge (não confundir com Tomás Galo).

¹⁸ «Significant errors divide the manuscripts into three families or recensions — *A*, *T* and *M* — as Traube had originally proposed [...] the corrections of the later recensions, especially of *M*, provide entirely new evidence of Eriugena's Hellenism, and, in particular, of his development as a graecist. The recension *T*, for example, shows an effort to purge the *Versio* of the graecisms Eriugena tended to preserve. The recension *M*, however, goes beyond mere vocabulary and concentrates on rendering the pseudo-Areopagite's difficult Greek in a less literal Latin.» Budde, "The *Versio Dionysii* of John Scottus Eriugena," 5-6; cf. Ludwig Traube, "O Roma nobilis: Philologische Untersuchungen aus dem Mittelalter," *Abhandlungen der Bayer-Akademie der Wissenschaften* 19/2 (1891): 299-395.

¹⁹ P. Gabriel Théry, "Scot Érigène, traducteur de Denys," *ALMA* 6 (1931): 190.

²⁰ Vd. Sheldon-Williams e Cappuyns *apud* Jeaneau, *Études Érigéniennes*, 30 e Budde, "The *Versio Dionysii* of John Scottus Eriugena," 14.

uma vez que Eriúgena cita o *Periphyseon* como um trabalho anterior) encontramos um comentário a *uma outra* versão da tradução das obras do Areopagita, a última de que há notícia.

[3] O *CORPUS ANASTASII*

Este *corpus* é baptizado a partir do nome de Anastásio, o Bibliotecário (c. 810-c. 878), e designa a primeira reunião de escritos da tradição areopagítica em circulação. O *corpus Anastasii* é composto pela [3] *versio Dionysii*, pelos *scholia* do *corpus areopagiticum* (durante muito tempo atribuídos apenas a Máximo, o Confessor, e que se veio a descobrir serem, em grande parte, da autoria do bispo João de Citópolis)²¹ e pelas glosas e tradução do mesmo Anastásio. Pode ser datado da segunda metade do século IX (c. 862-875).²²

[4] O *CORPUS DIONYSIACUM*, UM PRODUTO UNIVERSITÁRIO

Este é o nome dos célebres manuais universitários, escritos em latim, que foram amplamente lidos e difundidos no século XIII, por toda a Europa. Na maior parte das vezes estruturados a partir de obras compostas por compilações de máximas de autores célebres, os *curricula* eram dedicados ao comentário e à explicação da filosofia contida nas mesmas. Um exemplo deste movimento é um sobrevivente manuscrito universitário de Paris que, nos últimos tempos, tem vindo a ser estudado e editado.²³ À semelhança da configuração anterior, é composto pela [2] *versio Dionysii* de Escoto Eriúgena e pela tradução latina de João Sarraceno,²⁴ pelos escólios atribuídos a Máximo, o Confessor [sendo a maior parte de João de Citópolis, como se disse], pela *Extractio* de Tomás Galo²⁵ [vd. *infra*], e pelo breve texto *Compellit me*. As obras atribuídas ao Areopagita foram lidas com a clara consciência de que não eram apresentadas na sua língua original — da qual é prova a convivência, numa mesma edição, de diferentes traduções — e com a percepção da dificuldade do acesso às obras, manifesta no conjunto de comentários, paráfrases e produtos similares dispostos lado-a-lado.

«Corpus Dionysiacum» acabou por ser o título das sucessivas edições do *corpus areopagiticum*, quer em língua latina (língua na qual, por vezes, surge também com o título «Opera Dionysii»), quer nas recentes edições em grego — título consagrado pela edição crítica da *Patristische Texte und Studien*, que supera definitivamente a anterior edição da *Patrologia graeca*. Esta opção dos editores hodiernos confirma a saudável

²¹ Vd. *supra* nota 14.

²² Budde, “The *Versio Dionysii* of John Scottus Eriugena,” 53-56.

²³ As semelhanças com a organização *corpus Anastasii* permitem-nos dizer que esta última configuração é precursora do *corpus Dionysiacum* escolástico. A edição de um conhecido manual de Paris está a ser feita pela *Dallas Medieval Texts and Translations*, publicada pela editora Peeters. Até agora foram editados os seguintes volumes: *A Thirteenth-Century Textbook of Mystical Theology. The Mystical Theology of Dionysius the Areopagite in Eriugena’s Latin Translation with the Scholia translated by Anastasius the Librarian and Excerpts from Eriugena’s Periphyseon*, Edition, Translation, and Introduction by L. Michael Harrington (Paris: Peeters, 2004); *On the Ecclesiastical Hierarchy. The Thirteenth-Century Textbook Edition*, Edition, Translation, and Introduction by L. Michael Harrington (Paris: Peeters, 2011); está ainda prevista a edição, pelo mesmo professor da Duquesne University, de *The Divine Names*.

²⁴ João Sarraceno (séc. XII), autor do qual apenas se sabe que terá escrito um comentário à *Hierarquia Celeste* do Areopagita e que, em c. 1167, terá empreendido uma tradução do *corpus*, utilizada por filósofos como Alberto Magno e Tomás de Aquino. Alguns autores (Théry, *Études Dionysiennes, passim*) sugerem que fosse amigo de João de Salisbúria (c. 1120-1180).

²⁵ Tomás Galo, abade de Verceil (c. 1200-1246), teólogo da famosa escola dos Vitorinos que dedicou muitos anos da sua vida a estudar e traduzir as obras do Areopagita, assim como a escrever comentários às sagradas escrituras. Era bastante próximo dos Franciscanos, tendo conhecido António de Lisboa (ou de Pádua) e travado amizade com Robert Grosseteste.

tendência de leitura do *corpus areopagiticum* à luz da tradição latina,²⁶ em detrimento de uma leitura arqueológica (cujas reconstituições são, muitas vezes, pura especulação) que procuraria descobrir as «verdadeiras intenções» do autor, ignorando o que acerca dele foi dito durante séculos.

OBRAS SUBSIDIÁRIAS

Face à riqueza do texto do *corpus areopagiticum*, nas suas diferentes metamorfoses, assim como para responder às perigosas ambiguidades que produziam as traduções ainda insatisfatórias, a latinidade assistiu a uma prolíxa tradição de glosa e paráfrase — todos os trabalhos procuravam, cada qual à sua maneira (ou seja, cada qual alinhado com uma determinada interpretação e filiação intelectual), ser *fiéis* ao espírito do texto e dar conta das *verdadeiras* intenções do Areopagita. Mas não seria preciso esperar pelo advento da crítica à «falácia intencional» para perceber que o processo fica comprometido quando submetemos uma obra a ideologias que lhe são extrínsecas.

Dos trabalhos subsidiários da visão de conjunto do *corpus dionysiacum* destaca-se uma série, i.e., três trabalhos com características semelhantes, a saber: uma *Exposição* (*Expositio*, de 1233), uma *Extracção* (*Extractio*, de 1238) e uma *Explicação* (*Explanatio*, c. 1241-44). A *Exposição* é uma paráfrase da obra, com evidente dependência da *Extracção* de Tomás Galo, uma versão mais livre, realizada a partir da tradução de João Sarraceno (c. 1167), sem que haja indícios que apontem para algum contacto com um texto em língua grega. Pela sua dimensão e complexidade, a *Explicação* de Tomás Galo é uma obra posterior às duas mencionadas (que revelam uma grande interdependência), cuja tipologia poderá ser comparada — fazendo-se as devidas ressalvas acerca de coisas que não se podem comparar — com os célebres tratados sobre «problemas e soluções».

Sobre a *Exposição*, têm sido levantados numerosos problemas de atribuição autoral: se vários especialistas²⁷ fazem fé em dois manuscritos²⁸ que atribuem esta obra a «Pedro Hispano» (uma outra discussão seria determinar a identidade deste autor), uma autoridade como Théry²⁹ defende que o texto é da mão de Tomás Galo, abade de Verceil. A meu ver, considerado o estado da arte, trata-se de uma conversa entre surdos, se me for permitida a metáfora. As obras em questão são recorrentemente citadas a partir de duas edições fundamentais do *corpus Dionysiacum* (Estrasburgo, 1502-1503, a *editio princeps*; e, dependente desta, Colónia, 1556), faltando um conjunto de edições críticas que considere a totalidade da tradição manuscrita.³⁰ Por

²⁶ Salubridade, no entanto, pouco ambiciosa, uma vez que estabelece o texto sem considerar esclarecimentos que poderiam ser facultados por versões como a arménia (vd. *supra* nota 15).

²⁷ M. Grabmann; A. Schlögel; J. M. da Cruz Pontes; J. M. Barbosa; F. J. Meirinhos (vd. Xavier, *Teologia Mística*, 14).

²⁸ Munique, *Staatsbibliothek Clm 7983* (séc. XIII) e, cópia deste, Dublin, *Milltown Park Jesuit Library, Phillips 2800* (séc. XV); cf. P. Manuel Alonso, fixação do texto, prólogo, introdução e notas, *Pedro Hispano. Exposição sobre os livros do Beato Dionísio Areopagita* (*Expositio librorum Beati Dionysii*) (Lisboa: Instituto de Alta Cultura [...], 1957) e James McEvoy, edition, translation, and introduction, *Mystical Theology: The Glosses by Thomas Gallus and the Commentary of Robert Grosseteste on De Mystica Theologia* (Dallas Medieval Texts and Translations 3; Paris: Peeters, 2003), 10.

²⁹ Théry, *Études Dionysiennes* e, depois, Gamba (vd. Xavier, *Teologia Mística*, 15) e McEvoy, *Mystical Theology*, 3-9.

³⁰ Por agora apenas dispomos deste admirável trabalho: Thomas Gallus, *Explanatio in libros Dionysii*, ed. D. Lawell (Turnhout: Brepols, 2011); as duas edições fundamentais são: *Opera Dionysii. Veteris et noue translationis, etiam novissime ipsius Marsilii Ficini cum commentariis Hugonis, Alberti, Thome, Ambrosii oratoris Linconiensis et Vercellensis...* [Estrasburgo: Husner, 1502-1503; exemplar consultado: Stiftung der Werke von C. G. Jung, Zürich]; *S. Dionysii Areopagitae Martyris ... a Rikel Carthusiani nunc iterum diligentissime editis elucidata ...* (Colonia ex officina Haeredum Ionannis Quentel, anno Christi nati 1556 ...) [exemplar consultado: Universidad Complutense de Madrid].

agora, apenas será possível constatar «semelhanças familiares» entre textos que têm sido sucessivamente retomados a partir destes trabalhos quinhentistas.³¹

A primeira tradução do *corpus areopagiticum* de que há notícia é a de Hilduíno. Desde a sua conclusão, este trabalho circulou com fama de alguma obscuridade, o que explica que, cerca de 30 anos mais tarde, encontremos Escoto Eriúgena a preparar uma nova versão das mesmas obras. Se sobre a posterior tradução de João Sarraceno pouco se sabe, a empresa do pensador irlandês é um caso de estudo que tem interessado muitos estudiosos. Um traço notável da *versio Dionysii* é a sua procura de *proximidade* à língua grega, aliada a uma consciência muito clara da enorme dificuldade que é transpor um pensamento expresso na língua dos helenos para o latim — já para não falar da obscuridade dos próprios *areopagítica*. Diz-nos o Eriúgena que se apercebeu de que o pensamento e a exposição do Areopagita se encontrava muito distante da sensibilidade da sua época (imagine-se hoje!), sendo pouco compreensivo e inacessível a muitos, não só por causa da sua vetustez, mas sobretudo por causa da elevação dos mistérios celestes visados.³²

Sendo esta uma tarefa tão ousada quanto monumental, Escoto afirma ter tido uma grande preocupação em manter a maior proximidade possível ao original, mesmo quando isso pudesse parecer pouco inteligente — contra o seu tempo e as clássicas práticas de tradução (como lemos consagradas nos textos de Cícero e Jerónimo), o irlandês leva a sério a tarefa de *tradutor* e não tanto a de *expositor*. Culpa, assim, as vicissitudes da sua fidelidade filosófica pela estranheza linguística resultante (*culpam fidei interpretis*), estando consciente dos ecos boeciano (*fidis interpretis culpam*) e horaciano (*nec uerbum curabis reddere fidus interpretes*) que assombrarão a sua tradução. Para evitar erros, o Eriúgena fará um «decalque».³³ O problema encontrar-se-á numa ignorância das vicissitudes de cada uma das línguas e num *ordo verborum* estranho;³⁴ as virtudes serão o enriquecimento do latim com numerosas palavras introduzidas a partir de simples transliterações ou de equivalentes exactos (e.g. de «μνοειδὲς» para «uniforme»).

Consideremos, agora, alguns exemplos.³⁵ Escoto Eriúgena nunca traduz o particípio «ὄν».³⁶ Posteriores traduções dependentes deste trabalho e notas marginais

³¹ O que introduz, a cada nova edição, ainda mais erros — a edição de Alonso (vd. *supra* nota 28) afirma editar a *Extracção* a partir da edição de 1556, mas introduz-lhe erros de leitura e licenciosas alterações na ortografia, sem alertar o leitor para as mesmas.

³² «[...] opus valde, ut opinamur, tenebrosum longeque a modernis sensibus remotum, multis invium, paucis apertum, non solum propter antiquitatem, verum etiam caelestium altitudinem mysteriorum [...]» João Escoto Eriúgena, *MGH Ep.* 6, 14.8-10 (*PL* 122, 1032 A) *apud* Rorem, *Eriugena's Commentary*, 49, n. 4.

³³ «Devant toutes ces difficultés réunies, Scot va prendre une attitude: pour diminuer autant que possible les occasions d'erreur en matière si ténébreuse, il concevra sa traduction comme un décalque du texte grec.» Théry, «Scot Érigène», 226.

³⁴ «Cette traduction-décalque a le grand défaut, on le voit immédiatement, de ne tenir aucun compte du genre respectif du grec e du latin. Le grec a une syntaxe que le latin ne peut imiter sous peine de devenir obscur. Pour faire une traduction correcte et claire, il faut un sens de l'analogie des langues qui manquait à peut près totalement à Scot Érigène.» Théry, «Scot Érigène», 228-229.

³⁵ [1]	Areopagita	καὶ αἰεὶ ὄν κατὰ τὰ αὐτὰ	([Suchla*] 151, 11)
	Eriúgena	et semper ὄν, secundum eadem	([Floss**] 1132 C 1-2)
[2]	Areopagita	μονοειδὲς αἰεὶ ὄν καλὸν	(151, 16)
	Eriúgena	uniforme semper ὄν bonum	(1132 C 9)
[3]	Areopagita	ὅτι καὶ τὸ μὴ ὄν	(152, 10)
	Eriúgena	quia et quod non ὄν	(1133 A 3)

[N.B. Todas as referências (paginação e linhas) remetem para as edições indicadas na primeira ocorrência. Os textos latinos são editados por mim, confrontando entre si as diferentes traduções latinas reproduzidas pelas edições quinhentistas, utilizando a edição crítica grega para esclarecer dúvidas e escolher entre as *lectiones* possíveis.] * Vd. *supra* nota 15. ** Joannis Scoti, *Opera quae supersunt omnia ad fidem ... codicum partim primus edidit, partim recognovit* Henricus Josephus Floss ... [in J.-P. Migne, *Patrologia Latinae Tomus CXXII*, Petit-Montrouge, 1865]; cf. J. Barbet, edidit, *Iohannis Scoti Eriugenae Expositiones in Ierarchiam coelestem* (Turnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii, 1975).

farão a sua versão para latim (e.g., na edição de Rikel [vd. nota 30], *in margine* 1133 A 3, passo reproduzido em [3], pode ler-se «est»). É provável que o tradutor tivesse consciência da complexidade de *dizer o ser* para os gregos, e sobretudo para o Areopagita, que tem uma filosofia do *hiper-ser*, i.e., que não imputa com facilidade um registo ontológico às maiores excelências concebíveis. Se «o mesmo é ser e pensar» (Parménides), postulado que o Areopagita aceita, a fonte de ser ainda é de uma certa forma, encontrando-se simultaneamente *para lá* do ser. Com isto queremos sugerir que as reservas do Eriúgena em traduzir este particípio — que funda e sustenta a profunda densidade ontológica da linguagem — se podem explicar com a percepção de que o mesmo vocábulo ocorre em contextos de tal forma díspares. Para este tradutor, procurando uma tradução unívoca, seria impossível encontrar um mesmo equivalente sempre operativo. As versões de Sarraceno e Galo permitem constatar a solução «existens» para o problema referido.³⁷ O exemplo [1] evidencia a proximidade entre as duas obras, menos acentuada em [2], sendo que até o caso [3] — mais uma paráfrase do que uma tradução — revela uma nomenclatura que nunca afasta o abade de Verceil de Sarraceno.

As formas como se diz o ser dependem, sobretudo, do *ser* das épocas. Quero com isto dizer que é importante datar as traduções e determinar que outros textos estariam à disposição dos tradutores, que outras influências *filtrariam* a leitura do Areopagita. No grego, o leitor pode ler que o belo é «ὑπερούσιον».³⁸ Como se sabe, o prefixo *hiper* tem, para os neoplatónicos, uma importância decisiva, aparecendo em formas compostas de verbos, adjectivos e substantivos, somadas ao seu uso enquanto preposição autónoma; contém, em si, uma polissemia dificilmente traduzível por um só equivalente: tem uma acepção de excesso quantitativo e qualitativo e, simultaneamente, denota uma transposição, a superação de uma posição ou de um locativo — tudo isto em sentido superlativo. Uma possibilidade de tradução poderia ter

³⁶ O «Deus que não é ainda aquilo que é» (*Periphyseon* 682 A-684 A) é uma questão fundamental no livro III do *opus magnum* de Eriúgena, profundamente aliado às suas preocupações ontológicas na consideração de Deus. «[II] nullo celebra Dio come trascendente e immanente, prima di tutte le età e di ogni età. [...] L'Eriugena, come Ilduino prima da lui, usa *substantificus* per rendere lo οὐσιοποιός di Dionigi: la bontà suprema é «creatrice di sostanza». È chiamata «quello che è» (ὁ ὄν in *Ex.* 3, 14): dove Ilduino ha inserito *quid est*, l'Eriugena mantiene il greco ΩΝ. [...] Dio non è ancora ΩΝ, ma semplicemente e senza essere circoscritto sta abbracciando (*incircumfinite coambiens*) ogni cosa all'interno di sé stesso. [...] Nelle parole dell'Eriugena, è prima dell'essere (*anteΩΝ*), ed è sia l'essere *superessenziale* (*superessentialiter esse*) e il *super-essere* *superessenziale* (*superΩΝ*): ὑπερουσιῶς εἶναι, ὑπερουσιῶς ὑπερών (Suchla, p. 187, 8 e 12, = *Versio Dionysii*, PL 122, 1150 a-b).» Peter Dronke, a cura di, *Giovanni Scoto. Sulle nature dell'universo* (*Periphyseon*). Volume III (*Libro III*), testo basato sulla Versione II dell'edizione di Édouard Jeuneau, traduzione di Michela Pereira (S.l.: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore, 2014), 367 (*ad* 682 a-684 a); Dronke reproduz Eduardus A. Jeuneau, curavit, *Iohannis Scotti seu Eriugena Periphyseon*, 4 vol. (Turnholti: Brepols, 1996).

³⁷ [1]	Sarraceno	et semper existens secundum eadem	([Alonso***] 327, 31-32)
	Galo	et semper existens secundum eadem	([Alonso***] 615, 5)
[2]	Sarraceno	uniforme et semper existens pulchrum	(328, 3)
	Galo	existens uniforme pulchrum	(615, 10)
[3]	Sarraceno	quia et non existens	(329, 29-30)
	Galo	tunc ipsum non existens	(615, 26)
³⁸ [4]	Areopagita	Τὸ δὲ ὑπερούσιον καλὸν	(151, 5-6)
	Eriúgena	Superessentiale autem bonum	(1132 B 7-8)
	Sarraceno	Supersubstantiale vero pulchrum	(327, 23-24)
	Galo	vero de summo bono	(614, 34)
[5]	Areopagita	ὑπερουσιῶς ὑμνεῖται	(152, 13)
	Eriúgena	superessentialiter laudatur	(1133 A 6)
	Sarraceno	supersubstantialiter laudatur	(329, 31-32)
	Galo	— — — — —	— — —
[6]	Areopagita	ὡς ποιητικὸν αἴτιον	(152, 3)
	Eriúgena	velut factivum causale	(1132 D 3)
	Sarraceno	sicut effectiva causa	(329, 23)
	Galo	sicut effectivum	(615, 17)

*** Vd. *supra* nota 28.

sido o latino «ultra», mas todos os tradutores adoptaram «super» (e nós, hoje, questionamo-nos se devemos fazer uma desambiguação entre as acepções *super* e *supra*, recorrer ao helénico *hiper*, ou mesmo a *ultra*).³⁹ O *hiper* «-ούσιον», então, será para Escoto Eriúgena [4] «superessentiale» e, em advérbio de modo, [5] «superessentialiter». Já para Sarraceno será [4] «supersubstantiale» e [5] «supersubstantialiter». Note-se que Galo, em [4], adopta uma tradução diferente deste superlativo, vertendo por *sumo bem* («summo bono»). A opção conceptual por *superessencial* ou por *super-substancial* pode explicar-se com o florescimento da filosofia de Aristóteles na escolástica latina, que influenciou muito claramente o estabelecimento de nomenclaturas no latim, até então um pouco mais *soltas* — reflexo disto são as terminologias de Sarraceno e Galo em [6], que evidenciam a sistematização das quatro causas aristotélicas, tal como aparecem nos manuais universitários de lógica.⁴⁰

A passagem em análise, da qual foram retirados os exemplos [1] a [6], pertence ao tratado *De divinis nominibus* de Dionísio (IV, 7). Ponto nevrálgico de toda a sua reflexão acerca dos nomes divinos, o Areopagita discute o Belo e Beleza, considerados nas suas dimensões imanentes e *epifânicas*, e problematiza qual a sua fonte. É curioso assinalar que os diferentes tradutores não estiveram em sintonia quanto ao entendimento desta passagem, o que se torna manifesto nos modos plurais como dirão «Belo» e «Beleza».⁴¹ Logo no início, em [7], Escoto Eriúgena «entusiasma-se» e parafraseia o Bem (o Sumo Bem que é visado ao longo de todo o capítulo IV da obra) por *ótimo*, enquanto Galo se antecipa à discussão e estabelece logo a sinonímia com a *beleza divina*, algo que será evidente no final do texto. Se o Bem é *ótimo*, o *belo* (καλόν) que podemos ler no grego é, para o Eriúgena, o *bom* ([8] «bonum»). Os outros dois tradutores, neste passo, fazem uma tradução mais ortodoxa, optando por *belo* («pulchrum»), e deste derivando a *beleza* («pulchritudo»). Mais consensual parece ser a alusão bíblica ao *Evangelho de João*, em [9], na tradução de «ἀγάπη» por *amor* ou *dilecto* («dilectio») e *amado* («diligibile» em Sarraceno e Galo, em superlativo —

³⁹ Esta questão encontra-se formulada e discutida em Xavier, “A questão da tradução de *super*” e Xavier, *Teologia Mística*, 34-38.

⁴⁰ Sobre traduções latinas e, em especial, sobre o *Aristoteles latinus*, veja-se Michele Trizio, “Greek Aristotelian works translated into Latin”, in *The Cambridge History of Medieval Philosophy. Volume II*, ed. Robert Pasnau, associate ed. Christina van Dyke, 793-797 (Cambridge: Cambridge University Press, 2010) e Michele Trizio, “Greek philosophical works translated into Latin.” *Ibid.*, 798-801. Uma hipótese de trabalho promissora — mas para a qual ainda não estão disponíveis os instrumentos adequados (sobretudo informações sistemáticas acerca das circulações de manuscritos) — seria apurar que *Plato latinus* e *Aristoteles latinus* (quais as versões e de que tradutores) estariam disponíveis em cada um dos contextos destes tradutores e fazer um cotejo com as suas traduções.

[7]	Areopagita	Τοῦτο τὰγαθὸν ὁμνεῖται	(150, 15)
	Eriúgena	Hoc optimum laudatur	(1132 A 13)
	Sarraceno	Hoc bonum laudatur	(327, 16)
	Galo	divina bonitas laudatur	(614, 24)
[8]	Areopagita	καὶ ὡς καλὸν καὶ ὡς κάλλος	(150, 15-16)
	Eriúgena	et ut bonum et ut pulchrum	(1132 A 13-14)
	Sarraceno	et sicut pulchrum et sicut pulchritudo	(327, 16-7)
	Galo	sicut pulchrum et sicut pulchritudo [...]	(614, 24-25)
[9]	Areopagita	καὶ ὡς ἀγάπη**** καὶ ὡς ἀγαπητὸν	(150, 16)
	Eriúgena	et ut dilectio, et ut dilectissimum	(1132 A 14)
	Sarraceno	et sicut dilectio et sicut diligibile	(327, 17)
	Galo	et sicut dilectio et sicut diligibile [...]	(614, 25)

**** Em Suchla, ao invés de “ἀγάπη”, lê-se “ἀγάπη», o que é um anacronismo injustificado, pelos seguintes motivos: [1] não há atestação do uso de diacríticos em manuscritos do *corpus areopagiticum*; [2] a identificação de alusões e citações deve ser feita num *apparatus fontium*, algo que a mesma edição possui; [3] trata-se de uma conjectura, já que, *muito dificilmente*, uma só palavra (neste caso, uma palavra bastante comum e com inúmeras ressonâncias) é susceptível de ser claramente identificada — *tout court* e com um grau de certeza satisfatório — como uma citação (Suchla indica, no aparato a este passo, «Vd. I Job 4,8; 4,16»). Cf. Tomás N. Castro, “O pensamento estético de Pseudo-Dionísio Areopagita em *Dos Nomes Divinos* IV, 7. Subsídios para um estudo e tradução” (Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014), 53.

«dilectissimum» — para Escoto). O irlandês não só opta por soluções que tornam o texto mais expressivo, como sobrepõe a sua interpretação, o que contraria a imagem de um tradutor mecânico e pouco instruído.

O exemplo [10]⁴² levanta a hipótese de as traduções de Sarraceno e Galo de «καθ' ἑαυτὸ» por «secundum seipsum» constituírem uma ressonância bíblica, tendo em conta a solução que o latim providenciou para traduzir o título dos evangelhos (vertendo o *κατὰ* por *secundum*). Um pormenor interessante é que estes dois autores, ao contrário de Escoto Eriúgena, destacam o carácter insistente e repetitivo da passagem, preservando nos dois últimos sintagmas a partícula enfática que se encontra no grego («ἑαυτὸ»/«se ipsum»; sublinhados meus). Note-se que este passo do tratado areopagítico é uma citação directa de Platão⁴³ mas, por agora, não há ainda elementos que nos indiquem se os nossos tradutores tiveram essa consciência.

O percurso até agora traçado é apenas uma pequena ilustração das especificidades desta questão. A recepção — textual e *intelectual* — das obras do Areopagita na Europa medieval é uma complexa equação, na qual intervêm variáveis de diferentes ordens. A primeira constatação visa a condição dos recursos materiais envolvidos. Contrastando com a transmissão textual do *corpus areopagiticum* grego (cujas *recensiones* têm, pelo menos, 14 famílias de códices), a sua tradição latina dependeu de apenas um manuscrito. As suas lacunas foram obstáculos intransponíveis para uma compreensão global dos *areopagítica* enquanto as lacunas no conhecimento do grego durante a Idade Média não foram supridas. Isto introduz a variável de circunscrição mais difícil, as *lentes* que ajudam (e condicionam) os olhos dos leitores: não só os conhecimentos linguísticos e os instrumentos de trabalho disponíveis, como os intertextos que interferem na interpretação. Toda a tradução é uma interpretação, assim como as interpretações só se tornam sólidas se partirem do texto. A procura de rigor é uma aspiração consagrada, mas que não deve ser confundida com a crença inocente na objectividade ou em espécies de desinteresse. Cada um trabalha com os recursos disponíveis e os golpes de génio destes tradutores revelam-se na subtilidade com que contornaram a parcimónia. No campo dos estudos pseudo-dionisianos, é urgente a crítica textual na análise da *tradição* de tradução latina. Só assim será possível produzir trabalhos que não sejam repetições cada vez menos precisas de teses já afirmadas e glosadas sem conta. O crítico textual de textos filosóficos não se poderá eximir do seu papel de intérprete da tradição, leitor e juiz dos antigos em simultâneo, consciente de que um dia também a sua leitura estará inevitavelmente datada e, espera-se, superada.

42 [10]	Areopagita	ἀλλ' ὡς αὐτὸ καθ' ἑαυτὸ μεθ' ἑαυτοῦ	(151, 15)
	Eriúgena	sed ut ipsum, per ipsum, cum ipso*****	(1132 C 8-9)
	Sarraceno	set sicut ipsum secundum se ipsum cum se ipso	(328, 2-3)
	Galo	sed sicut ipsum secundum seipsum cum seipso [...]	(615, 9)

***** Cf. uma fórmula semelhante no *Periphyseon* (III, 621 C): «[...] sed haec omnia ex ipso et in ipso et ad ipsum sunt.» Dronke (*Giovanni Scoto*, 324) explica assim esta invulgar ressonância bíblica: «[...] «tutte le cose sono da lui e mediante lui e tendono a lui» (ἐξ αὐτοῦ καὶ δι' αὐτοῦ καὶ εἰς αὐτὸν in greco, *ex ipso, per ipsum et in ipso* nella *Vulgata* latina). L'Eriugena [...] Non stava citando Paolo a memoria in maniera inaccurata: voleva fissare il momento dell'inerenza (*in*) tra la processione (*ex*) e il ritorno (*ad*).»

⁴³ Pl. *Symp.* 211 A 1-5 e 211 B 1-2.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Santa Inquisição: sistema e racionalidade

José Filipe P. M. Silva¹
Universidade do Porto

Resumo

Neste artigo pretende-se realizar uma análise sobre a natureza das práticas inquisitoriais de Bernando Gui, de Nicolau Eymerich/Francisco Peña e de Heinrich Kramer/James Sprenger, e, simultaneamente, identificar os sistemas de racionalidade (filosófico-teológicos) que lhes são inerentes. Para tal, ordenar-se-á a discussão em quatro momentos temáticos: 1. perspectivização antropológica (pré-Cristã) do estatuto do feminino; 2. mudança de paradigma através da tradição bíblica e os motivos, segundo a mesma, pelos quais existem feiticeiros e bruxas a erradicar; 3. natureza eclesiástica das práticas inquisitoriais (fenómenos de possessão e exorcismos); 4. natureza judicial das práticas inquisitoriais (métodos de confissão e de punição). Pretender-se-á concluir que o progressivo desenvolvimento de um poder cultural (eclesiástico e judicial) masculino surge como tentativa de resposta ao poder biológico, vital, detido pelas mulheres, assim como de uma – e de um ponto de vista psicanalítico horneyano – inveja do útero.

Abstract

In this paper it is intended to realize an analysis on the nature of inquisitorial practices of Bernard Gui, Nicholas Eymerich/Francisco Pena and Heinrich Kramer/James Sprenger and, simultaneously, to identify their own rationality systems. Thus, the discussion will be organized in four thematic moments: 1. (pre-Christian) anthropological framework of the feminine status; 2. change of paradigm through biblical tradition and the reasons, according to it, for the existence of wizards and witches to eradicate; 3. ecclesiastical nature of the inquisitorial practices (possession phenomena and exorcisms); judicial nature of the inquisitorial practices (confession and punishment methods). It is our aim to conclude that the progressive development of a masculine cultural power (ecclesiastical and judicial) occurs as an attempt of response to the biological and vital power owned by women as well as a – adopting a horneyan psychoanalytical term – «womb envy».

NO PRINCÍPIO ERA A DEUSA...

Nas civilizações pré-históricas existiu um enorme respeito e admiração pela mulher e pela sua simbologia, isto é, pela sua representação da fertilidade (animal e vegetal): elas eram as geradoras e doadoras de vida, as educadoras das crianças, as parteiras e curandeiras populares, conhecedoras das propriedades medicinais das ervas e plantas, e, enfim, as colectoras de parte importante da alimentação familiar.² Apesar de não estarmos perante sociedades matriarcais, a verdade é que as mulheres desempenhavam um papel fundamental e o quotidiano da tribo centrava-se nelas. Os homens, por outro lado, dedicando-se à caça e à construção de equipamentos para o efeito, conseguiam ir perpetuando a sua influência e o seu poder através da imposição do físico e da relativa raridade com que presenteavam a tribo com o produto das caçadas. O consumo de carne era especial, fazendo dos homens especiais.

É muito importante notar que encontramos nestes tempos primitivos e nesta divisão sexual das tarefas duas linhas de investigação de âmbito religioso que passam muitas vezes despercebidas aos olhos do leitor e investigador comum. A primeira, de natureza mais clara, é a de que desde estes tempos se foi formando e enformando na nossa consciência colectiva, por meio da função *princeps* das mulheres, a figura da “Grande Mãe”, “Grande Deusa” ou simplesmente “Deusa”, a qual se constitui como uma imagem mental ancestral que personifica a importância e a generosidade da Terra

¹ Doutorando em Filosofia. Grupo de investigação “Aesthetics, Politics and Knowledge” do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Grupo de Estudos Lusófonos da FLUP. E-mail: josefsilva@live.com.pt.

² Cf. Jaime Pinsky, *As Primeiras Civilizações* (São Paulo: Atual Editora, 1996), *passim*.

e que se vê repercutida em todas as religiões pagãs (na Mesopotâmia, Tiamat; entre os armênios pré-cristãos, Nana; a egípcia Neith; a hindu Ammavaru; na cultura celta, Dana; Gaia na mitologia grega; Asherah em Canãa; no budismo (lamaísta), Bhrkuti-Tara; a azteca Coatlicue; Cibele, a *Magna Mater* dos romanos; Mama Quilla no Peru; Mã na Ásia Menor; etc).³

Em segundo lugar, de modo mais obscuro e certamente controverso, que a simbologia da “Grande Mãe” – marca pagã por excelência – não desapareceu por completo da mundividência cristã, nomeadamente no que ao culto da Virgem diz respeito, cujas peregrinações atraem milhões de fiéis a vários locais mundo fora e que pode muito bem ser entendido como um fenómeno de popularidade muito mais veemente que o do próprio Cristo. Lembremo-nos, por exemplo, de João Paulo II e do seu profundo marianismo, cuja devoção (e influência) orientou milhões aos Santuários de Fátima, Lourdes e de Czestochowa. Comparativamente a estes locais, não existe templo algum onde se adore Cristo com tamanha afluência. Ou, pensando numa perspectiva mais localizada e particular, atentemos para o culto dos Santos que ajudam a ultrapassar problemas específicos e cujas romarias se vão sucedendo quase que diariamente em determinadas zonas de Portugal.

Não será isto ainda um sintoma pagão – um resto arquetípico como analisaremos de seguida – daqueles tempos primevos, mal apagados pelo cristianismo?

O QUE É UM «ARQUÉTIPO»?

O «arquetipo» (*Archetyp*) é um termo que surge na literatura psicanalítica pela mão de C. G. Jung e é utilizado para representar simbolicamente as tendências instintivas dos seres humanos, isto é, a base da impressão das suas personalidades, o porquê de se comportarem como se comportam: «Chamamos instinto aos impulsos fisiológicos percebidos pelos sentidos. Mas, ao mesmo tempo, estes instintos podem também manifestar-se como fantasias e revelar, muitas vezes, a sua presença apenas através de imagens simbólicas. São a essas manifestações que chamo arquetipos. A sua origem não é conhecida; e eles se repetem em qualquer época e em qualquer lugar do mundo – mesmo onde não é possível explicar a sua transmissão por descendência ou por “fecundações cruzadas” resultantes da migração».⁴

Os arquetipos são porções de vida cuja origem e descrição são difíceis de definir; eles constituem-se como imagens ligadas aos indivíduos através de certas pontes emocionais (como mitos, religiões, filosofias ou criações artísticas) que se entrecruzam num padrão universal.⁵ Lembremo-nos, para o efeito, de que as mais antigas obras de arte que representam figuras humanas são de mães, de grandes mães, esculpidas em osso, marfim e pedra ou moldadas em barro ou em terracota, e que mostram grandes ventres, seios e coxas. Estas “Vénus” (como lhes chamam os arqueólogos) foram encontradas em diferentes épocas e lugares do globo e, apesar de apresentarem traços muito idênticos, não se compreende muito bem – como de resto Jung o afirma – como se terá dado essa passagem de testemunho, essa transmissão artística. Não é muito crível, cientificamente falando, imaginar que uma estatueta feminina da Deusa da era paleolítica, como a da Vénus de Willendorf (Áustria), tenha feições idênticas a uma outra estatueta do período pré-colombiano (Peru)⁶ através, simplesmente, de um

³ Cf. Michael Jordan, *Dictionary of Gods and Goddesses* (Nova Iorque: Facts on Life Inc., 2004), 16, 22, 31-32, 51, 67, 100-101, 169, 180, 186, 212, 216-217, 221-224, 314.

⁴ C. G. Jung, *O Homem e seus Símbolos* (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1964), 69. Segundo Erich Neumann, discípulo de Jung, devemos analisar a natureza arquetípica (as imagens simbólicas dos instintos e das fantasias) mediante quatro aspectos: dinâmica, simbolismo, materialidade e estrutura. Em: Erich Neumann, *A Grande Mãe: Um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente* (São Paulo: Editora Cultrix, 2008), 19.

⁵ Cf. Jung, *O Homem e Seus Símbolos*, 69.

⁶ Compare-se as imagens em Neumann, *A Grande Mãe*, 1 e 7, Secção de Ilustrações.

processo de mimetismo. Se assim fosse, como é que tais civilizações poderiam ter conhecimento dos artefactos das outras, tal era a distância espacial e temporal que as separava? Além disso, elas não possuíam formas de comunicação e de navegação que lhes permitissem realizar expedições a grande escala.

Por outro lado, não parece, também, ser o caso de se tratarem de meras obras de cariz naturalista ou até mesmo erótico, mas algo com maior significado: abstracções concebidas para apresentar determinadas declarações simbólicas. O exagero na formatação do ventre, dos seios, coxas e das zonas reprodutivas fazem transparecer precisamente a ideia de fertilidade e de abundância e, ao mesmo tempo, de protecção. As zonas reprodutivas permitem a geração de vida; o ventre abriga essa vida em formação; e os seios alimentam a criança quando nasce. O exagero das formas é um reflexo da infinita capacidade regenerativa e, enfim, de imortalidade que as mulheres são capazes de conceder à espécie, perpetuando o ciclo de vida.

Neste sentido, podemos concordar com E. Neumann no estabelecimento de uma equação elementar para experiência sentida face ao feminino desde os tempos primitivos: MULHER = CORPO = VASO = MUNDO.⁷ Esta fórmula espelha na perfeição o estágio psicológico de vida matriarcal, um estágio em que existiu um domínio da (importância da) mulher sobre o homem e em que ela era reconhecida como pilar central da vida em comunidade.

A CONFUSA TRADIÇÃO BÍBLICA

Comparativamente a este estágio psicológico primitivo – o qual, sublinhe-se, não pode ser alvo de uma medição antropológica ou histórica exacta, sabendo-se, somente, que terá acontecido bem lá no início da história humana –, onde as mulheres eram encaradas como símbolos de grandeza e de superioridade biológica, a cultura Cristã veio introduzir algumas mudanças importantes e as quais, posteriormente, estiveram na base das práticas inquisitoriais que trataremos de estudar. Estas mudanças começam logo no início do Génesis, onde se refere a existência de um “Deus” (e não “Deusa”) criador do céu e da terra (Gn 1:1).⁸

Depois de Deus ter criado a terra e os animais que nela habitam, de ter estabelecido o firmamento e separado a luz das trevas (Gn 1:1-25) resolve criar então o homem, dizendo: «Façamos o homem à Nossa imagem, à Nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar (...)» (Gn 1:26). Mas imediatamente a estas palavras lê-se também: «Deus criou o homem à Sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher. Abençoando-lhes, Deus disse-lhes: “Crescei e multiplicai-vos (...)”» (Gn 1: 27-28).

Estes versículos são extremamente importantes na medida em que neles – muito antes de se narrar a origem subalterna da mulher (Gn 2: 18-24) – se espelha a criação conjunta de ambos os sexos. Tal está explícito, é cristalino: «Ele os criou homem e mulher». Mas, e apenas depois de se dizer que Deus repousou ao sétimo dia, santificando-o (Gn 2:3), é que se nota que Deus «formou o homem do pó da terra e insuflou-lhe pelas narinas o sopro da vida, e o homem transformou-se num ser vivo» (Gn 2:7).

Ora isto leva-nos a questionar imediatamente duas coisas: a primeira, se tinha já Deus criado o homem (e a mulher) ao sexto dia (Gn 1: 26-31), porque é que se faz nova referência em Gn 2:7, considerando somente a criação do *homem*?; a segunda, se Deus criou o homem e a mulher ao sexto dia, e se apenas colocou o homem no jardim do Éden depois de o ter (re)criado (Gn 2: 15) pela insuflação do sopro de vida, porque é que existiu a necessidade de criar uma companheira feminina, construída através de uma costela? (Gn 2: 18-22).

⁷ Cf. Neumann, *A Grande Mãe*, 49 *et seq.*

⁸ Todas as referências bíblicas remetem para *Bíblia Sagrada* (Lisboa: Difusora Bíblia, 1995).

Deus já a havia criado antes, antes de conceder o sopro da vida e antes de colocar o homem no jardim no Éden, para o guardar. Contudo, e talvez ainda mais importante, convém atentar para o que se diz após Deus ter criado a mulher pela costela do homem. Diz-se o seguinte: «Ao vê-la, o homem exclamou: “Esta é, realmente, osso dos meus ossos e carne da minha carne. Chamar-se-á mulher, visto ter sido tirada do homem”» (Gn 2:23). É muito curiosa a expressão utilizada. De facto, teria existido outra que não fosse assim perfeita (a referida em Gn 1:27)? Mais ainda – e reside aqui boa parte do falocentrismo cristão: «Chamar-se-á mulher, visto ter sido tirada do homem».

A RECONFIGURAÇÃO DO ESTATUTO DO FEMININO

Com Eva surge o segundo sexo, sendo que ela não parece ter sido a primeira mulher de Adão, como acabamos de explicar. Talvez isto não seja nenhuma coincidência ou mero erro mitopoético, mas antes o primeiro sinal do que estaria para vir até ao fim das Sagradas Escrituras: Eva, ao tentar Adão e ao provocar a queda do Paraíso, fez com que toda a humanidade vindoura (pois Abel e Caim, filhos primogénitos, apenas nasceram depois da expulsão⁹) ficasse eternamente condenada. Está em causa a doutrina do Pecado Original, pelo qual se transmite a ideia de que todas as crianças nascem pecadoras em virtude da tentação adâmica: «Como é que o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? Todo o género humano é, em Adão, (...) como um só corpo dum único homem. Em virtude desta “unidade do género humano”, todos os homens estão implicados no pecado de Adão, do mesmo modo que todos estão implicados na justificação de Cristo».¹⁰

Ora, no decurso da influência pecaminosa sobre Adão, Eva não pode ser entendida como uma “Grande Mãe” boa como apresentamos mais atrás, isto é, que cuida generosa e moralmente dos seus filhos; bem pelo contrário. A tradição bíblica está cheia de exemplos de relações incestuosas, entre as quais a de Caim com a própria Eva, na medida em que em Gn 4: 1-16 se conta apenas o nascimento de Caim e Abel e o assassinato do segundo pelo primeiro, e que Gn 4:17 (imediatamente a seguir) afirma que «Caim conheceu a sua mulher», não havendo, portanto, quaisquer referências intermediárias aos outros filhos de Adão e Eva que depois foram nascendo (Set, etc.)¹¹ – o que seria igualmente incesto, embora com irmãs e/ou sobrinhas e não com a própria mãe. Eva assume aqui, portanto, uma face arquetípica terrível.

De resto, as práticas incestuosas dizem respeito a um lugar-comum na narrativa do Génesis: para além de Caim, também Lot, aquando da destruição de Sodoma e Gomorra, foi violado pelas suas duas filhas, as quais, embriagando-o, procuraram manter a raça do pai (Gn 19: 31-36). O curioso deste âmbito é que tais actos são proibidos pela Lei (Lv 18:6-18; Dt 27: 20-23) e sofrem uma punição de morte, o que acaba por ser contraditório e, ao mesmo tempo, hilariante, se confrontado com o facto de que a linhagem adâmica é toda ela incestuosa. Também no Novo Testamento S. Paulo censurará tais práticas, desejando até (rancorosamente?) que «seja esse tal entregue a Satanás para a morte da carne» (1 Cor 5: 1-5).

Relativamente ao *status* social da mulher, tal parece ter ficado bem claro desde o início: «Procurarás com paixão a quem serás sujeita, o teu marido» (Gn 3:16). Mas não se pense que no Novo Testamento as coisas tenham mudado substancialmente, apesar da importante presença da Virgem. São mais frequentes as ocasiões em que se condena as mulheres que aquelas em que são elogiadas. S. Paulo, uma vez mais – qual porta-estandarte – não se inibe de recordar aos fiéis a secundariedade feminina: «A cabeça de todo o homem é Cristo; a cabeça da mulher é o homem e a cabeça de Cristo é

⁹ A expulsão acontece em Gn 3:24, sendo que Caim e Abel nascem depois (Gn 4: 1-2).

¹⁰ *Catecismo da Igreja Católica* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993), 404.

¹¹ Cf. Gn 4: 25 *et seq.*

Deus (...) O homem não deve cobrir a cabeça, porque é imagem e glória de Deus; a mulher, porém, é glória do homem. O homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem; nem o homem foi criado para a mulher, mas a mulher para o homem. Por isso, a mulher deve trazer sobre a sua cabeça um sinal de sujeição, por causa dos anjos» (1 Cor 11: 3-9).

A LEI PROÍBE OS FEITICEIROS, BRUXAS, EVOCAÇÕES E MAGIAS

A temática da magia (ou feitiçaria) é transversal ao Antigo e ao Novo Testamento. Por “magia” entendem-se ideias e práticas que se baseiam na crença de que certas pessoas (bruxas, feiticeiros, necromantes, etc.), através de pactos demoníacos, ritos e objectos específicos, sejam capazes de provocar efeitos anormais no funcionamento das coisas (como mover objectos¹² ou imutar os sentidos internos e externos do homem¹³) – adquirindo assim, não raras vezes, o estatuto de milagre.

De maneira semelhante aos actos incestuosos, o uso da magia é uma das mais graves falhas para com Deus e, por isso, merecedora dos mais severos castigos: «Se alguém recorrer às invocações e aos sortilégios, entregando-se a essas práticas, voltarei Meu rosto contra ele e suprimi-lo-ei do meio do povo (...) O homem ou a mulher que se entregar a evocações ou sortilégios será condenado à morte; apedrejá-lo-ão, merece o suplício» (Lv 20: 6-27). Diz-se também em Deuteronomio: «Não haja ninguém no meio de ti que faça passar pelo fogo o seu filho ou filha; ou se dê à prática de encantamentos; ou se entregue a augúrios, à adivinhação ou à magia, ao feiticismo, ao espiritismo, aos sortilégios ou à evocação dos mortos. Porque o Senhor abomina aqueles que se entregam a semelhantes práticas» (Dt 18: 10-12).

Um dado muito relevante a retirar destas passagens é o de que Deus não se limita a apontar as práticas mágicas e divinatórias como contrárias à Lei, ameaçando quem as faz com pena de morte; Ele cumpre mesmo o que promete. É exemplo disso Saul, que «morreu por causa da sua infidelidade, da qual se tornara culpado diante do Senhor, cujas palavras não observou, e por ter consultado necromantes. Não obedeceu ao Senhor, e o Senhor deu-lhe a morte (...)» (1 Crón 10: 13-14). No Novo Testamento surgem igualmente relatos da destruição de numerosos livros mágicos (judaicos e gregos) queimados em praça pública após a pregação de S. Paulo (Act 19:19), sendo que os feitiços (ditos «malefícios») são enumerados entre as obras da carne, imediatamente depois da idolatria (Gal 5: 20).

UM APARTE SOBRE A LEGITIMIDADE EM PERSEGUIR E CASTIGAR HEREGES SEGUNDO S. TOMÁS

Na *Suma Teológica*, e depois de discutir sobre se a infidelidade é pecado,¹⁴ se existem várias espécies de infidelidade¹⁵ e se se deve disputar publicamente com os infiéis,¹⁶ S. Tomás dedica-se a analisar se os infiéis devem, de algum modo, serem compelidos a aceitar a fé. Ele concluirá afirmativamente, embora se deva distinguir entre os gentios e os judeus, que nunca abraçaram a fé e, por isso, não devem ser compelidos a crer, pois «crer depende da vontade»,¹⁷ e os heréticos e apóstatas

¹² Cf. São Tomás de Aquino, *Suma Teológica* (Porto Alegre: Grafosul, 1980), Primeira parte, q. 110, a. 3.

¹³ *Ibid.*, q. 111, a. 3-4.

¹⁴ *Ibid.*, Segunda parte da segunda parte, q. 10, a. 1.

¹⁵ *Ibid.*, q. 10, a. 5.

¹⁶ *Ibid.*, q. 10, a. 7.

¹⁷ *Ibid.*, q. 10, a. 8.

propriamente ditos que «outrora tiveram fé»,¹⁸ sendo que estes sim, «devem ser forçados, mesmo com violência física, a cumprir o que prometeram».¹⁹

Na medida em que um herege e um apóstata deixa de acreditar, embora já tivesse acreditado, deve ser perseguido e forçado a voltar à sua fé, a cumprir o que outrora prometeu. Significa isto que a vontade é algo de permanente: «Assim como prometer é próprio da vontade e cumprir o exige a vontade, assim também, próprio da vontade é receber a fé, e, de outro lado, é imposição da necessidade conservar a fé já recebida. Por onde, os heréticos devem ser compelidos a conservar a fé».²⁰

Mas como proceder nos casos em que os hereges não reabraçam a fé? Existe algum tipo de limite para a imposição e violência físicas? Respondemos negativamente. De facto, S. Tomás defende que caso a primeira tentativa de «misericórdia»²¹ (reconversão) não funcione, a Igreja deverá separar o infiel «do seu grémio por sentença de excomunhão»²² e então abandoná-lo «ao juízo secular para exterminá-lo do mundo pela morte».²³ E ainda acrescenta, para que fique bem claro: «serem os heréticos totalmente erradicados pela morte, não fere o mandamento do Senhor».²⁴

Quanto aos magos e bruxas, parece que facilmente conseguimos imaginar, depois disto, a posição de S. Tomás: a adivinhação é um pecado,²⁵ não é legítimo invocar demónios²⁶ nem realizar práticas necromantes,²⁷ sendo que se lhes impõe a morte, pois os seus pecados redundam em graves prejuízos para os demais.²⁸ Uma postura que, de resto, não causa qualquer espanto na medida em que apenas segue as indicações «Não deixarás viver a feiticeira» (Ex 22:18) e «Se alguém não estiver em Mim, será lançado fora, como a vara, e secará; lança-lo-ão ao fogo e arderá» (Jo 15:6).

Mas a quem é que cabe vestir a pele de carrasco? Ao Estado ou à Igreja? S. Tomás nunca poderia concordar que fosse a Igreja, os próprios clérigos, a servirem de carrascos: «Não é lícito aos clérigos matar, por dupla razão. Primeiro, por serem eleitos para o ministério do altar (...) a outra razão é a que aos clérigos foi cometido o ministério da Lei Nova, que não determina a pena de morte ou da mutilação do corpo».²⁹ Mas tal não invalida, porém, que a Igreja não possa indicar os alvos, decretando a sentença: «como já dissemos, a morte do pecador torna-se lícita, se levarmos em conta o bem comum, que o pecado destrói».³⁰

A «INQUISIÇÃO» NÃO É NOVIDADE MEDIEVAL

O fenómeno da Santa Inquisição, como temos analisado até ao momento e contrariamente às interpretações mais coloquiais, não começou exactamente na Idade Média mas muito antes, no Antigo Testamento. A pena de morte para os blasfemos, falsos profetas, ímpios, magos, necromantes, etc., era um lugar-comum há muito conhecido, defendido e praticado. Não obstante, e porque nesses tempos existia uma imbricação entre Religião (poder espiritual) e Estado (poder temporal) muito difícil de descortinar prefere-se colocar o surgimento deste fenómeno no seio do Catolicismo.³¹

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Idem.*

²⁰ *Idem.*

²¹ *Ibid.*, q. 11, a. 3.

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

²⁴ *Ibid.*, q. 11, a. 3.

²⁵ *Ibid.*, q. 95, a. 1.

²⁶ *Ibid.*, q. 95, a. 4.

²⁷ *Ibid.*, q. 96, a. 1.

²⁸ *Ibid.*, q. 108, a. 3.

²⁹ *Ibid.*, q. 64, a. 4.

³⁰ *Ibid.*, q. 64, a. 6.

³¹ Cf. A. Marquéz, «La Inquisición», in *Diccionario de Historia Eclesiástica de España* (Madrid: Instituto Enrique Florez, 1972), vol. II, 1994.

Esta colocação histórica muito específica para o surgimento das práticas inquisitoriais tem por base, porém, factores muito compreensíveis, sobretudo se considerados os complicadíssimos problemas que a Igreja Católica enfrentou com diversas seitas que desafiavam a sua autoridade, nomeadamente a partir do séc. XII, como os Albigenses (também conhecidos por novos Maniqueus,³² negadores das doutrinas da Trindade, do nascimento virginal, do purgatório e da condenação eterna num inferno flamejante) – que supostamente assassinaram o emissário de Inocêncio III a Albi em 1208 e que foram, por isso, massacrados no ano seguinte –, os Beguinos, os Pseudo-Apóstolos, e até, durante certo período, os seguidores de Francisco de Assis.³³

De resto, foi durante o papado de Inocêncio III (1198-1216) que se estabeleceu definitivamente a pena de morte para os hereges, apesar da tortura – condenada por Nicolau I em 866 – apenas ter sido reintroduzida em 1252 por Inocêncio IV (*Ad Extirpanda*).

AS NATUREZAS ECLESIASTICA E JUDICIAL DAS PRÁTICAS INQUISITORIAIS (POSSESSÕES E EXORCISMOS, TORTURAS E PUNIÇÕES): QUESTIONANDO UM CONFUSO EMARANHADO

Quando falamos sobre inquisição devemos ter o cuidado de discernir entre dois vectores de orientação conflitantes. Se, por um lado, é verdade que as Sagradas Escrituras nos apontam os magos e as feiticeiras como seres abominantes e merecedores do suplício, também não é menos correcto de se dizer que Jesus surge na Galileia como um exorcista (Lc 11:20; Act 10:38) com o objectivo de lutar contra o demónio, de libertar os possessos e de ajudar os que sofriam (Mt 12:28), espalhando, enfim, uma mensagem geral de perdão. Assim sendo, como podemos dar primazia a uma das duas orientações? Como conciliar o que é, aparentemente, inconciliável? Convém aqui cingirmo-nos a factos, nomeadamente aos que discorrem das ideias e dos sistemas de pensamento de cinco dos maiores inquisidores da história (B. Gui, N. Eymerich, F. Peña, H. Kramer e J. Sprenger), de modo a aferir com exactidão o rumo dos acontecimentos e as preferências adoptadas.

O SISTEMA DE BERNARDO GUI

B. Gui compôs o seu *Practica officii Inquisitionis heretice pravitatis* entre (provavelmente) 1309 e 1324 para uso primário dos inquisidores de Toulouse e de modo a facilitar a identificação da heresia. O tratado encontra-se dividido em cinco partes: a primeira contém trinta e oito fórmulas concernentes à captura e à citação dos hereges; a segunda refere cinquenta e seis actos de graça ou de comutação de penas; a terceira dá conta de quarenta e sete fórmulas de sentenças e respectivas ocasiões em que devem ser pronunciadas; a quarta consiste numa instrução de exercícios e de fundamentações para o inquisidor; na quinta, finalmente, dizendo respeito ao essencial do trabalho de Gui, encontramos uma exposição metódica das doutrinas e dos rituais feitos pelos Cátaros (ou novos Maniqueus, indivíduos essencialmente gnósticos influenciados pelas filosofias egípcias, budistas e mazdeístas), pelos Valdenses (que desprezavam as providências eclesiásticas), pelos Pseudo-Apóstolos e pelos Beguinos (as seitas têm em comum o desrespeito pela autoridade da Igreja e tentativa de retorno à palavra dos Evangelhos, interpretando-os de modo particular), assim como alguns

³² Cf. Bernard Gui, *Manuel De L'Inquisiteur* (Paris: Société D'Édition "Les Belles Lettres", 1964), vol. I, 10 *et seq.*

³³ S. Francisco foi recebido e abençoado por Inocêncio III no mesmo ano em que se massacravam os Albigenses.

exemplos de interrogatório, de citação e do mandato de captura, do modo de se pronunciar a sentença, de conferir as penas e a prisão aos hereges.

Relativamente aos Judeus – e seguindo a mesma linha de pensamento de S. Tomás –, Gui não os considera como alvo (primário) de jurisdição por parte do inquisidor na medida em que nunca partilharam da fé Cristã, embora possam recair nessa categoria caso tentem converter os Cristãos. Os apóstatas, no entanto, já se encontram dentro da jurisdição e devem ser inquiridos.³⁴ O mesmo se aplica aos adivinhos e fazedores de sortilégios diversos (invocadores e adoradores do demónio, profanadores dos sacramentos da Igreja),³⁵ assim como aos gregos cismáticos.³⁶

O SISTEMA DE NICOLAU EYMERICH E FRANCISCO PEÑA

N. Eymerich, inquisidor geral de Aragão, escreveu o seu *Directorium Inquisitorum* em 1376. Este foi posteriormente revisto e aumentado em 1558, por F. Peña, o qual incluiu algumas doutrinas do entretanto surgido *Malleus Maleficarum*. A estrutura do texto é muito semelhante ao da *Practica* de B. Gui: uma primeira parte discute a jurisdição do inquisidor, baseando-se em diversas bulas e procedimentos conhecidos e aplicados;³⁷ uma segunda, o processo inquisitório propriamente dito (identificação dos hereges, interrogatórios, veredictos e sentenças, etc.);³⁸ sendo que numa terceira se enumeram diferentes questões e problemas inerentes à prática (constituições e estatutos inquisitoriais, a prisão e a tortura, distinção entre suspeitos e difamados, heréticos penitentes e impenitentes, a confiscação de bens, etc.).³⁹

Segundo o *Directorium*, considera-se herege quem: disser coisas opostas à verdade da fé; praticar acções que justifiquem fortes suspeitas (como a circuncisão ou o islamismo); não cumprir a pena canónica, se for condenado pelo inquisidor; recair em determinada heresia da qual abjurou, ou qualquer outra, desde que tenha abjurado; quem, sendo ou não doente mental, exija o *consolamentum* (rito cátaro); praticar ou defender qualquer acto ou palavra contrários aos costumes católicos (como os Judeus e os Sarracenos, os adoradores do demónio e idólatras, os que não frequentam a Eucaristia nem se confessam nos períodos definidos pela Igreja, os que não praticam abstinência nos dias santos); os cismáticos e quem for excomungado, simoníaco, criador ou aderente de novas seitas.⁴⁰

Estes inúmeros exemplos cabem porém, em termos gerais, em três grandes categorias: os negativos, pertinazes ou impenitentes (que são interpelados pelos juízes e convencidos do erro, intimados a confessar e abjurar mas mesmo assim não querem aceitar, preferindo manterem-se obstinados na sua fé); os afirmativos ou penitentes (aqueles que, depois de aderirem às heresias, reconhecem seu o erro e aceitam as penas);⁴¹ e os relapsos (que abjuram da heresia mas reincidem, tratando-se, portanto, dos casos mais graves e puníveis com a morte).⁴²

O SISTEMA DE HEINRICH KRAMER E JAMES SPRENGER

O *Malleus Maleficarum* é um manual datado de 1484 composto pelos dominicanos H. Kramer e J. Sprenger e que se fez acompanhar de uma bula de

³⁴ Cf. Gui, *Manuel De L'Inquisiteur*, vol. II, 6-19.

³⁵ *Ibid.*, 20-25.

³⁶ *Ibid.*, 51.

³⁷ Cf. N. Eymerich e F. Peña, *Le Manuel des Inquisiteurs* (Paris: Albin Michel, 2002), 73-133.

³⁸ *Ibid.*, 135-237.

³⁹ *Ibid.*, 239-298

⁴⁰ *Ibid.*, *passim*.

⁴¹ *Ibid.*, 80-83.

⁴² *Ibid.*, 131-133. Cf. também, para uma visão geral, 90-91.

Inocência VIII na qual lhes era conferido um poder quase papal, um «poder de proceder, para justa correcção, aprisionamento e punição de quaisquer pessoas, sem qualquer impedimento, de todas as formas cabíveis, como se as províncias, as aldeias, as dioceses, os distritos e territórios, e ademais, como se inclusive as pessoas e os crimes dessa espécie, tivessem sido indicados e especificamente mencionados em Nossas cartas».⁴³

Ele encontra-se dividido em três partes: a primeira ensina os juizes a reconhecerem as bruxas nos seus múltiplos disfarces e atitudes; a segunda expõe todos os géneros de malefícios, classificando-os e explicando como funcionam; a terceira discute sobre as formalidades legais para agir contra as bruxas, demonstrando como processá-las, inquiri-las, julgá-las e condená-las. Neste manual, o expurgo do feminino ganha uma dimensão absolutamente abissal face à *Practica* de Gui ou ao *Directorium* de Eymerich/Peña, e desenrola-se por intermédio de sete grandes teses: (1.^a) o demónio, com a permissão divina, procura fazer o maior mal possível aos homens com o intuito de recolher o maior número de almas (parte 1, q. 1); (2.^a) esse mal é feito prioritariamente através do corpo, o único local onde o demónio pode entrar (parte 1, q. 1 e 7); (3.^a) o domínio do corpo é feito pela sexualidade, dado que é o ponto mais vulnerável de todos os homens e pelo qual começou o pecado (parte 1, q. 3); (4.^a) como as mulheres estão mais naturalmente ligadas à sexualidade – lembremo-nos de que foi Eva quem tentou Adão (Gn 3:6) –, elas tornaram-se as agentes predilectas do demónio (parte 1, q. 6); (5.^a) o que concede poder às bruxas é o acto de copular com o demónio (parte 1, q. 2); (6.^a) são assim necessários quatro elementos principais para a prática da bruxaria: renúncia à Fé Católica, dedicação de corpo e alma à prática do mal, ofertório de crianças não-baptizadas ao demónio e a entrega a toda a sorte de actos carnavais com Íncubos e Súcubos (parte 1, q. 2); (7.^a) conclui-se que estes pecados por bruxaria são ainda mais hediondos que os próprios pecados de Lúcifer e dos anjos rebelados dado que as bruxas pecam não somente contra Deus mas também contra Cristo, constituindo, por isso, crimes absolutamente imperdoáveis e cujas almas apenas podem ser resgatadas com a tortura e a morte (parte 1, q. 1).

A PREVALÊNCIA DA LEI ANTIGA

Anteriormente questionamo-nos sobre a preferência bíblica (Lei Antiga ou Nova) em causa no desenvolvimento da inquisição medieval e, nomeadamente, se as práticas exorcísticas ainda desempenhavam algum tipo de papel na mesma. Agora, e analisados que estão os vectores fundamentais da *Practica*, do *Directorium* e do *Malleus*, talvez possamos avançar com uma resposta à questão: parece ser legítimo afirmar que existe uma clara prevalência da Lei Antiga sobre a Lei Nova.

Com efeito, e como ponto transversal aos três manuais, facilmente se compreende que Deus permite a existência dos hereges, bruxas e demais malfeitores com o objectivo de que seja provada e reforçada a fé dos justos. Os hereges e os que com eles pactuam recebem diversas formas de punição, adequadas aos crimes cometidos, e que vão desde a excomunhão e das privações de herança e penas pecuniárias até à morte.⁴⁴ Em todos eles, o início do processo acontece por intermédio de uma «acusação» (*accusatio*) [alguém se propõe, perante um Juiz, a provar a heresia de outrem], «denúncia» (*denunciatio*) [alguém que não se quer envolver directamente garante, sob pena de excomunhão e castigo, que a informação não é caluniosa] ou «inquisição» (*inquisitio*) propriamente dita [quando um Juiz se desloca a certa zona,

⁴³ H. Kramer e J. Sprenger, *Malleus Maleficarum: O Martelo das Feiticeiras* (Rio de Janeiro: Editora Rosa Dos Tempos, 2004), 45.

⁴⁴ Cf. Gui, *Manuel De L'Inquisiteur*, vol. II, 129-131; Eymerich e Peña, *Le Manuel des Inquisiteurs*, 198-237; Kramer e Sprenger, *Malleus Maleficarum*, 465-517.

sob suspeita de existirem hereges], havendo necessidade de estarem envolvidas testemunhas de boa reputação⁴⁵ e sendo a aplicação de tortura variável.⁴⁶

Nenhum dos manuais considera, no entanto, a necessidade de se operar exorcismos sobre os hereges nem, especialmente, sobre aqueles que adoram e pactuam com o demónio, a fim de os libertar da influência diabólica (como foi tarefa de Cristo, dos Apóstolos e de muitos outros depois deles); bem pelo contrário: esses indivíduos são imediatamente considerados culpados porque aderiram voluntariamente a tais sortilégios e, assim sendo, devem pagar a sua pena: «Hão-de ser verdadeiramente julgados desgraçados os que, embora se enegreçam em toda a sorte de crimes e perversidades, não revelam qualquer sinal exterior de estarem tomados pelo demónio, nem pareçam sofrer de qualquer tentação proporcional a seus actos, nem qualquer punição suficiente para os coibir. Pois que não merecem nem mesmo o bálsamo salutar do purgatório (...)».⁴⁷

A Lei Nova poderá, quanto muito, estar subentendida na capacidade do inquisidor em compreender certas atenuantes às actividades dos hereges (exceptuando as bruxas) e, eventualmente, aligeirar-lhes a sentença. Comparativamente a Gui e a Eymerich/Peña, devemos dizer que o *Malleus* é o grande demonizador do estatuto da mulher. De facto, e se os primeiros se preocuparam mais – de um modo sexualmente indiscriminado, é razoável afirmá-lo – a apontar e catalogar os diversos géneros de hereges assim como as melhores maneiras de os identificar e punir, já Kramer e Sprenger, por seu lado, preferiram retomar a linha de pensamento do Génesis e continuá-la como que de um ponto de vista popular (ou populista?), reforçando o poder patriarcal e a subalternidade da mulher, instigadora de todos os males. Já o tínhamos dito antes: com Eva, a mulher tornou-se o segundo sexo.

«INVEJA DO ÚTERO»: UM *CRESCENDO* PRIMORDIAL

No início do artigo sublinhamos a importância das mulheres nas civilizações primitivas. Dissemos que elas desempenhavam um papel absolutamente central na vida comunitária na medida em que foram as grandes responsáveis pela descoberta e aprimoramento das práticas agrícolas, pela transmissão dos conhecimentos sobre as propriedades farmacológicas das ervas e das plantas e pela nutrição, educação e protecção das crianças, tudo isso aliado a uma ímpar capacidade biológica de gerar a vida e de garantir a continuidade da prole. Dissemos, conseqüentemente, que tal contribuiu para a fundação psicológica (arquetípica) da “Grande Deusa”, uma imagem transversal a todas as culturas e épocas, um símbolo da fertilidade da Terra. Eram tempos em que os homens se sentiam marginalizados e tinham inveja das mulheres, mais precisamente uma «inveja do útero» (*womb envy*) para utilizar o conceito da psicanalista Karen Horney.⁴⁸ Segundo alguns antropólogos, esta primitiva inveja do útero terá dado posteriormente origem a uma bifurcação de ritos que podem ser encontrados em partes distantes do mundo, como no Brasil ou na Oceânia: «o primeiro é o fenómeno da *couvade*, em que a mulher começa a trabalhar dois dias depois de parir e o homem fica de resguardo com o recém-nascido, recebendo visitas e presentes...O segundo é a iniciação dos homens».⁴⁹

Na adolescência, a mulher apresenta sinais exteriores que patenteiam a sua entrada no mundo adulto (menstruação), ao passo que os homens não: «por isso, na puberdade, eles são arrancados pelos homens às suas mães, para serem iniciados na

⁴⁵ Cf. Kramer e Sprenger, *Malleus Maleficarum*, 401.

⁴⁶ Cf. Gui, B., *Manuel De L’Inquisiteur*, vols. I e II, *passim*; Eymerich e Peña, *Le Manuel des Inquisiteurs*, 260-266; Kramer e Sprenger, *Malleus Maleficarum*, 428-440.

⁴⁷ Kramer e Sprenger, *Malleus Maleficarum*, 359.

⁴⁸ Cf. Karen Horney, *Neurose e Desenvolvimento Humano* (São Paulo: Editora Civilização Brasileira S. A., 1959), *passim*.

⁴⁹ R. M. Muraro, “Breve Introdução Histórica”. Em: Kramer e Sprenger, *Malleus Maleficarum*, 6.

“casa dos homens”. Em quase todas essas iniciações, o ritual é semelhante: é a iniciação cerimonial do parto com objectos de madeira e instrumentos musicais (...) Desse dia em diante o homem pode “parir” ritualmente e, portanto, tomar seu lugar na cadeia das gerações...». ⁵⁰ Este acto simbólico de “parir” por parte do homem é, de resto, claramente visível na Bíblia quando Eva é criada, isto é, “nasce” a partir de Adão. Trata-se de um deslocamento psicológico do acto de parir, certamente, que substitui o ventre pela costela, mas cujo significado e carga mentais permanecem rigorosamente idênticos. Contudo, o acto de parir deixa de se encontrar relacionado com o vital, com a sacralidade da “Grande Mãe”, passando a representar mais uma vulnerabilidade que uma força ou potência: da mulher primitiva era gerada a prole esperada e gloriosa; do homem adâmico deriva uma descendência de pecado.

REPENSANDO A FIGURA DA VIRGEM

A figura da Virgem parece, no entanto, vir amenizar um pouco a sobrançeria cultural masculina, reaproximando-se – ainda que parcialmente – do arquétipo da “Grande Mãe”. Ela não é, contudo – apesar dos frequentes cultos e peregrinações como se de tal se tratasse –, uma Deusa; ela está completamente fora do Dogma Trinitário. Porém, foi a Virgem quem garantiu uma esperança de salvação para a humanidade, aceitando os desígnios divinos, concebendo Cristo sem pecado e assumindo-se, enfim, como uma “Mãe boa”, em contrapartida com Eva, a “Mãe Terrível”.

Mas a Virgem – assim como os Santos, Mártires e Beatos – não é nenhuma Deusa; não é demais sublinhá-lo. De resto, e como acabamos de referir, apenas parcialmente pode ser representativa da “Grande Mãe”, no sentido propriamente definicional do termo: apesar de símbolo de esperança e, de certo modo, fertilidade espiritual (não carnal), a Virgem não costuma ser retratada, esculpida ou pintada de maneira semelhante à nossa mãe primordial, isto é, em suas formas excessivas, mostrando as partes corporais responsáveis pela gestação e nutrição. Apesar de existirem algumas exceções de estatuetas em que é negra (Virgem Negra de Nazaré), se mostra grávida (N.^a Sr.^a do Ó, em Montemor-o-Velho) ou amamentando (N.^a Sr.^a Leite, em Idanha-a-Nova), ela surge, comumente, com uma palidez na face, entristecida ou segurando o cadáver do filho nos seus braços. Até mesmo nas imagens em que mostra o Deus-menino recém-nascido se apresenta, por vezes, mais introspectiva e séria que propriamente alegre pelo rebento.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a Virgem é a mãe que dá uma vida que morre e que não se regenera mais. É, simultaneamente, uma aproximação ao arquétipo da “Grande Mãe” vital e uma reconfiguração do mesmo sob a égide da finitude. Ela não é suficiente, porém, para reverter a racionalidade e o sistema de pensamento patriarcal apresentado pela generalidade das Escrituras nem, por conseguinte, das práticas da Santa Inquisição que nelas tanto se basearam.

⁵⁰ *Idem.*

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.